

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Educar para o comer e o comer para educar: o
processo de articulação e compreensão da prática
da intersectorialidade entre as Políticas de
Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e
Nutricional na promoção da alimentação adequada e
saudável**

Giorgia Castilho Russo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Saúde Pública da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Ciências.

Área de concentração: Nutrição em Saúde
Pública

Orientadora: Prof.^a Assoc. Betzabeth Slater
Villar

São Paulo
2023

**Educar para o comer e o comer para educar: o processo de
articulação e compreensão da prática da intersectorialidade
entre as Políticas de Alimentação Escolar e Segurança
Alimentar e Nutricional na promoção da alimentação
adequada e saudável**

Giorgia Castilho Russo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Saúde Pública da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Ciências.

Área de concentração: Nutrição em Saúde
Pública.

Orientadora: Prof.^a Assoc. Betzabeth Slater
Villar.

Versão Corrigida

**São Paulo
2023**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Russo, Giorgia Castilho Russo

Educar para o comer e o comer para educar: o processo de articulação e compreensão da prática da intersectorialidade entre as Políticas de Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional na promoção da alimentação adequada e saudável / Giorgia Castilho Russo Russo; orientadora Betzabeth Slater Villar Villar. -- São Paulo, 2023.

170 p.

Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2023.

1. Alimentação Escolar. 2. Direito humano à alimentação adequada e saudável. 3. Educação Alimentar e nutricional. 4. Ambiente alimentar escolar. 5. Segurança alimentar e nutricional. I. Villar, Betzabeth Slater Villar, orient. II. Título.

FICHA DE AVALIAÇÃO

Nome: Giorgia Castilho Russo

Título: Educar para o comer e o comer para educar: o processo de articulação e compreensão da prática da intersectorialidade entre as Políticas de Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional na promoção da alimentação adequada e saudável.

Aprovado em: 31/08/2023

Banca examinadora

Profa Dra: Betzabeth Slater Villar

Instituição: FSP - USP

Julgamento: Aprovado

Profa Dra: Maria Rita Marques de Oliveira

Instituição: UNESP

Julgamento: Aprovado

Profa Dra: Larissa Galastri Baraldi

Instituição: UNICAMP - Externo

Julgamento: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Giulia e ao Giovanni, minha filha e meu filho amados, que compreenderam todos os meus desafios e se adaptaram a essa fase, ficando ao meu lado enquanto eu lia e escrevia, desenvolvendo autonomia para que eu pudesse estudar/trabalhar e agradeço também minha mãe Sebastiana, meu pai Giovanni, meu irmão Paolo, tios e tias que me apoiaram esse caminho.

Muita gratidão às minhas amigas irmãs, Renata e Liliane, que estão do meu lado desde que nos conhecemos e foram a minha grande rede de apoio, me socorrendo sempre que precisei e também foram essenciais na construção do conteúdo. A Re, grande culpada da minha escolha profissional e que conhece a realidade da alimentação escolar como poucos e a Lili, uma grande pesquisadora que debateu comigo questões profundas sobre minha metodologia e desafios epistemológicos.

Agradeço demais ao meu companheiro Edson que me deu todo espaço e carinho que eu precisava para concluir esse trabalho, que dialogou comigo sobre minhas questões com a dissertação, que se dispôs a entender esse mundo complexo que eu estudava pelo simples prazer de fazer parte da minha vida.

Agradeço imensamente e com todo carinho, a minha querida orientadora Betsy pela oportunidade, por tanto acolhimento, compreensão e generosidade, e por acreditar que uma mulher de 43 anos, com filhos e muito trabalho, fosse capaz de fazer seu mestrado.

Sou muito grata a Janine, minha líder no IDEC, e a toda a equipe, por compreender minha demanda e por flexibilizar minha atuação profissional, vocês e nossa atuação no IDEC foram grandes inspirações para realizar esse estudo.

Agradeço com muito carinho a estudante Luiza Navarro pelo companheirismo, pelas lindas trocas e reflexões, e por toda a contribuição para a conclusão deste trabalho.

Muita gratidão a querida pesquisadora Cris Cabral pela generosidade de compreender meu trabalho e dar todas as orientações necessárias para romper meus paradigmas, para ser possível vivenciar essa bela aventura que foi realizar uma pesquisa qualitativa, universo tão novo pra mim e agora tão familiar.

Agradeço às minhas grandes colegas de faculdade e movimento estudantil, Carla Caratin, Ana Carolina Feldenheimer e Ana Paula Bortoletto por me despertar para tanto e por tanta partilha de conhecimento.

Agradeço a Universidade de São Paulo, a Faculdade de Saúde Pública, seus professores e colaboradores, e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com esse trabalho de diversas formas.

Sou muito grata por ter vivenciado tudo isso e aprendido tanto.

*“A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’,
assim como a prática sem teoria, vira ativismo.*

*No entanto, quando se une a prática com a
teoria tem-se a práxis, a ação criadora
e modificadora da realidade.”*
(Paulo Freire, educador brasileiro, 1921-1997)

RESUMO

RUSSO, GC. Educar para o comer e o comer para educar: o processo de articulação e compreensão da prática da intersectorialidade entre as Políticas de Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional na promoção da alimentação adequada e saudável.
Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2023

As políticas de alimentação e educação são agendas estratégicas para analisar processos de articulação democrática e intersectorialidade já que necessitam de visões integradas e regionalizadas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) caracteriza-se como a política pública de maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional e a prática da intersectorialidade tornou-se um elemento essencial para concretizar suas diretrizes. A perspectiva da Sociologia da Ação Pública pode ser um importante eixo analítico para apoiar na compreensão dos elementos que promovem a intersectorialidade e participação social, já que reconhece que a ação pública é concebida como um espaço sociopolítico construído principalmente pela atuação dos agentes da política, as dinâmicas internas a esses grupos e as relações de força que exercem entre si. O objetivo deste estudo foi compreender a prática da intersectorialidade e os elementos de intersecção entre as PNAE e segurança alimentar e nutricional (SAN), por meio de uma pesquisa documental do processo de construção do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do estado de São Paulo (PLANSAN/SP). Foram investigados os elementos de contexto, historicidade e a cronologia das etapas de construção do plano para permitir uma análise relativista dos dados coletados nos documentos. Para coleta de dados, foram identificadas todas as ações relacionadas à educação básica que eram mencionadas nesses documentos e essas menções foram sistematizadas por temas. Os dados encontrados foram analisados e interpretados por meio de uma discussão entre os temas, objeto de pesquisa e referenciais teóricos. Ao analisar as menções por tema ao longo do processo, foi possível observar como as contribuições da sociedade se tornaram propostas finais das conferências e como essas propostas foram ou não consideradas na formulação da política. Nessa sistematização, observou-se que ações da educação básica na política de SAN do estado de São Paulo puderam ser agrupadas em três conceitos-chave: Educação Alimentar e Nutricional, Ambiente Alimentar e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Esses conceitos-chaves tiveram subcategorias temáticas que apontaram para os pontos práticos de intersecção entre essas políticas e eles foram analisados separadamente. Nessa análise, de forma panorâmica, fica visível o movimento de retroalimentação onde o ambiente educa e a educação gera conscientização e demanda para transformar o ambiente. É possível afirmar que o processo de construção do PLANSAN/SP se mostrou um excelente campo para investigar o processo político complexo de articulação entre SAN e alimentação escolar e permitiu compreender o quanto as ações da alimentação escolar integram a

política de segurança alimentar e nutricional reforçando a necessidade dessas políticas serem tratadas de maneira integrada e intersetorial. O estudo ainda indica que com uma boa estruturação do processo democrático, é possível envolver a população na construção das soluções, que tendem a ser mais eficientes e eficazes quando se une diferentes saberes com criatividade. Para consolidação desse processo, é muito importante que se criem mais mecanismos de exigibilidade no estado de São Paulo e principalmente que se implementem formas efetivas e transparentes de monitoramento da execução do PLANSAN/SP.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança alimentar e nutricional, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Intersetorialidade, Direito humano à alimentação adequada e saudável, Educação Alimentar e nutricional, Agricultura familiar, Sociologia da ação pública, Participação social, Ambiente alimentar escolar

ABSTRACT

RUSSO, GC. Educating to eat and eating to educate: the process of articulating and understanding the practice of intersectoriality between School Feeding Policies and Food and Nutritional Security in promoting adequate and healthy eating. Masters dissertation - Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2023

Food and education policies are strategic agendas to analyze democratic articulation and intersectoriality processes since they are presented from integrated and regionalized visions. The National School Feeding Program (PNAE – for its initials in portuguese) is characterized as the longest public policy in the area of food and nutrition security (FNS), and the practice of intersectoriality has become an essential element to implement its guidelines. The perspective of the Sociology of Public Action is an important analytical axis to support the understanding of the elements that promote intersectoriality and social participation, since it recognizes that public action is conceived as a sociopolitical space built mainly by the actions of policy agents and the power relations they exert among themselves. The objective of this study was to understand the practice of intersectionality and the elements of intersection between school feeding policies and FNS, through a documentary research of the construction process of the State Plan for Food and Nutritional Security in the state of São Paulo (PLANSAN/SP- for its initials in portuguese). Elements of context, historicity and the chronology of the construction stages of the plan and their respective documents were investigated to allow a relativistic analysis of the data collected in the documents. All actions related to basic education that were recorded in these documents were identified by reading and these mentions were systematized by themes. The data found were analyzed and interpreted through a discussion between the themes, the research object and the theoretical references. By analyzing mentions by topic throughout the process, it was possible to observe how society's contributions have become final proposals of the conferences and, these proposals, which were considered in the formulation of the policy. In this systematization, it was observed that basic education actions in the FNS policy of the state of São Paulo were grouped into three key concepts: Food and Nutrition Education, Food Environment and guarantee of the Human Right to Adequate and Healthy Food. These key concepts had thematic subcategories that pointed to the practical points of intersection between these policies and they were analyzed separately. In this analysis, in a panoramic way, is visible the feedback movement where the environment educates and education generates awareness and demand to transform the environment. It can be affirmed that that the construction process of PLANSAN/SP proved to be an excellent field to investigate the complex political process of articulation between FNS and school feeding and allow understanding to what extent the food security policy complements the actions of school feeding, and vice versa, reinforcing the need for these policies to be addressed in an integrated and intersectoral manner. The study also indicates that it is possible to involve the population in the construction of solutions with a good structuring of the democratic process, which tend to be more efficient and effective when different types of knowledge are united with creativity. It's very important to create more enforcement mechanisms in the state of São Paulo and implement effective and transparent ways of monitoring the execution of PLANSAN/SP to consolidate this process.

KEY WORDS: Food and nutrition security, National School Feeding Program, Intersectoriality, Human right to adequate and healthy food, Food and Nutrition Education, Family farming; Sociology of public action, Social participation, School food environment

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

5ª CESANSP+2 - Encontro Paulista da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar de São Paulo + 2 anos

AF - Agricultura familiar

APTA - Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

ATER - Assistência Técnica Rural

CadÚnico - Cadastro Único de Informações Sociais

CAE - Conselho de alimentação escolar

CAISAN/SP - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEDAF - Conselho de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

CESANS - Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CMCN - Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CODEAGRO - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA/SP - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

CRSANS - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica

DCNT – Doença Crônica não Transmissível

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável

EAD – Ensino a distância

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo

GT - Grupo de trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEA - Instituto de Economia Agrícola

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006)

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MPE – Ministério Público Estadual

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OGM - Organismos Geneticamente Modificados

ONG - Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

PBF – Programa Bolsa Família

PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PIB - Produto Interno Bruto

PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLANSAN/SP – Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PPA - Plano Plurianual

PPAIS - Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social

PPP - Projeto Político Pedagógico

PSE – Programa Saúde na Escola

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAP – Secretaria da Administração Penitenciária

SC – Secretaria da Cultura

SDECTI – Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise dos dados

SEDPcD – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SEDS – Secretaria do Desenvolvimento Social

SEE - Secretaria da Educação

SEFAZ - Secretaria da Fazenda

SEG - Secretaria de Governo

SELJ - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

SES - Secretaria da Saúde

SETUR - Secretaria do Turismo

SH - Secretaria da Habitação

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SJDC - Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania

SMA - Secretaria do Meio Ambiente

SPG - Secretaria de Planejamento e Gestão

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

VIGITEL – Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. DE ONDE EU FALO.....	17
1.2. A DESCENTRALIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO NA ANÁLISE DAS POLÍTICAS	18
1.3. O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	20
1.4. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	24
1.5. O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE.....	31
1.6. A INTERSETORIALIDADE.....	32
1.6.1. INTEGRAÇÃO DOS SETORES GOVERNAMENTAIS	34
1.6.2. A TERRITORIALIZAÇÃO.....	35
1.6.3. A INTERAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE	36
2. OBJETIVO, JUSTIFICATIVA E OBJETO DE ESTUDO	41
3. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	42
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA	42
3.2. O REFERENCIAL TEÓRICO: A SOCIOLOGIA DA AÇÃO PÚBLICA	50
3.3. CENÁRIO E ATORES.....	50
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
4.1. SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	50
4.1.1. EDUCAÇÃO BÁSICA NO PLANSAN/SP	54
4.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO POR CATEGORIA	66
4.2.1. EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)	69
4.2.1.1. EAN CURRICULAR.....	73
4.2.1.2. EAN FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS.....	77
4.2.1.3. EAN E SAÚDE	89
4.2.1.4. EAN E SUSTENTABILIDADE.....	98
4.2.1.5. EAN E CULTURA ALIMENTAR.....	108
4.2.2. AMBIENTE ALIMENTAR	112
4.2.2.1. COMPRAS PÚBLICAS.....	114
4.2.2.2. PRODUTOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS.....	124
4.2.2.3. COMERCIALIZAÇÃO E PUBLICIDADE DE ALIMENTOS	130
4.2.3. GARANTIA DO DHAA	132
4.2.3.1. EXIGIBILIDADE.....	134
4.2.3.2. EQUIDADE	139
5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
APÊNDICES	160

1. APRESENTAÇÃO – DE ONDE EU FALO

Contar de onde eu falo é a primeira informação que eu preciso trazer nessa dissertação, estou analisando um processo que eu participei. Após muitas reflexões epistemológicas, muitos estudos e conversas, foi ficando mais claro para mim que o fato de estar dentro do processo me permite estar ligada a essa realidade e não ser indiferente. Ter feito parte do processo político que analiso foi um enorme ganho para a investigação que me permitiu realizar essa pesquisa com muito mais profundidade e clareza.

Sou uma mulher de 42 anos, mãe da Giulia de 11 anos e do Giovanni de 10 anos, paulistana da periferia da zona norte de São Paulo, filha de uma migrante do interior de São Paulo e de um imigrante italiano. O universo da educação sempre me encantou, assim como o da alimentação, e a escolha de atuar com políticas de alimentação escolar uniu lindamente esses dois universos.

Tive uma formação na educação básica, bem básica, cheia de números e com poucos momentos investidos na minha formação como cidadã. Ao ter a oportunidade de cursar nutrição na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo comecei a ter ideia do que eram políticas públicas e sua importância para sociedade. Vivenciar o centro acadêmico e o movimento estudantil me fez observar o ser político que existia em cada jovem ali e a nossa capacidade de construir soluções no coletivo e para o coletivo.

O movimento democrático desses espaços também foi me seduzindo, jovens se debruçando na solução de problemas, formulando narrativas, aquelas plenárias cheias de falas desconexas, disputas, falas que se complementam, falas repetidas, gente que ouve, gente que só quer falar, e depois de todo aquele aparente caos, na maioria das vezes caminhávamos organicamente para convergências e consensos, outras vezes pareciam horas de discursos que não levavam a lugar nenhum, uma experiência humana, bela e real, que vale a pena viver....

Essa vivência me despertou, me conquistou e participar desses espaços políticos se tornou parte da minha vida. Um dos meus primeiros trabalhos como

nutricionista foi nas escolas públicas executando o Programa de Alimentação Escolar no chão da escola, como dizemos, e assim segui observando esse mesmo movimento democrático acontecendo em diversos outros espaços como nos conselhos de escolas, nas reuniões do grêmio estudantil, nas plenárias do CONSEA, CRN e em tantos outros espaços de construção política que tive oportunidade de participar, alguns espaços com debates menos envolventes e discursos mais orquestrados, outros cheio de verdade e vontade de construir boas transformações.

Meu mergulho profundo nesse universo se deu quando tive oportunidade de ocupar um cargo de gestão no governo do estado de São Paulo, sendo responsável por uma equipe de 80 servidores e pela alimentação escolar de cerca de 4 milhões de estudantes diariamente. Ali, fiquei frente a frente com a política brasileira como ela é na prática, vivenciei disputas acirradas, ameaças e desafios do gigantismo do Estado. Foi possível mover pedras e caminhar, e caminhar bastante, graças a muita gente competente e disposta a fazer melhor, pessoas dispostas a serem servidoras da população. Fizemos muitos amigos e alguns inimigos, mas conseguimos transformar a alimentação escolar do estado. Mais uma vez, ficou evidente a potência de pessoas reunidas em torno de algo, alinhando interesses e encontrando um caminho comum para fortalecer.

Como assessora do secretário pude me aventurar no movimento da intersetorialidade, sair do “meu feudo” de “serviços escolares” como é chamado setor que cuida da alimentação escolar, conhecer melhor os espaços e pessoas envolvidas com as questões pedagógicas e assim inserir a alimentação escolar nesse contexto. Concretizar projetos como o Cozinheiros pela educação, o Viva agroecologia e o Gestão democrática me deram muita esperança para acreditar que com vontade política, grandes transformações podem acontecer. Apostar na potência do território, dar ferramentas para a população criar soluções concretas me mostrou que existem soluções que só quem vive uma realidade é capaz de construir e cabe ao Estado dar voz e estrutura para que essas soluções sejam viáveis.

Depois foi a hora de sair do “feudo” da educação e dialogar com outras secretarias como agricultura, saúde e meio ambiente, além de construir projetos com a sociedade civil, e assim, comecei a compreender o papel desse setor nas políticas

públicas, sua importância e a seu papel de fortalecer as propostas da população e apoiar a construção da ação pública encontrando aliados e equacionando saberes.

Por fim, pude vivenciar de perto a construção do primeiro Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, com uma equipe técnica extremamente qualificada e capaz de desenhar ações práticas e viáveis para tudo que a ciência e a sabedoria dos nossos cidadãos nos apontavam. Trazer todos aqueles debates e consensos para a realidade e para o concreto foi fascinante.

Essa vivência foi a grande inspiração para a escrita dessa dissertação que se deu no meio de um caos pandêmico e político. Os impactos desse caos na minha vida pessoal foram intensos, superar tudo isso e continuar foi uma das maiores pedras que precisei tirar do meu caminho. Ter uma orientadora sábia e inteligente e principalmente humana foi crucial para tudo isso ser possível e estar inserida em uma organização da sociedade civil como o IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), fazendo parte de coalizões como a Aliança pela alimentação adequada e saudável entre outros espaços, lindos de se viver, foi confortável.

Ao começar minha atuação profissional na sociedade civil organizada encontrei abraço em outros braços, encontrei liberdade de defender o que precisa ser defendido e principalmente aprendi demais, entendi o papel fundamental dessas organizações na tão sonhada transformação do mundo em um lugar melhor e mais justo de se viver, aprendi a estruturar nossas lutas e ficou ainda mais evidente o aprendizado de que é no coletivo que se cria soluções boas e consistentes.

E por tudo isso, hoje “me considero um sujeito de sorte, porque apesar de muito moço, me sinto sã e salva e forte” (Belchior) e posso apresentar o resultado desses anos de estudo e de consolidação do que aprendi nessa longa trajetória pelas políticas de segurança alimentar e nutricional e alimentação escolar.

Esse trabalho, assim como toda essa trajetória, não é só meu, não é só minha, é fruto de muita troca, de muita convivência com gente generosa que anda por aí espalhando sementes, ajudando a plantar e compartilhando o que colhe, e por isso sou só gratidão por ter encontrado essas pessoas e trilhado esse caminho.

...Caminante, no hay camino,

se hace camino al andar.

Al andar se hace el camino...

(Antonio Machado, poeta espanhol, 1875-1939)

2. INTRODUÇÃO

A prática da intersetorialidade é um dos maiores desafios nas políticas de alimentação e nutrição, articular interesses diversos, setores da sociedade e projetos públicos com formas de execução e objetivos distintos exige um grande esforço de agentes públicos e da sociedade. Quando o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) incorpora os princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável (DHAA), a prática de intersetorialidade se torna um aspecto fundamental para executar as suas novas diretrizes.

A Política de segurança alimentar (SAN) sempre compreendeu o programa de alimentação escolar como um grande promotor de segurança alimentar para populações mais vulneráveis, mas essas novas diretrizes, com base no DHAA, que inserem as compras da agricultura familiar no PNAE, aumentou significativamente a relevância desse programa para SAN.

A articulação entre esses dois programas é uma grande oportunidade de transformação positiva no sistema alimentar e consequentemente promoção da alimentação adequada, e essa foi a grande inspiração para mergulhar nesse processo de articulação e tentar compreender suas intersecções.

Observando os conceitos e contextualização da política de segurança alimentar e nutricional, do programa de alimentação escolar, como esses se relacionam com a garantia Direito Humano à Alimentação Adequada e a importância da intersetorialidade e os mecanismos de participação social para construir política pública será melhor compreendida a linha narrativa desse estudo e a justificativa para sua realização.

A construção do Plano de Segurança Alimentar do Estado de São Paulo se mostra como um bom espaço político para essa análise e por isso trabalho visa compreender a articulação entre o Programa de Alimentação Escolar e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional analisando a prática da intersetorialidade no processo de construção do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo.

1.1. A DESCENTRALIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO NA ANÁLISE DAS POLÍTICAS

A análise de políticas públicas é um processo fundamental para a sociedade pois oferece elementos essenciais para se compreender os desafios atuais do mundo político e as formas de respondê-los.

O processo de descentralização das políticas públicas transformou profundamente a ação pública levando à ascensão dos poderes regionais e metropolitanos e à mudança nas relações de poder. Esse processo se torna, para governantes e para as organizações da sociedade civil, uma alternativa para ampliar transparência, eficiência, eficácia e democratização da gestão local (FERNANDES, J.C.A; MENDES R, 2007).

A territorialização advinda da descentralização gera a mobilização de uma multiplicidade de instituições e atores públicos e privados na definição e implementação de políticas públicas (EPSTEIN 2021) e conseqüentemente gera mudanças no âmbito científico de análise de políticas, pois começam a provocar questionamentos sobre o modo de envolvimento dos atores locais nos processos de ação pública.

Desde o início da década de 1990, as abordagens stato-centríques abriram espaço para abordagens mais localistas e pluralistas, formuladas em termos de governança territorial ou multiníveis, que questionam as modalidades de coordenação da ação pública local, não apenas entre instituições governamentais, mas também com atores privados e organizações da sociedade civil (EPSTEIN R., 2021, p. 275).

No Brasil, datam da década de 1970 as primeiras iniciativas de descentralização de políticas públicas. As áreas de saúde, educação e assistência social são as primeiras que passaram por um processo de descentralização e na sua lógica de criação institucional trazem experiências de processos intersetoriais. (FERNANDES, J.C.A; MENDES R, 2007). Os desafios impostos por essas agendas geram uma necessidade de articulação, não só intragovernamental, mas também entre setores da sociedade com o envolvimento das organizações da sociedade civil e de atores privados na construção da ação pública. No entanto, esses processos nem sempre reuniram condições necessárias para uma ação local articulada e nem

sempre foram capazes de democratizar as relações dos gestores públicos com a população por isso, analisar esse processo é uma forma de compreender nossos espaços democráticos intersetoriais para fortalecê-los e apoiar na transformação dessas relações de poder.

A alimentação e a educação são áreas estratégicas para analisar processos de articulação e intersetorialidade decorrentes da descentralização já que políticas relacionadas à essas áreas apontam para uma complexidade e multidimensionalidade de elementos da dupla carga de má nutrição.

A Declaração de Roma, ao constatar e abordar as expressões e causas diversas da má nutrição no mundo atual, aponta para a necessidade de políticas públicas coerentes para guiar desde a produção até o consumo dos alimentos, levando em conta os setores relevantes no fornecimento de alimentos, em consonância com as necessidades nutricionais das pessoas (BOCCHI C.P., 2019). Para que a política pública atue de forma estruturante em todas essas dimensões do sistema alimentar, a ação pública precisa ser construída com soluções que venham sobretudo do âmbito local, com envolvimento de setores como agricultura, saúde, educação, trabalho e renda, meio ambiente, desenvolvimento social, entre outros e com a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e fiscalização dessas políticas.

No Brasil, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) traz a descentralização como “fundamental para a obtenção da segurança alimentar, pois favorece a participação e controle social das ações governamentais, em muitos casos é mais eficiente, além de ser inevitável face à dimensão e às diferenças regionais do país” (MALUF et al,1996, p. 69).

Dentro desse contexto, para que as análises das políticas públicas possam efetivamente extrair e compreender esses processos políticos provocados pela descentralização e pela intersetorialidade é importante ir além dos mecanismos de construção e implementação das mesmas e trazer uma atenção especial aos atores e a abordagem histórica. Esta afirmação se fundamenta em DUBOIS V. 2021 quando traz que “Se torna essencial identificar os atores que contribuem em seu

desenvolvimento e como seus intercâmbios são organizados: os contornos dos ambientes que formam, a estruturação de suas relações, a natureza e os efeitos de suas interações”

1.2. O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A agenda brasileira sempre foi conduzida de forma integrada com o sistema alimentar e com o conceito de “segurança alimentar e nutricional”: Nesta relação é possível observar uma visão que mantém unidos os conceitos de SAN, de governança desse sistema e com uma agenda de Estado expressa por leis, decretos, orçamento e sistema de monitoramento definidos. (BOCCHI C.P., 2019).

Essa governança é operacionalizada por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que tem por objetivo assegurar que todas as pessoas que vivem em território nacional estejam livres da fome e, ao mesmo tempo, tenham acesso a uma alimentação de qualidade (BRASIL. Lei Nº 11.346). Em 2006, a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN - Lei no 11.346) foi sancionada pelo Presidente da República, tornando o acesso à alimentação uma política de Estado e instituindo o SISAN, cuja missão é formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional (SAN), estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país. Por meio da Lei Orgânica, foi concebida a Câmara Interministerial, que deve reunir os ministérios e secretarias especiais que têm relação com o tema, e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) passou a ter caráter permanente

(BRASIL. Lei Nº 11.346). Cabe destaque à importância da participação da sociedade nesse processo, seja na realização de significativas experiências de SAN em seu próprio campo, seja na parceria com o governo para a formulação de propostas e ações e seu monitoramento e controle (COSTA, C.R.; BOGUS, C.M, 2012 p 103).

A política de SAN é realizada em muitas etapas do sistema alimentar (produção, distribuição, acesso e consumo) e precisa do envolvimento de muitos setores como trabalho, economia, saúde, educação, meio ambiente, proteção e promoção social, dentre outras. Para atingir seu objetivo, essa política deve implementar ações abrangentes e de caráter estruturante que transformem o processo de determinação social da insegurança alimentar e nutricional com medidas de curto e médio prazos (RIGON S.A, 2016, p.2).

A LOSAN, ao instituir o SISAN, compreende que desafios complexos como a garantia de SAN exigem pactos nacionais mais amplos. Isso não significa eliminar os conflitos entre os atores envolvidos, mas submeter a lógica dos interesses em jogo a um sistema integrado, capaz de ajustar as diferentes visões (BRASIL 2006, Lei Nº 11.346). Assim, o artigo 7º da LOSAN, define que o “SISAN é integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional” (BRASIL 2006, Lei Nº 11.346).

O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), instituído pelo Decreto 7.272/2010 é o principal instrumento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Decreto define as diretrizes e os objetivos da PNSAN, onde se afirma: promover a segurança alimentar e nutricional, assegurando o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional por meio de diretrizes

que estabelecem a promoção de acesso universal a uma alimentação adequada, abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis, intitulação de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para povos e comunidades tradicionais, dentre outros (LOUREIRO, LM 2018).

O Art. 4º define os objetivos específicos da PNSAN:

“I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil; II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade; III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais” (BRASIL, 2010).

Os avanços no debate e implementação da PNSAN vão evidenciar a importância da política em se articular com todas as outras políticas econômicas e sociais em todos os níveis de governo e *“ser perseguida por toda a sociedade, comprometendo todos os segmentos sociais, seja em parceria com os distintos níveis de governo ou em iniciativas cidadãs”*. (MALUF ET ALL, 1996).

O caráter intersetorial da PNSAN é reforçado quando ela incorpora a promoção e garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) como objetivo e meta da política, ficando muito claro que praticamente todas as áreas de governo devem atuar na promoção da alimentação saudável e adequada. O DHAA está ligado a dignidade da pessoa humana à justiça social e à realização de outros direitos “isso aponta claramente para a necessidade de políticas e programas públicos que tenham como princípio a intra e a intersetorialidade, para que se possa promover a realização dos direitos humanos” (BURITY, 2010, p 20).

A participação do setor da educação na construção do processo de implementação da PNSAN é uma questão essencial e indispensável à consolidação do sistema nacional de SAN (STOLARSKI M.C, 2017).

O PNAE tem papel fundamental na promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. Desde a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que produziu as diretrizes para a política nacional de SAN, o PNAE aparece como prioridade na PNSAN. O programa está localizado dentro do seu segundo eixo, que aborda a responsabilidade da sociedade e do governo em garantir o acesso a uma alimentação adequada aos grupos populacionais de risco nutricional ou social, com a seguinte ação.

“ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de 15% para 30% das necessidades nutricionais de 30 milhões de estudantes de escolas públicas, e sua extensão para creches e pré-escolas “ (MALUF ET AL, 1996, p. 83)

1.3. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O PNAE caracteriza-se como a política pública de maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional, sendo considerado um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo.

Na década de 30 agrava a preocupação com a desnutrição de gestante, lactantes e crianças e essa situação aponta para a necessidade de um programa suplementar de nutrientes para esse público e assim, em 1940, nasce a primeira ação governamental de alimentação dos escolares chamado Programa Nacional da Merenda Escolar que se torna inviável devido a indisponibilidade de recursos financeiros por parte do governo (LOUREIRO LM, 2018).

Na década de 50 é criada a Campanha Nacional da Merenda Escolar e segue uma trajetória até a década de 70 com predomínio da participação de organismos internacionais, cobertura pouco efetiva, baixa regularidade de fornecimento e pouca preocupação com adequação cultural dos produtos oferecidos (PEIXINHO, A.M.L, 2013). Enquanto em seu início o programa foi marcado por doações internacionais, posteriormente segue um movimento de consumo de alimentos adquiridos pelo governo federal de indústrias nacionais, com base em insumos vendidos por grandes corporações transnacionais. Houve uma estratégia de aumento da participação da agroindústria e da indústria de alimentos no programa e assim várias empresas de alimentos formulados instalaram-se no país (STOLARSKI, M.C, 2017).

O uso desses produtos na alimentação escolar aumentou, justificado grandemente pela suposta qualidade microbiológica dos alimentos industrializados, maior tempo de vida de prateleira e facilidade na

logística de armazenamento, distribuição e produção que os mesmos proporcionavam ao sistema. (STOLARSKI, M.C, 2017, p.152).

Somente no final da década de 70 que começam as primeiras iniciativas de olhar para o caráter intersetorial da política e regionalização dos produtos adquiridos (PEIXINHO, A.M.L, 2013).

Entre 1976 a 1984, o PNAE se constituiu em uma das diretrizes do II PRONAN, coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. Pretendeu, concomitantemente, introduzir um conjunto de inovações naquela política, entre elas: integrar os vários ministérios; estimular a produção de produtos básicos; interferir na cadeia de abastecimento; adquirir gêneros alimentícios do pequeno produtor; e garantir preços mais competitivos.

(PEIXINHO, A.M.L, 2013, P. 911)

A Constituição Federal de 1988, ao universalizar o direito à alimentação escolar e definir que este deve ser garantido pelos três níveis de governo, foi o impulso decisivo para a transformação do PNAE em política de Estado. (AMORIM A.L.B, 2020).

O momento de retomada da abertura política e renovação das ideias emergentes com atuação do movimento social agrega ao PNAE o processo global de territorialização de políticas, assim, por meio da Lei nº 8.913, de 1994 o programa formaliza o processo de descentralização de sua gestão, quando o Ministério da Educação (MEC) firma convênios com estados e municípios - entidades executoras (EEx) - para o repasse de recursos financeiros, permitindo a regularização no fornecimento e a melhoria da qualidade das refeições. (AMORIM A.L.B, 2020). Essa medida teve importante impacto na ampliação do Programa entre 1995 a 2010 quando

o PNAE ampliou sua cobertura populacional de 33,2 milhões para 45,6 milhões de escolares e teve um significativo aumento na alocação de recursos financeiros de 590,1 milhões para 3 bilhões de reais” (PEIXINHO, A.M.L, 2013). Essa lei também estabelece controle social no programa, sob a denominação de Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que passou a ser instituído em todos os estados e municípios. O CAE tem papel de acompanhar e fiscalizar a execução do programa, e se tornou pré-requisito para o repasse de recursos (STOLARSKI, M.C, 2017).

Essa estratégia foi um passo muito importante para o programa pois investiu na potência dos territórios, com o intuito de envolver seus habitantes na construção de uma política pública, empoderando esses atores, dando-lhes voz e vez. (CALDAS, E. MASSARDIER, G, 2021).

“Essa política institucional conferiu maior legitimidade aos eleitos locais (os conselheiros dos departamentos e das regiões passaram a ser eleitos por sufrágio universal) e transferiu competências e impostos às autoridades locais. Mas a pesquisa em Ciência Política mostrou que a prática foi além da regra: a descentralização abriu caminho para o empoderamento dos territórios locais na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas. Essa mudança foi “silenciosa” na medida em que a descentralização organizou uma retirada ordenada do Estado por meio da distribuição de competências entre as coletividades territoriais.” (CALDAS, E. MASSARDIER, G, 2021 p.254)

A população tem maior capacidade de interferir no local onde vivem, é nesse espaço que fica claro a necessidade de articular e otimizar a atuação dos diferentes organismos governamentais, entre eles e com a comunidade. “Assim, amplia-se a

possibilidade concreta de participação social no processo de elaboração, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas” (MALUF, RS et al. ,1996, p. 79).

Apesar de toda essa perspectiva de que com a descentralização os gestores estariam mais próximos da realidade de seus municípios e pudessem fortalecer os circuitos locais entre produção e comercialização e realizar a compra localmente de alimentos “in natura” mais condizentes com os hábitos alimentares das diferentes regiões do país, a implementação das compras locais era ainda muito difícil principalmente devido às dificuldades impostas pela Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública (SCHWARTZMAN,F. et al. 2017).

A partir da descentralização, do fomento à participação social e da ampliação do programa, a Coordenação Geral do PNAE (CGPAE) dá início a uma série de estratégias visando à ressignificação do PNAE e reestruturação de seus objetivos, diretrizes e estruturas técnico-operacionais (PEIXINHO, A.M.L, 2013). Essa atualização do programa priorizando aspectos sociais para garantia do direito humano a alimentação adequada e saudável também criou a necessidade de uma adequação do orçamento, da cobertura, das modalidades de compra e um aprimoramento da participação social, entre outros.

Isso deveria ser feito inicialmente por meio de um conjunto de medidas e, posteriormente, por meio de um projeto de lei, uma vez que também era fundamental elaborar um marco legal do Programa, uma normativa com caráter de lei, que o institucionalizasse como um programa de Estado (SCHWARTZMAN,F. et al. 2017, p.5).

Em 2009 é publicada a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Brasil. Lei nº 11.947), fruto de um processo intersetorial entre os ministérios do Governo Federal e com ampla participação da sociedade civil por meio do CONSEA nacional. Com esse

marco legal, o PNAE passa a incorporar em suas estratégias técnico-operacionais de execução junto aos estados e municípios os seguintes princípios para a gestão e a execução da alimentação escolar: equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais (PEIXINHO, A.M.L, 2013). Essa lei instituiu vários elementos fundamentais para consolidação do programa como uma política de SAN, na perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável, como a determinação de que os cardápios devam ser elaborados por nutricionista, priorizando alimentos básicos, que respeitem a cultura e a tradição alimentar locais, pautando-se na sustentabilidade e na diversificação agrícola da região e a obrigatoriedade de que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassado pela União fossem utilizados na aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar incentivando a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. Além disso, a legislação permitiu que essa compra pudesse ser efetuada por meio de chamada pública – e não necessariamente pelo procedimento licitatório tradicional, facilitando, assim, o acesso dos agricultores familiares. Foi somente com a instituição dessa modalidade de compras, que as compras locais tornaram-se realmente possíveis (SCHWARTZMAN,F. et al. 2017).

Com essa lei, o Brasil se torna o primeiro país a exigir por lei a vinculação entre alimentação escolar e agricultura familiar em um contexto internacional de atenção para relação entre a agricultura, a nutrição e a saúde (HAWKES, C et al, 2016).

Ao encurtar a cadeia de distribuição, eliminando atravessadores e outras etapas dessa cadeia, se permite que o agricultor seja mais justamente remunerado

pelo seu trabalho, além disso, proporciona uma aproximação do campo com a cidade, levando a uma valorização do trabalho dos agricultores e melhora de sua autoestima. Essa aproximação entre produtores e consumidores também estimula a venda direta de produtos por outros canais de comercialização, como as feiras livres, contribuindo assim para o fortalecimento dos mercados locais e dando mais acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis (SAMBUICHI, R.H.S et al, 2014).

Outros benefícios desta aproximação foram a melhoria na infraestrutura das cozinhas escolares; o aprimoramento das chamadas públicas; o apoio logístico para transporte e escoamento da produção agrícola; e a parceria entre o responsável técnico do PNAE e a assistência técnica rural da Secretaria da Agricultura por meio da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), maior participação dos alimentos básicos no cardápio do PNAE. (VILLAR, B.S. 2017) Além disso, o processo de compra de alimentos da agricultura familiar promove segurança alimentar aos agricultores e valoriza os alimentos regionais (SAMBUICHI, R.H.S et al, 2014).

A importância dessas medidas ganha força quando se percebe que a lei promoveu a formação de organizações produtivas fazendo a agricultura familiar alcançar produtividades impressionantes, em especial, em cadeias de maior valor que requerem esses empreendimentos familiares organizados coletivamente (VILLAR, B.S. 2017).

Sendo assim, esse dispositivo legal pode ter efeito na promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, com respeito diversidade étnica e racial, a cultura, as tradições da população brasileira e com práticas agrícolas resilientes que permitam manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas e que melhorem a qualidade da terra e do solo (VILLAR, B.S. 2017).

Com esses desfechos, essas novas diretrizes aproximaram ainda mais o PNAE das políticas de SAN e a prática da intersetorialidade se tornou um elemento essencial para concretizar as compras da agricultura familiar e acesso a alimentos de produção local, que representem os hábitos, histórias e culturas alimentares de um território. Ao comprar diretamente de agricultores familiares locais, o programa começa a ser reconhecido como instrumento dinamizador das economias locais (SCHWARTZMAN,F. et al. 2017).

Assim como o PAA, a compra de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE fortalece a comercialização dos alimentos produzidos por esse segmento e, ao mesmo tempo, garante o acesso a alimentos in natura e a uma alimentação mais saudável. Promove ainda o crescimento da economia local e do que chamamos de circuitos curtos de produção e comercialização, proporcionando um menor custo dos alimentos e estratégias mais sustentáveis do ponto de vista ambiental (BOCCHI C.P, 2019, p.4).

A demanda criada pelos programas de alimentação escolar representa um enorme potencial para o desenvolvimento da agricultura familiar e de circuitos locais de comércio, convertendo-se em potencial ferramenta de estímulo à economia local, possibilitando o aumento da renda dos agricultores e contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das comunidades, a superação do ciclo da pobreza e o fortalecimento e sustentabilidade dos próprios programas. Por outro lado, a oferta de alimentos frescos, diversificados e culturalmente apropriados provenientes da agricultura familiar pode contribuir para a melhora da qualidade da alimentação oferecida, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o resgate de tradições culinárias e hábitos alimentares regionais (SCHWARTZMAN,F. et al. 2017, p.2).

Por fim, nas últimas duas décadas, verificou-se uma ampliação dos recursos federais para o PNAE, em conformidade com o aumento do número de estudantes atendidos e outras legislações reforçaram todas as diretrizes e aspectos apontados acima (AMORIM ALB, 2020). No entanto, a operacionalização desta política ainda é bastante complexa, pois envolve diversos setores do governo e da sociedade (VILLAR

BS et al, 2013) e requerem mecanismos concretos de interlocução e de fortalecimento institucional e intersetorial e os alcances esperados são bastante amplos e diversificados. (SCHWARTZMAN,F. et al. 2017). É importante avaliar como superar as barreiras locais e regionais específicas para efetivação do processo de compra de alimentos da agricultura familiar e promover a articulação intersetorial de forma integral e coordenada (BARALDI L.G et al, 2021).

Para esta articulação pode-se afirmar que os CONSEAs, CAISANs e os COMUNSANs (Conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional) são espaços institucionais que têm o potencial para promover a intersetorialidade e por isso se configuram como um espaço especialmente promissor para construção dessas ações, em função da participação social, aspecto crucial para impulsionar a construção transversal das políticas em discussão (RIGON, S.A, 2016).

Entende-se que para viabilizar as compras públicas da agricultura familiar é importante ampliar as parcerias, envolvendo governos estaduais, municipais, organizações de produtores, organizações não governamentais (ONGs) e instituições diversas no sentido de somar esforços para dar ao setor as condições mínimas de atender à demanda criada. Também é necessário coordenar as ações governamentais de modo a melhorar a assistência técnica e a oferta de crédito para atender a estas demandas, dando apoio a unidade produtiva familiar (SAMBUICHI, RGR et al, 2014).

1.4. A INTERSETORIALIDADE

O debate sobre intersectorialidade está presente em diversas áreas do saber e apresenta uma diversidade de abordagens e ideias entre os diferentes campos de conhecimento. Essa condição abre inúmeras possibilidades analíticas para o tema e também apresenta dificuldades significativas para sistematização das informações, fazendo com que a intersectorialidade seja tratada de forma muito genérica (SCHUTZ F, MIOTO RCT, 2010).

A intersectorialidade é um meio de implementar políticas públicas em territórios específicos, articulando saberes, recursos, capacidades, talentos e potencialidades de sujeitos e organizações sociais, superando a exclusão social e a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas. Ela é mais que um conceito, é uma prática social que apoia na superação de problemas complexos da ação pública (MENDES R, AKERMAN, M, 2007).

AKERMAN M et al, 2014 traz um conceito operacional em que intersectorialidade seria definida como um modo de gestão (o que?) desenvolvido por meio de processo sistemático de (como?) articulação, planejamento e cooperação entre os distintos (com quem?) setores da sociedade e entre as diversas políticas públicas para atuar sobre (para que) os determinantes sociais.

Práticas intersectoriais promovem a compreensão da complexidade da realidade, superando a visão restrita (e setorial) do mundo, levando ao encontro de uma unidade na diversidade (MENDES R, AKERMAN, M, 2007).

A intersectorialidade não é antagônica ou substitutiva da setorialidade, ela reconhece os domínios temáticos e setoriais e promove a comunicação entre eles para construção de uma síntese, cada setor pode contribuir com seu fazer e perspectiva setorial de maneira articulada (SCHUTZ F, MIOTO RCT 2010),

compreendendo a insuficiência da ação setorial isolada para enfrentar a raiz dos principais problemas devido ao caráter artificial da fragmentação do real (AKERMAN M et al, 2014).

“Se não existir uma lógica de articulação e de coordenação entre setores, cada um irá propor seu próprio projeto, baseado em sua visão de realidade, e estabelecerá seus próprios objetivos e métodos.” (MENDES R, AKERMAN, M 2007).

Na ação pública, a fragmentação e desarticulação de políticas impossibilita o atendimento da população em sua integralidade, não atendendo a necessidade da população em suas diversas dimensões e submete a população a um paralelismo de ações gerando sobreposição de ações e a dispersão de recursos. Para que a população seja pensada em sua totalidade é necessário, a partir dos seus problemas, acessar de forma articulada os saberes, poderes e vontade diversos e assim mobilizar sujeitos, setores e conhecimentos em prol da articulação integrada das políticas públicas (SCHUTZ F, MIOTO RCT, 2010).

Sob essa perspectiva, a intersetorialidade vai muito além de um mecanismo de gestão, ela se configura como um caminho para promover escutas qualificadas que levam ao encontro de interesses comuns ou divergentes e buscam convergências possíveis ou afirmam a impossibilidade delas. É um dispositivo que propicia encontro, escutas e alteridade, com a meta de produzir equidade e enfrentar a exclusão social. Assim, ela apresenta seu potencial na promoção da participação social, no entanto, faz-se necessário uma reflexão quanto ao empoderamento social/comunitário como um resultado ou um processo em empreendimentos intersetoriais. (AKERMAN M et al, 2014).

A intersetorialidade é uma proposta desafiadora que visa a integralidade e precisa de comprometimento de gestores e estruturação de práticas profissionais que

concretizem essa integração. Ela pode ser dar de várias formas e formatos, por sistemas governamentais que desenhe essa integração, por projetos pontuais e/ou estruturantes, pela criação de espaços de diálogo e integração dos diversos atores etc. Não existem receitas de como fazer a intersectorialidade (MENDES R, AKERMAN M, 2007).

1.4.1. INTEGRAÇÃO DOS SETORES GOVERNAMENTAIS

Existem diferentes formas de relacionamentos e padrões de colaboração entre setores governamentais. O padrão que efetivamente “rompe os feudos fechados”, chamado de integração, é quando uma nova política ou programa é definido em conjunto com outros setores. Isso envolve a integração de objetivos e processos administrativos e o compartilhamento de recursos, responsabilidades e ações. Outras formas de relacionamento entre setores que começam a caminhar no sentido da intersectorialidade é quando existe compartilhamento de informação; ou algum grau de cooperação entre setores para maior eficiência em suas ações; e a coordenação que promove ajustes nos programas de cada setor, compartilhando recursos para melhorar a eficiência e eficácia, criando sinergias dentro da administração. Um estudo realizado em 2012 que analisou 128 artigos que descrevem empreendimentos intersectoriais em 43 países identificou que a maioria dos empreendimentos se dão no padrão de cooperação (52%) e coordenação (42%), o padrão de integração é encontrado em apenas 16% dos empreendimentos (SHANKARDASS K et al, 2012).

Para uma ação intersectorial efetiva é necessário ir além do compartilhamento de informação, da cooperação e coordenação, é necessária criar integração com processos de gestão inovadores (AKERMAN M et al, 2014). Para atingir esse grau de integração é necessário vontade política de dirigentes e sensibilização dos servidores

públicos, a concretização da intersetorialidade é mediada de transformações na cultura organizacional, rompendo prática e estruturas existentes. Para que as ações interssetoriais sejam mais efetivas, mecanismos de democratização do planejamento e avaliação das políticas precisam ser potencializados de forma a serem acessíveis a população e principalmente, essas ações precisam ser definidas com base na realidade desta população e em um pensamento interssetorial, com uma coordenação interssetorial para concretiza-las e mediada pelo controle social (SCHUTZ F, MIOTO RCT 2010).

Para isso, o orçamento do Estado precisa ser determinado por meio de planejamento e avaliação participativos com base regional, assim, a estrutura organizacional modelada pela lógica interssetorial supõe o alargamento de mecanismos de participação (SCHUTZ F, MIOTO RCT 2010).

1.4.2. A TERRITORIALIZAÇÃO

Outro elemento essencial à intersetorialidade é a descentralização que promove a importância do território. Um dado espaço definido social e territorialmente, que pode ser um município, uma região, um bairro, é um espaço privilegiado para ação interssetorial pois é lá que se concretiza a ação e a integração interssetorial. Conhecer as necessidades de um território e suas singularidades facilita a organização e distribuição dos serviços de forma setorial, assim como a compreensão dos interesses envolvidos e construção de soluções viáveis. O território, ao reunir conglomerados humanos, reproduz a totalidade social (SCHUTZ F, MIOTO RCT 2010).

A governança territorial promove uma transformação na elaboração de políticas, indo de uma abordagem vertical centrada no Estado para uma abordagem horizontal centrada em representantes eleitos e redes de atores locais (EPSTEIN, R, 2021).

Esse policentrismo e horizontalização traz uma complexidade para ação pública e uma crescente necessidade de integração de objetivos trazendo para o centro a análise política o importante papel de atores intermediários da ação pública na coordenação de administrações, setores, níveis, programas, objetivos etc. – intersectorialidade – nesse ocorre a entrada da audiências nas políticas públicas (associações de usuários ou habitantes, espaços públicos midiáticos, “fóruns” de controvérsias sobre as “boas” políticas , etc.) e as mobilizações sociais (MASSADIER, G. 2021).

Essa multiplicação de níveis de ação, de atores e de centros de iniciativa, promovida pelos processos democráticos de negociação, desafia a regulação tradicional do Estado que tenta criar procedimentos, articular e priorizar ações e cria figuras de mediação que acompanham esse processo. São autoridades que acompanham as negociações multilaterais, ajudam à estruturação de setores ou mercados, apoio ao desenvolvimento territorial etc (MASSARDIER, G. 2021).

1.4.3. A INTERAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

Acessar, sistematizar e organizar conhecimentos empíricos se torna um importante passo para ação pública, na tentativa de criar ferramentas para dominar a complexidade e integrar as informações provenientes desses espaços (BENAMOUZIG D, BORRAZ O, 2021).

O Estado começa a agir como regulador da atividade dos grupos e se torna um poderoso fator de estruturação de interesses (MILET, M. 2021).

E nessa orquestra do Estado fica a pergunta: a intersectorialidade, tem capacidade de aumentar o cacife de quem está fora do jogo? Não deveria ser este o objetivo ético-político de qualquer reforma de Estado ou dispositivo de gestão, o de aumentar as oportunidades de quem está fora do jogo, usando a lente da equidade? E neste festival de música, não há como prescindir de um jurado que inclua, medie e decida como as várias vozes vão participar do “concurso” (AKERMAN M et al, 2014).

Nesse contexto é central se atentar aos instrumentos da política pública que vão moldar o campo da intervenção, influenciando nas possibilidades e modalidades de agrupamento representativo (MILET, M. 2021).

Apesar de relações entre governos e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos teriam, em tese, interesses públicos, algumas vezes o interesse público pode não ser o interesse governamental, diferentes setores dentro dos governos podem ser pautados também por interesses comerciais e podem integrar redes de políticas (BURLANDY L et al, 2014).

É necessária uma decisão ético-política deliberada de que o Estado e sua gestão e políticas servem ao interesse comum (AKERMAN M et al, 2014).

há de se investir no fortalecimento da democracia e da cidadania e na articulação de distintos atores sociais que, em conjunto, devem se mobilizar em defesa do interesse público. Esse é o verdadeiro aprendizado que pode promover mudança cultural e democratização das práticas sociais locais.

(MENDES R, AKERMAN, M 2007)

Um certo grau de estruturação com alinhamento de ideias, interesses, instituições e opinião pública é muito importante para que a influência seja exercida e

o grupo forneça bons recursos aos tomadores de decisão, influência aqui entendida como a capacidade de agir sobre uma alternativa. Um outro aspecto que interfere na efetividade dessa influência é o ambiente político, ou oportunidades políticas que contam com três variáveis: “o maior ou menor grau de abertura do sistema político em frente aos pedidos, a estabilidade dos alinhamentos partidários e governamentais, bem como os aliados potenciais do interesse a defender” (MILET, M. 2021).

Redes podem articular diversos sujeitos, que são mobilizados a participar dos processos de gestão das políticas sociais, essa articulação em redes pode gerar ações e saberes intersetoriais (SCHUTZ F, MIOTO RCT, 2010).

Para aumentar a influência do interesse público na tomada de decisão pública é necessário construir um trabalho em rede.

“o termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal” (SCHUTZ F, MIOTO RCT, 2010).

A ação pública é uma construção coletiva e contextualizada de atores em interação. Os movimentos sociais, os grupos de interesse e as redes que eles formam são considerados produtos e objetos da ação pública. Essas redes operam em nível setorial e podem estabelecer relações desde uma simples “rede de interesses” ad hoc até uma “comunidade de ação pública” capazes de liderar as políticas de interesse com alto nível de integração e até posse de recursos (MILET, M. 2021).

O esforço de alguns níveis de governo em empreender práticas cada vez mais articuladas não se traduz necessariamente em resultados mais satisfatórios (MENDES R, AKERMAN, M 2007). A necessidade de integrar práticas e saberes, confronta com a realidade marcada por um Estado setorializado, permeado por

poderes disciplinares e poderes de composições antagônicas, nos quais se destacam o quadro de arranjos políticos partidários, a verticalização e hierarquização, bem como os corporativismos (SCHUTZ F, MIOTO RCT, 2010).

Considerando a multiplicidade de interesses em pauta e potenciais conflitos e convergência entre eles, essa estratégia integradora demanda uma cadeia complexa de implementação e um processo político e decisório igualmente desafiador (BURLANDY L et al, 2014).

Assim, sendo as práticas intersetoriais um dos temas mais sugeridos atualmente na formulação de políticas públicas, mas por outro lado, um dos que apresenta menor grau de sucesso, estudar essa prática se debruçando sobre ela se torna muito importante (MENDES R, AKERMAN, M 2007).

1.5. O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE

Desde a década de 1990, a perspectiva intersetorial foi incorporada na nova concepção de política de SAN, significando que o caráter suprassetorial da política pública deveria envolver diversos setores, dentro de uma compreensão integrada pelos componentes alimentares, disponibilidade, produção, comercialização e acesso ao alimento e nutricional relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento (BURLANDY, 2004).

Maluf et al 1996 demonstra que a segurança alimentar será conseguida com desenvolvimento econômico, porém, orientado por objetivos sociais e por uma visão pautada na ética, na equidade, na sustentabilidade ambiental, na universalização da cidadania e na radicalização da democracia. Ela está atrelada à necessária expansão dos serviços públicos básicos de educação, saúde, habitação e saneamento. Tudo

isso com bases sustentáveis, de modo que os resultados hoje obtidos não comprometam o desenvolvimento no futuro (MALUF ET AL 1996, pg 83).

Conforme relatado acima, a Lei no 11.947 propõe uma concretização da intersetorialidade pois contém elementos que vinculam o PNAE à política de saúde, à política de educação, à política que protege os direitos das minorias, à agroecologia e, como tal, deve ser compreendida como uma estratégia de melhoria da qualidade da alimentação escolar, de desenvolvimento local, de fortalecimento da agricultura familiar, de realização da segurança alimentar e nutricional e de cumprimento do direito humano à alimentação adequada nas escolas (SCHWARTZMAN, F. et al. 2017).

Contudo, sabe-se que todo o processo de implementação dessa lei e dessas políticas enfrentaram grandes desafios em nível local. O estado de São Paulo, por exemplo, só teve seu Plano de Segurança Alimentar e Nutricional publicado em 2019, ou seja, 13 anos após a publicação da LOSAN. Em 2011, três anos após a publicação da lei 11.947/2009, 613 municípios do estado de São Paulo foram investigados, e destes apenas 47% realizaram o processo de compras da agricultura familiar por completo, ou seja, publicaram a chamada pública, receberam os alimentos e pagaram aos agricultores (VILLAR et al., 2013).

A multiplicidade de atores envolvidos assim como a inserção de problemas complexos e difíceis nas agendas políticas e administrativas locais torna extremamente desafiador o processo de consolidação dessas políticas (EPSTEIN, R., 2021). A efetivação das compras públicas da agricultura familiar pelo PNAE envolve diversos atores em distintas instituições e esferas de governo como técnicos de assistência técnica agrícola, agricultores familiares, gestores do setor de educação,

nutricionistas, membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e a intersectorialidade pouco aprofundada já era apontada pelos formuladores da lei 11.974/94 como uma fator desfavorável para implementação desta (SCHWARTZMAN, F. et al. 2017):

Estudos sobre os atores do CONSEA apontam que a articulação de sujeitos na ação intersectorial depende, dentre outros fatores, do contexto das organizações sociais, de seu grau de coesão, da experiência de diálogo e negociação entre si e com o poder público” (RIBEIRO, L.M. 2018). Atores envolvidos no processo apontam dificuldades diante da fragmentação na organização das estruturas de Estado para operar a intersectorialidade, estabelecendo-se um contraponto com a fragmentação existente também no campo da sociedade civil, expressa em separações de lutas, articulações setoriais de atores e de organizações (RIBEIRO, L.M. 2018).

Compreender esses espaços de disputa, suas fragmentações e os elementos que promovem a intersectorialidade e participação social é um grande desafio e a perspectiva da Sociologia da Ação Pública pode ser um importante eixo analítico para apoiar nessa compreensão.

2. OBJETIVO, JUSTIFICATIVA E OBJETO DE ESTUDO

Esse estudo visa compreender a prática da intersectorialidade e os elementos de intersecção entre as **políticas de alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional** no processo de construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo.

Considerando que a intersectorialidade é um elemento fundamental nas políticas de promoção da alimentação adequada e saudável, que diversos fatores apoiam ou dificultam a sua concretização, que as políticas de alimentação escolar e segurança alimentar têm uma importante complementaridade e que existem poucos estudos sobre processos políticos na área de alimentação e nutrição (HAWKES C et al, 2016). Pretendeu-se analisar as ações públicas intersectoriais democráticas que permearam a construção do PLANSAN/SP com foco nos pontos práticos de "intersecção" entre SAN e alimentação escolar e dessa forma compreender melhor esse processo para fortalecê-lo, incentivá-lo e protegê-lo além de fomentar a integração dessas duas políticas. Entende-se a intersecção das políticas como os pontos, agendas, temáticas e ações que pertencem a mais de uma política.

3. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

3.1. O REFERENCIAL TEÓRICO: A SOCIOLOGIA DA AÇÃO PÚBLICA

De acordo com KNAUTH, D.R e LEAL, A.F (2014), “a ausência de um referencial teórico para a análise dos dados é, sem dúvida, a principal fragilidade dos trabalhos resultantes de pesquisas qualitativas na área da Saúde Coletiva”, o mero emprego das “técnicas qualitativas” pode levar a produção de pesquisas superficiais e de má qualidade.

É deste referencial que vêm os pressupostos da metodologia, bem como é ele que possibilita uma análise mais

aprofundada dos dados. Neste referencial estamos incluindo todo o conjunto variado e distinto de teorias que buscam explicar o funcionamento da sociedade e das relações sociais, sejam estas funcionalistas, estruturalistas, marxistas ou pós-estruturalistas. É somente a partir de uma perspectiva teórica e de categorias analíticas que é possível produzir uma interpretação consistente dos dados qualitativos (KNAUTH, D.R e LEAL, A.F 2014).

A Sociologia política da ação pública é uma opção analítica de políticas públicas ou, simplesmente, uma abordagem complementar para pesquisas da Ciência Política sob uma perspectiva francesa, que vai além dos mecanismos de construção e implementação de políticas, ela traz na sua análise uma atenção especial aos atores, além de dar importância às abordagens históricas e utilizar prevalentemente métodos qualitativos para o desenvolvimento de aproximações cognitivas. Ela extrapola as teorias e conceitos da academia anglo-saxã, mais fundamentada em modelos lineares, racionais e estilizados para explicar as políticas públicas para trazer uma compreensão da realidade para além dessa política. Ao explicar o “Estado em ação”, a sociologia da ação pública “atribui importância a elementos analíticos que envolvem o papel das ideias, do conhecimento, das instituições, dos interesses, dos instrumentos, dos indivíduos e de gênero” além da dimensão internacional e transnacional das políticas públicas (OLIVEIRA, O. P. HASSENTEUFEL P.,pg 16).

A análise de políticas de promoção da alimentação adequada e saudável pela perspectiva da Sociologia da Ação Pública nos permite observar um amadurecimento das políticas de SAN e do PNAE que passam a incorporar na sua construção a noção

de que problemas complexos precisam de respostas construídas de forma territorializada e coletivamente por todos os atores envolvidos com a questão.

Diversas abordagens da Sociologia da Ação Pública serão importantes para essa compreensão, já que reconhece que a ação pública é concebida como um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos, como por objetivos ou conteúdos e principalmente pela ação dos profissionais da ação pública, as dinâmicas internas a esses grupos, como as relações de força que exercem entre si, estruturam em parte a ação pública.

Por meio da abordagem da noção de campo como ferramenta da sociologia da ação pública proposta por Vicent Dubois, por exemplo, pode-se compreender a política relacionando-a com o campo da sua produção, com a estrutura das posições e das relações entre os agentes em competição, revelando a estrutura social da produção daquela política. Ele propõe uma restituição sistemática do espaço de produção de uma política (DUBOIS, V. 2021).

Esse olhar para o microcosmo no qual uma política é produzida, com base na teoria de campo de Bourdieu, evidencia a política como produto das relações entre espaços sociais diferenciados onde os estilos de vida e as formas de ver o mundo dos agentes são funções de seu pertencimento a um campo. As escolhas públicas derivam de um equilíbrio interno de poder resultante da concorrência interorganizacional que cria posições e relações específicas entre esses agentes e repercutem no debate político, delineando o espaço de opções politicamente concebíveis e possíveis, orientando, dessa forma, indiretamente as políticas governamentais. (DUBOIS, V. 2021). Os espaços de controle social, como o CONSEA, são campos que permitem essa interação de agentes equacionando formas

de ver o mundo e vivências para orientar políticas governamentais, provocando mudanças políticas que vão além das vontades individuais de tomadores de decisão de governo.

Como existe uma multiplicidade de relações e a diversidade de posições dos agentes envolvidos e seria muito difícil limitá-las a um único campo, essa abordagem também propõe uma análise das relações entre os campos ou frações e assim “convida a reportar as relações entre os espaços sociais que constituem a ação pública e, ao fazê-lo, permite capturar a complexidade das relações de dominação e legitimação que caracterizam a intervenção das autoridades públicas” (DUBOIS V., 2021, p. 145).

Essa abordagem pode ser útil “não só para a análise empírica dos espaços sociais de produção de políticas públicas, mas também sociologicamente mais poderoso do que os conceitos mais frequentemente utilizados nessa área, graças ao sistema teórico subjacente e ao método analítico que está associado” (DUBOIS V., 2021, p. 136). Ao permitir objetivar a estrutura dessas posições, das tomadas de posições correspondentes, e dessas relações, a análise em termos de campo permite revelar o que fundamenta socialmente uma política, ou seja, as condições e modalidades de sua legitimação.

Essa perspectiva também permite uma análise da institucionalização da participação, tão importante para o processo de construção do PESAN/SP, já que por meio dela é possível analisar a multiplicidade de mecanismos participativos que vem do trabalho colaborativo de atores profissionais. Por meio das conferências populares, plenárias do CONSEA, debates do Comitê técnico do PESAN/SP e reuniões de

equipes técnicas das secretarias envolvidas, cada profissional trouxe a necessidade social de sua atividade.

Essa perspectiva proposta pela sociologia da ação pública enriquece a análise em termos da produção de uma oferta pública de participação pois reintegra, no coração da análise, o trabalho realizado por esses atores profissionais para construir e difundir uma oferta de participação (MAZEAUD, A. e NONJON, M, 2021, p. 366).

Marc Millet, ao se debruçar sobre os grupos de interesse e movimentos sociais, sua redes e coalizões de causas, apresenta modelos analíticos para compreensão da capacidade de influência desses atores.

Dessa forma, compreende-se a Sociologia da Ação Pública como um importante eixo analítico para compreender os elementos de promoção da intersectorialidade e participação social.

3.2. DELINEAMENTO DA PESQUISA

A articulação entre alimentação escolar e SAN foi analisada por meio de pesquisa qualitativa mediante a análise documental que, bem como outros tipos de pesquisa, cria novas maneiras de compreender os fenômenos e leva a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (SÁ-SILVA, J. 2009). Ela possibilita realizar a reconstrução de um processo, o documento é como um testemunho de atividades ocorridas em um passado recente, por meio dele é possível operar um corte longitudinal para observar o processo (CELLARD, A. 2012). Além disso, a análise

documental favorece a observação da evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (SÁ-SILVA, J 2009).

O conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos, ele pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, por exemplo. Todos esses tipos de documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem conteúdo para elucidar as questões de interesse do pesquisador (SÁ-SILVA, J 2009).

Para apoiar na representatividade e credibilidade do material analisado, além de trazer elementos mais estruturais de formulação e implementação da ação pública, o presente estudo conta com uma heterogeneidade de materiais, não se limitando em analisar os documentos oficiais de governo mas documentos de diversas fontes com interesses diversificados de modo a obter um ponto de vista mais amplo e global, superando assim os princípios da escola positivista, onde o conceito de documento se aplicava quase que exclusivamente ao texto, e, particularmente, aos arquivos oficiais, valorizando o documento como garantia de objetividade, de “prova histórica”, excluindo toda a noção de intencionalidade contida na construção de um documento oficial (SÁ-SILVA, J 2009).

Como descrito na Sociologia dos Agentes das Políticas Públicas:

Por meio de pesquisas qualitativas observações etnográficas, entrevistas em profundidade e materiais mais originais (transcrições de reuniões de trabalho ou interações entre funcionários e usuários), esses estudos questionam as propriedades sociais, valores, conhecimentos e know-how dos atores administrativos e, assim, informam sobre o que a ação pública deve ao funcionamento interno desses diferentes

grupos profissionais ((MAZEAUD, A. e NONJON, M, 2021, p. 356).

O processo de construção do PLANSAN/SP foi assessorado e registrado por acadêmicos de UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), sob coordenação da professora Maria Rita Marques de Oliveira e por oficiais de governo e esses registros/relatórios estão disponíveis na plataforma REDESANS (<http://redesans.com.br>) no link de relatórios do Convênio SESAN 002/2014 SICONV 801975/2014 firmado entre UNESP e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) para Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados de São Paulo e Paraná e seus respectivos municípios. Todos esses registros foram considerados documentos para análise deste estudo.

Ao acessar a plataforma em 26 de fevereiro de 2023, um total de 170 documentos estavam disponíveis e foram acessados, arquivados e organizados na ordem que estavam na plataforma. Foi realizada uma leitura de todos para uma familiarização com o conteúdo e uma classificação por data do documento, breve descrição do seu conteúdo.

No processo de exclusão dos documentos, considerou-se os seguintes aspectos criando-se nomes para as categorias:

- PÓS PLANO: documentos construídos após conclusão do PLANSAN/SP.
- PARANÁ: documentos referentes à construção do PLANSAN do estado do Paraná.
- SÓ DIRETRIZES SISAN: documentos que traduziam as diretrizes do SISAN nacional sem conteúdo específico de construção do PLANSAN/SP

- ADMINISTRATIVO: documentos com informações exclusivas quanto ao andamento do convênio da UNESP com o MDS para assessoramento e documentação do processo.

- DADOS DE COMPRAS: levantamento de informações de compras de alimentos realizadas pelo estado.

- MUNICIPAL: documentos de registro de processos no SISAN Capital ou referente a outras redes municipais.

- PUBLICAÇÕES: artigos e trabalhos de conclusão de curso relacionados a SAN.

- MINAS GERAIS: documento que se referia a uma ação de segurança alimentar e nutricional realizada no estado de Minas Gerais, sem relação aparente com a construção do PLANSAN/SP.

Também foram desconsideradas na análise os documentos que se tinham como conteúdo apenas a fotos das oficinas.

Dessa forma foram selecionados 37 (21,8%) documentos que foram para fase de análise e 133 (78,2%) documentos foram excluídos da análise pelos motivos listados acima, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Número de documentos excluídos da análise por motivo de exclusão

MOTIVO	N	%
PÓS PLANO	47	35%
PARANÁ	35	26%
SÓ DIRETRIZES SISAN	17	13%
ADMINISTRATIVO	14	11%

DADOS DE COMPRAS	7	5%
MUNICIPAL	6	5%
PUBLICAÇÕES	6	5%
MINAS GERAIS	1	1%
TOTAL	133	100%

Fonte: A autora

Após essa seleção, os documentos que de alguma forma se referiam ao processo de construção do PLANSAN/SP foram para etapa de sistematização (APÊNDICE 1) e serão descritos no item 4 de Resultado e Discussão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A avaliação do contexto histórico no qual foi produzido um documento e o universo sócio-político dos autores e atores é primordial em uma análise documental (SÁ-SILVA J., 2009).

A síntese sistemática de acontecimentos históricos serve no sentido da reconstrução crítica de dados que permitam inferências e conclusões (SÁ-SILVA J., 2009). A pesquisa documental mapeou os processos de construção do PLANSAN/SP organizando-os na linha do tempo e sistematizando as propostas e seus propositores (atores). Para isso os documentos, de formatos muito diversos como atas oficiais de reuniões do CONSEA, do Comitê Técnico e da CAISAN, apresentações, registros de atores e relatórios das conferências etc., foram exaustivamente analisados, criando uma ficha de leitura para cada documento, composta por nome do documento, endereço eletrônico, data de criação, autor/fonte, descrição e itens que relacionam

com educação básica que trouxessem o envolvimento dos órgãos de educação na política de SAN.

De acordo com as fichas, os documentos foram organizados cronologicamente e criada uma linha do tempo das etapas de construção do PLANSAN/SP e seus respectivos documentos. De acordo com SÁ-SILVA, essa contextualização pode ser um apoio muito importante, quando, por exemplo, comparam-se vários documentos da mesma natureza (SÁ-SILVA, J. 2009). Organizar os documentos na dimensão do tempo permitiu uma compreensão social do processo de evolução e dos posicionamentos, conceitos, comportamentos e práticas, entre outros.



Também é preciso trazer uma atenção especial aos atores. Se torna essencial “identificar os atores que contribuem em seu desenvolvimento e como seus intercâmbios são organizados: os contornos dos ambientes que formam, a estruturação de suas relações, a natureza e os efeitos de suas interações” (DUBOIS V., 2021). Ao elucidar a identidade do autor e dos atores pode-se avaliar melhor a credibilidade do texto e a interpretação que é dada a alguns fatos e argumentos apresentados (SÁ-SILVA J., 2009).

Os documentos foram observados, sistematizados e analisados considerando os diversos espaços e tempos que foram produzidos e os atores que trouxeram cada contribuição para formulação da política foram devidamente identificados em todas as etapas apontando para as relações de cooperação e poder impactaram nas ações propostas.

Observou-se que alguns registros importantes como resultado da consulta pública e ata das reuniões do comitê técnico da CAISAN não estavam no rol de documentos da REDESAN e portanto não puderam ser analisadas com profundidade, porém essas etapas estavam descritas nos outros documentos e puderam ser parcialmente analisadas no estudo.

De acordo com CELLARD, A 2012 é necessário contentar-se com o que tiver a mão e observar a credibilidade e representatividade dos textos encontrados e assim considera-se que apesar da ausência de alguns registros, a quantidade de informações encontradas e a variedade dessa foi suficiente para captar muitos processos de articulação entre educação e SAN.

4.1.1. A DIMENSÃO TEMPO

Observa-se na linha do tempo que o processo de formulação do PLANSAN/SP se inicia com diálogos entre universidades paulistas que estavam se debruçando sobre os desafios de segurança alimentar e nutricional no estado de São Paulo e realizam alguns diálogos sobre o tema. Nessa etapa foram encontradas informações que apontam que alguns debates sobre alimentação escolar já apareceram nessas discussões, no entanto, o conteúdo delas não estava acessível.

A partir daí o convênio com a UNESP, formalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, é firmado e a universidade procura o secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo em exercício no momento, Arnaldo Jardim, para dialogar sobre o fortalecimento da política estadual de SAN.

No documento “2.3.Exposição de motivos - Secretária de Agricultura e Abastecimento-SP 19-05-15” (Apêndice 1) pode-se observar com clareza as motivações para iniciar esse processo no estado de São Paulo. Nesse documento, a Pró Reitoria de Extensão Universitária da UNESP apresenta ao secretário suas motivações para apoiar a implantação do SISAN no estado, lista as reivindicações em prol dessa política e solicita audiência para discutir a proposta de trabalho. O documento reforça a estrutura do SISAN e recorda a adesão do estado de SP ao SISAN em 2014, cobrando que o estado cumpra com os compromissos firmado ao aderir ao sistema, ressaltando a necessidade de formação da CAISAN e construção do PLANSAN/SP.

Observa-se como esse processo que a descentralização promovida pela LOSAN com a criação do SISAN, promoveu integração dos esforços entre governo, academia e sociedade civil sobre essa agenda e também gerou grandes desafios para a ação no território. Fica perceptível que para conseguir transformar a forma tradicional de formular suas políticas e romper com práticas e estruturas existentes, o estado precisou do apoio técnico dos acadêmicos da UNESP.

Este convênio propiciou a integração das ações e saberes provenientes desses espaços, promovendo uma estratégia integradora intersetorial e enfrentando toda complexidade de implementação dessa estratégia e dessa mudança no processo político e decisório. Dessa forma, o apoio técnico em conjunto com a decisão política de implementar essa estratégia, ampliou a participação e controle social nas ações governamentais do estado, tão fundamentais para efetividade das políticas de SAN.

Em setembro de 2015 ocorreu a realização da V CESANSP que traz as primeiras reflexões do estado para construção do PLANSAN/SP. Os debates e proposições da conferência se deram por eixos conforme estrutura do SISAN. O relatório da conferência está no documento “9.5.5a CESAN - SP - RELATÓRIO FINAL - 5a CESAN-SP - 28-10-2015” onde observamos a participação de alguns atores políticos estratégicos na abertura da conferência:

“O evento teve início às 12h00 com o credenciamento dos delegados e convidados, seguiu-se às 14h00 com a composição da mesa de solenidade de abertura oficial que contou com a presença das seguintes autoridades: Presidente do Consea/SP, Érico Antônio Pozzer; Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Deputado Arnaldo Jardim; Coordenador

de Desenvolvimento dos Agronegócios – Codeagro, Michel Reche Beraldo; Prefeito de Marília, Vinícius Almeida Camarinha; Vice Prefeito de Marília, Sérgio Lopes Sobrinho; Presidente do Consea Municipal, Luciane Iara Sales Ferreira; Pró-Reitora da Universidade de Marília – UNIMAR, Fernanda Mesquita Serva; Secretário Nacional de Participação Comunitária na Presidência da República, Renato Simões; Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário em São Paulo, representando o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Reynaldo Prates e representando o Presidente do Consea Nacional, Írio Conti.

Contou, ainda, com a participação de 175 delegados representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais, bem como representantes de população indígena, negra, povos de terreiros, matriz africana e pescadores, além de observadores e convidados, prefeitos, secretários de estado, conselheiros estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional e de outras tantas pessoas comprometidas com a garantia da segurança alimentar e nutricional”

Após a explanação das palestrantes, a Sra. Ana Paula Bortoletto, pesquisadora do Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC, e a Sra. Maria Rita Oliveira, Conselheira do CONSEA Estadual pela Universidade Estadual de São Paulo – Unesp que discorreram sobre o lema da V CESANSP, o grupo se dividiu em Grupos de trabalho (GT), os delegados debateram e deliberaram sobre as propostas oriundas das 16 Conferências Regionais. Assim, foram definidas 49 propostas prioritárias para o estado em plenária final após apresentação dos GTs.

Todas as propostas com alguma relação com a educação básica, oriundas das Conferências Regionais, dos grupos de trabalho e as finais, foram analisadas estão descritas neste trabalho.

Entre setembro de 2015 até a 5ª conferência 2+ em dezembro de 2017 foram realizadas oficinas regionais sobre o tema, formação dos atores de SAN do estado por meio de cursos de especialização e ensino a distância e em novembro 2017 começam as oficinas regionais para construção da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2+ (5ª CESANSP+2).

A 5ª CESANSP+2 ocorre durante três semanas do mês de dezembro de 2017 com debates transmitidos ao vivo pela internet e com uma plenária final em janeiro de 2018. Todas as propostas da V CESANSP foram reorganizadas e agrupadas nos nove desafios apontados no Plano Nacional 2016-2019 para dar subsídio inicial aos debates da 5ª CESANSP+2:

Desafio 1: Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

Desafio 2: Combater a insegurança alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

Desafio 3: Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

Desafio 4: Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Desafio 5: Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias

Desafio 6: Controlar e prevenir agravos decorrentes da má nutrição

Desafio 7: Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural

Desafio 8: Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social

O documento “3.7. PLANSAN-SP, final dez 2018” discorre com detalhe sobre todas as etapas seguintes de construção efetiva do plano com base nas demandas apontadas nas conferências e discorre sobre o esforço coletivo para construção dessa ação pública intersectorial:

“O PLANSAN/SP surgiu da vontade do povo e do esforço dos gestores para que esses anseios se concretizem, mas aos poucos foi revelando que esse esforço coletivo veio cobrir uma lacuna já percebida pelos técnicos envolvidos nas ações de políticas públicas, naturalmente intersectoriais. Não é preciso muito esforço para evidenciar a natureza intersectorial e participativa das políticas públicas.”

(PLANSAN/SP 2019-2023)

Nesse documento observamos as seguintes etapas para elaboração do Plano:

ETAPA I – Contextualização de SAN no estado com base nas demandas sociais, ações do poder público (ações das secretarias e do Plano Plurianual do

Estado- PPA que se relacionam com as diretrizes de SAN) e indicadores de monitoramento de diversas fontes científicas e administrativas:

“Identificação das demandas sociais: tomando-se como referência os documentos produzidos na 5ª Conferência Paulista de SAN em 2015 e nos encontros da 5ª Conferência + 2, em 2018. Todas as propostas emanadas das conferências serão organizadas conforme os nove desafios propostos no II PLANSAN da CAISAN Nacional, para posteriormente serem confrontadas com às ações desenvolvidas pelo Estado e/ou previstas no PPA, tendo em conta o perfil dos indicadores.

Ações do Poder Público: essas ações foram extraídas pelas próprias secretarias de seus respectivos planos, com indicativo do programa e ações PPA. Esse trabalho foi apoiado pela SPG e pela Secretaria-Executiva do CONSEA/SP. Todo material fornecido pelas secretarias foi organizado conforme os nove desafios e afinidades das ações, com base nas demandas sociais, no PPA, e nas oportunidades de construção intersetorial, para estabelecer as metas do PLANSAN/SP.

Indicadores de monitoramento do plano: Em primeiro lugar foi analisada a viabilidade dos indicadores propostos no PLANSAN 2016-2019, em termos de desagregação, disponibilidade, exequibilidade e sensibilidade. Em segundo, buscadas as fontes de dados específicas do Estado de São Paulo, sempre tomando como referência as dimensões de análise propostas pelo PLANSAN.”

(PLANSAN/SP 2019-2023)

ETAPA II – Nesta etapa é construída uma matriz lógica das informações da etapa anterior organizadas por objetivos, as metas, os responsáveis técnicos,

o(s) responsável(is) orçamentário, as ações relacionadas, os parceiros e os programas e ações do PPA e está baseada em:

1) do agrupamento das propostas da Conferência de 2015 conforme os nove desafios; 2) depois disso foram realizados em 2017 os seminários por desafio contando com debatedores das Secretarias da CAISAN-SP, da Sociedade Civil e da Academia, os quais foram transmitidos online por streaming e Web conferência (essa última com possibilidade de interação em tempo real), disponibilização dos vídeos dos debates e fórum de participação do Site da Rede-SANS (os vídeos também foram divulgados pelo CONSEA-SP). Além disso, foram realizadas rodas de conversa com os povos e comunidades tradicionais, algumas nas próprias comunidades; 3) Transformação das propostas da 5ª Conferência em objetivos, acrescidos das discussões do 5ª CESANSP+2; 4) Proposição das metas e os outros itens da matriz pelo Comitê Técnico da CAISAN. Para tanto, foi consultado o PPA e documentos fornecidos pelas Secretarias Estaduais; 5) A responsabilidade técnica, orçamentária e os programas e ações do PPA foram arbitrados pelo Comitê para posterior discussão com as Secretarias. 5) Envio da matriz para contribuição das secretarias e realização de seminário para aprimoramento da Matriz.

A CAISAN, teve importante papel nessa etapa da construção do PLANSAN/SP constituindo o Comitê Técnico com atribuição de estudar e propor diretrizes para elaboração do PLANSAN/SP e “definir instrumentos e metodologia para monitorar, avaliar e divulgar as análises a respeito dos determinantes da SAN e da implementação dos objetivos e metas dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito nacional, estadual ou municipal” e foi composta pelos seguintes membros: José Valverde Machado Filho, Michel Martins da Silva, Suzely de Miranda, Renata Prado de Lima Lopes, Giorgia Castilho Russo Tavares, Jiane Penha Caldeira, Araci Kamiyama, Cassiana

Montesião de Souza, Leonardo Rossatto Queiroz, Thaís da Cunha Gomes, Carla Maria Vieira, José Giacomo Baccarin, Karina Rúbia Nunes, Maria Rita Marques de Oliveira, Rodrigo Machado Moreira. (PLANSAN/SP).

Após toda essa construção, o plano passa por consulta pública de 5 a 19 de novembro de 2018 e em 12/12/2018 é apresentado e aprovado na 54ª-Reunião Plenária do CONSEA do estado de São Paulo.

4.1.2. EDUCAÇÃO BÁSICA NO PLANSAN/SP

Para interpretar os dados obtidos, sintetizar as informações e fazer as inferências da inserção das políticas de alimentação escolar no PLANSAN, foram selecionadas, na leitura dos documentos, todas as informações que tinham relação com a educação básica e essas menções foram inseridas nas fichas de leitura.

De acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 2021). Para direcionar esse estudo ao setor educação que trata do PNAE, optou-se por focar nas ações de educação escolar que segundo a LDB é aquela que se “desenvolve, predominantemente por meio de ensino, em instituições próprias” e mais especificamente às ações da educação básica que

é organizada em pré-escola, ensino fundamental e médio e é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade (LDB, 2021).

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:
I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
II – educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;

Na estrutura do SISAN o setor educação aparece como parte da estrutura governamental do sistema e as ações de educação alimentar e oferta de alimentos nas escolas aparecem como diretrizes para as políticas de SAN. O DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010 que Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o SISAN traz que a educação alimentar e nutricional é uma das diretrizes da PNSAN:

Art. 3º A PNSAN tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

Nas suas disposições transitórias e finais, o Decreto aponta que o Plano de SAN deverá abranger o tema de EAN e também tratar da oferta de alimento aos estudantes:

Art. 22. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, em colaboração com o CONSEA, elaborará o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no prazo de até doze meses a contar da publicação deste Decreto, observado o disposto no art. 19.

Parágrafo único. O primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deverá conter políticas, programas e ações relacionados, entre outros, aos seguintes temas:

I - oferta de alimentos aos estudantes, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar;

III - educação para segurança alimentar e nutricional;

Na estrutura de construção do Plano Nacional, que propõe o agrupamento das ações do plano em 9 desafios, apenas os desafios 1, 4 e 5 citam a educação ou ações que podem envolver o setor educação:

DESAFIO 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Diretriz correspondente: 1

*Temas: Transferência de Renda; **Alimentação escolar**; Distribuição de alimentos.*

DESAFIO 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável
Diretriz correspondente: 2

*Temas: **Compras públicas**; Abastecimento; Legislação sanitária; Economia solidária; Perdas e desperdícios de alimentos; Equipamentos públicos de SAN; Agricultura urbana.*

*DESAFIO 5. Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com **estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias***
Diretriz correspondente: 3 e 5

*Temas: Promoção da alimentação saudável; **Promoção da alimentação saudável no ambiente escolar**; Ações regulatórias; Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos.*

(PLANSAN/SP 2019-2023)

É necessário que o pesquisador/pesquisadora, após a análise preliminar, reúna todas as partes em um quadro teórico, para realizar uma interpretação coerente, considerando a temática e o questionamento inicial (SÁ-SILVA, J. 2009).

Para construção desse quadro teórico, foi realizada uma releitura de todas as fichas de leitura com ações relacionadas ao setor educação básica existente, podendo assim observar hipóteses de interesse, temas recorrentes, a organização desses temas para estruturar uma forma de agrupar e analisar as informações. Dessa forma, essas ações foram pré-categorizadas para uma posterior estruturação desses temas. Foi criada uma planilha com todas essas ações e construída uma categorização inicial por tema. Essa primeira categorização permitiu observar como se agrupavam as informações sobre educação básica na construção do plano.

Foi necessário criar uma estrutura organizando as propostas da V CESAN/SP em propostas originais e finais que abordavam temas similares, o que possibilitou observar as mudanças de redação dessas propostas ao longo dos debates.

O material utilizado na 5ª CESAN+2 também foi sistematizado por desafios de SAN. Primeiramente foi feita uma conferência de conteúdo das

propostas da V CESAN/SP que foram apresentadas como material de apoio para construção dos debates da 5ª CESAN+2 e conclui-se que todas as propostas finais da V CESAN/SP estão nos materiais da 5ª CESAN+2. Algumas propostas intermediárias também apareceram nos materiais de apoio da 5ª CESAN+2 mas nem todas.

Após toda essa estruturação, foi possível compreender como as ações relacionadas à educação básica foram modificadas ao longo dos debates nas etapas construção do Plano de Segurança Alimentar do Estado de São Paulo.

Ao observar, de forma geral, em qual desafio do PLANSAN/SP o tema da educação básica se apresenta, constata-se que nas duas conferências estudadas, as contribuições populares trazem propostas relacionadas a educação básica nos desafios 1, 2, 3, 4, 5 e 6, mas as propostas finais da 5ª CESAN+2 concentra essas ações apenas no desafio 5. O esforço dos organizadores em concentrar as ações da educação básica no desafio 5 poderia ter limitado a incorporação de todas as dimensões da atuação desse setor na promoção da alimentação adequada e saudável.

Essa limitação foi superada ao longo da construção pois ao final do processo, na matriz do PLANSAN/SP com objetivo, metas e ações do plano, as ações relacionadas à educação básica voltam a ser apresentadas nos desafios 1, 3, 4, 5, 6 e 9.

Observando as ações do PPA, o documento de construção do plano aponta que inicialmente existia apenas um programa relacionados com as diretrizes da Política Nacional de SAN e a Secretaria da Educação “Programa 0805 - Parcerias escola, comunidade” no entanto após aprofundamento da

análise pelo Comitê Técnico foi possível observar que as ações de SAN relacionadas a educação poderia estar inseridas em mais 3 programas da Secretaria da Educação do Estado:

- 0800 Gestão Pedagógica da Educação Básica / 12.367.0800.5156
Atendimento Especializado a alunos da Educação Básica e Inclusão de Públicos Específicos.

- 0808 Formação e Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação / 12.128.0808.6175 Formação dos Profissionais da Educação

- 0815 Manutenção e Suporte da Educação Básica / 12.368.0815.6172
Fornecimento de Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica

Toda essa diversidade de ações relacionadas à educação básica inseridas na política de SAN do estado de São Paulo evidencia o quanto as ações da alimentação escolar estão inseridas na política de segurança alimentar e reforça a necessidade dessas políticas serem tratadas de maneira integrada e intersetorial.

4.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO POR CATEGORIA

Os dados encontrados foram analisados e interpretados por meio de uma discussão entre os temas, objeto de pesquisa e referenciais teóricos. Ao explorar as ligações existentes entre os dados coletados e os referenciais teóricos, compreende-se como foi a construção coletiva dessa ação pública e de que forma a participação social e a intersetorialidade se deram nesse processo.

Assim foi possível compreender como ideias são incorporadas por políticos, técnicos e outros agentes e passam a nortear a concepção e execução de políticas públicas.

Para organizar a análise da prática da intersectorialidade entre as políticas de alimentação escolar e segurança alimentar foi construído o seguinte quadro de categorias que aponta que as ações da educação básica na política de SAN podem se dar nos seguintes temas:

QUADRO 1: Categorias das ações da educação básica na política de SAN do Estado de São Paulo

GRUPO	SUBGRUPO	IDENTIFICAÇÃO	N DE MENÇÕES
Educação Alimentar e Nutricional	Curricular, processo de ensino e aprendizagem	EAN CURRICULAR	14
	Formação de atores sociais	FORMAÇÃO DE ATORES	21
	Saúde: PSE, indicadores de saúde, monitoramento estado nutricional	EAN SAÚDE	31
	Sustentabilidade: hortas, aproveitamento integral dos alimentos, destinação de resíduos, consumo consciente, agroecologia, agricultura familiar, sazonalidade	EAN SUSTENTABILIDADE	29
	Cultura Alimentar: culinária, história, regionalidade, PANC	EAN CULTURA ALIMENTAR	8
Ambiente Alimentar Escolar	Fortalecimento, idoneidade e transparência nas compras públicas	COMPRAS PÚBLICAS	40
	Compra de alimentos saudáveis e sustentáveis (agricultura familiar / agroecologia)	PRODUTOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS	20
	Comercialização e publicidade de alimentos nas escolas	COMERCIALIZAÇÃO E PUBLICIDADE	10
Garantia de direitos	Exigibilidade de cumprimento da lei, garantia DHAA e universalidade	EXIGIBILIDADE	22
	Equidade - povos tradicionais e populações mais vulneráveis e necessidades nutricionais especiais	EQUIDADE	23

A comparação de vários documentos que abordaram os temas ou conceitos-chave das categorias permitiu analisar a lógica interna do caminho desse conceito nos documentos, ou seja, como um conceito-chave se desenvolveu nas várias etapas de construção do plano e como propostas sobre esse tema foram consideradas ou desconsideradas ao longo desse processo.

4.2.1. EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)

A educação alimentar e nutricional é um campo de ação de SAN, contribui para realização do DHAA da população além de ser uma estratégia fundamental para prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCTNs). Ela pode ser definida como “um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis” (BRASIL 2012).

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de hábitos e práticas saudáveis já que o ambiente escolar é um local com finalidade educativa e formadora pela qual as crianças e jovens do país passam diariamente por pelo menos um terço do dia durante uma fase importante da vida para formação de hábitos que tendem a persistir até a idade adulta e assim. As ações de EAN na escola contribuem também para construção de conhecimentos e apoiam a educação básica pois apresentam

relação com diversos conteúdos que já integram os componentes curriculares (RUSSO G; MELO M; IWASAWA N, 2020).

EAN está presente nos instrumentos legais da política brasileira de SAN como no DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010:

Art. 3º A PNSAN tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 22. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, em colaboração com o CONSEA, elaborará o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no prazo de até doze meses a contar da publicação deste Decreto, observado o disposto no art. 19.

Parágrafo único. O primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deverá conter políticas, programas e ações relacionados, entre outros, aos seguintes temas:

III - educação para segurança alimentar e nutricional;

(BRASIL. DECRETO Nº 7.272, 2010).

E fica claramente destacado o seu papel na política de SAN fazendo parte do título do desafio 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da

População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.

A educação alimentar e nutricional também aparece na Lei do PNAE como diretriz e objetivo dessa política apontando que o educar é um dos principais fins da oferta de alimentos na escola:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (Brasil. Lei nº 11.947, 2009)

Art. 17. Competem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, as seguintes atribuições, conforme disposto no [§ 1º do art. 211 da Constituição Federal](#):

III - promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas sob sua responsabilidade administrativa, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis aos alunos atendidos, mediante atuação conjunta dos profissionais de educação e do responsável técnico de que trata o art. 11 desta Lei;

Existe uma grande diversidade de ações relacionadas a EAN nas políticas públicas com singularidades regionais que acabam desmembrando essa ação em várias dimensões. Ao observar as diversas ações relacionadas a esse tema e a forma como foram apresentadas nos documentos de construção do PLANSAN/SP, foi possível compreender que muitas ações citadas no processo de construção do plano se referem a educação alimentar curricular que é direcionada a formação estudante e que permeia o processo de ensino aprendizagem, essa categoria foi chamada de “EAN CURRICULAR”. Existe um outro aspecto de EAN importantíssimo que vai além dos estudantes, isto é, a formação de todos os atores sociais, essa categoria foi chamada de “EAN FORMAÇÃO”. As menções a EAN mais frequentes foram as que relacionaram educação e saúde, sendo nomeada de “EAN SAÚDE”. Essa categoria traz a importância da educação para saúde e formação de hábitos alimentares e apresenta a intersecção da educação básica com o PSE (Programa Saúde na Escola). A segunda categoria de menções mais frequentes foi a de EAN atrelada a sustentabilidade que apresenta a importância das escolas promotoras de ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis. Essa categoria, chamada de “EAN SUSTENTABILIDADE”, traz as ações relacionadas à agroecologia, às hortas, ao aproveitamento integral dos alimentos, ao cuidado com a destinação de resíduos, ao

consumo consciente, etc... e pôr fim a categoria “EAN CULTURA ALIMENTAR” que traz menções a história de alimentação, regionalidade, culinária, etc.

4.2.1.1. EAN CURRICULAR

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) aponta para o compromisso do sistema de educação com uma formação humana integral, que considera o sujeito de aprendizagem em sua singularidade, integridade, diversidade e alteridade, visando ao desenvolvimento humano global. (MALDONADO, L. et al, 2021) Sendo assim, as ações de EAN na escola fazem parte desse compromisso do sistema de educação pois contribui para construção de conhecimentos e formação de senso crítico dos estudantes sobre alimentação adequada e saudável que leva aos bons hábitos alimentares tão importantes para formação humana integral.

O aspecto subjetivo do comer e a multidimensionalidade da alimentação trazem a natureza transversal das práticas pedagógicas e atividades de EAN e para firmar a importância da educação alimentar na estrutura curricular escolar, a educação alimentar e nutricional foi incluída como tema transversal no currículo escolar da educação básica na LDB em 2018 (BRASIL, 2018).

De acordo com os documentos estudados, no processo de construção do PLANSAN/SP diversos atores em diversas etapas apontaram para a necessidade da EAN no currículo escolar, inclusive com uma proposta final sobre o tema da V CESAN/SP:

“EIXO 1 - 3.5 Incluir a educação e a segurança alimentar e nutricional como temática abordada na escola e nos programas sociais, pautados

no Guia Alimentar da População Brasileira (2014) e no Marco para as Políticas Públicas em Educação Alimentar e Nutricional “

(CESAN - SP - RELATÓRIO FINAL - 5a CESAN-SP)e9.13.5a CESAN+2 - Sistematização das propostas da 5a para a 5a+2, dez 2029

e na ação do DESAFIO 5 do PLANSAN/SP:

“Aprimorar o desenvolvimento das ações educativas de alimentação e nutrição e segurança alimentar na rede pública de ensino;”

3.7. PLANSAN-SP, final dez 2018

Apesar de citar o Marco de EAN na proposta, em nenhum momento observou-se nos documentos uma discussão aprofundada da necessidade de uma estruturação pedagógica eficaz e sustentável que contemple um bom planejamento com diagnóstico, objetivos e estratégias; um plano de trabalho com definição de ações articuladas, recursos necessários e responsabilidades; e formas de avaliar e monitorar esse processo com bons indicadores.

Apenas uma contribuição popular de Ribeirão Preto traz a importância do planejamento, mas esse trecho não foi considerado na proposta final da V CESANSP:

“Programa (planejamento) de educação nutricional em escolas interagindo alunos, pais, educadores e a comunidade. PROPOSTA 3.4 EIXO 1”

Documento: 9.3.5a CESAN - SP - Propostas sistematizadas - 5a CESAN-SP 8-9-2015 (1)

Mesmo na reunião na Secretaria de Estado da Educação (3.4.Ata Oficina SEE Desafios 5 e 6 do PLANSAN, CAISAN-SP - 25.09.18.), que poderia ter avançado nesse sentido, as discussões ficaram mais em torno da oferta de alimentos do PNAE,

articulação com a Saúde, entre outros. Nada se debateu sobre uma metodologia pedagógica para EAN. Essa situação pode ter ocorrido pelo fato de não ter nenhum ator representando a área pedagógica da secretaria, apenas técnicas do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno – DAAA/SEE e as assessoras de Gabinete.

Apesar dos avanços e acúmulos na prática de EAN e de sua importância estratégica, o MARCO DE EAN aponta que o seu campo de atuação não está claramente definido, há pouca visibilidade das experiências bem-sucedidas e uma fragilidade nos processos de planejamento. O caráter extremamente transversal da abordagem de EAN na educação prática leva a uma situação preocupante:

A educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e ao mesmo tempo não está em nenhum. (MARCO EAN – BRASIL, 2012).

Sendo uma prática contínua e permanente direcionada a autonomia, a EAN não se efetiva mediante ações esporádicas, desarticuladas e não planejadas, e por mais que esteja inserida na LDB e tão bem estabelecida como estratégica para formação do cidadão, as ações de EAN ainda precisam ser melhor definidas e estabelecidas, planejadas e estruturadas em uma trilha pedagógica de aprendizagem durante todas as etapas da educação básica para a real formação do cidadão.

As temáticas de alimentação e nutrição apresentam relação com diversos conteúdos que já integram os componentes curriculares, é preciso fazer uma correlação entre esses a partir desse olhar transversal e multidisciplinar e considerando todas as dimensões das práticas alimentares.

Foi construída uma matriz de temáticas de alimentação e nutrição por dimensões da alimentação segundo segmento de ensino, fruto de uma parceria entre o Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) do Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (MALDONADO, L. et al, 2021).

Esse trabalho analisou livros didáticos e práticas de educação alimentar e nutricional na escola e observou um foco em aspectos nutricionais e sanitários, reduzindo a alimentação e nutrição à sua dimensão biológica dialogando pouco ou quase nada com componentes curriculares como História e Geografia, tão importantes para compreender práticas alimentares nos territórios e ao longo dos processos históricos relacionados às mudanças e às permanências nos diferentes contextos de vida. Foi construída uma matriz de conteúdos organizando a abordagem de EAN ao longo dos segmentos escolares com uma série de atividades propostas e materiais educativos, permitindo o aprofundamento da discussão de acordo com o desenvolvimento da criança e com a organização curricular (MALDONADO, L. et al, 2021).

Esse material poderia ser um grande apoiador na construção de uma reflexão profunda das ações de EAN na rede pública do estado de São Paulo, adaptando seu conteúdo aos componentes curriculares da rede e construindo um planejamento dessas ações com educadores e comunidade escolar.

A estruturação metodológica das ações da EAN passa por um trabalho de articulação de saberes, por discussão de processos educativos que desenvolvam

habilidades de pensar comportamentos e atitudes alimentares e ações pedagógicas que consolidem e reforcem essas atitudes.

Compreende-se as limitações deste espaço social, a elaboração do PLANSAN, para a construção dessa articulação de saberes e estruturação metodológica, mas também se aponta que não existe hoje um espaço social adequado, um campo formalmente constituído, para construção dessa ação pública, para integração desses atores.

4.2.1.2. EAN FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

O Marco de EAN já apontava para a necessidade de investimento na formação em EAN para profissionais das diferentes áreas do conhecimento. (MARCO EAN – BRASIL, 2012). A alimentação é uma prática social e requer uma abordagem integrada que reconheça essa prática como resultante da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas e formas de consumo dos alimentos e, portanto, com dimensões biológicas, econômicas, políticas e socioculturais. Vários atores sociais podem e devem desenvolver ações de EAN e precisa-se refletir sobre a contribuição de conhecimento por parte desses atores.

Os atores sociais têm muito conhecimento sobre alimentação adequada e saudável, entretanto podem não ter um conceito escrito ou elaborado, mas em geral, se motivados, todos conseguem tirar de dentro de si este conceito (BURITY ET AL, 2010). Muitas vezes é necessária uma mudança de postura que pressupõe o pensar

relacional. Situar o saber popular como um tipo de conhecimento acumulado que produz uma interpretação da realidade, que pode divergir da compreensão do profissional, porque parte de uma vivência distinta que se baseia primordialmente na experiência empírica; mas é reveladora da visão de mundo, não inferior nem insuficiente, mas que amplia o olhar do profissional sobre a realidade. (BEZERRA J.A.B, 2018).

Atividades de EAN precisam promover troca e construção coletiva de saberes, aproximar e integrar o saber popular, o acadêmico e o saber profissional, romper fronteiras, promover intercâmbios e isso se dá por meio de processos pedagógicos ativos, problematizadores e dialógicos, se dá por meio de facilitadores que tem seu saber apenas como ponto de partida e a partir do diálogo ultrapassa barreiras e consegue articular os conhecimentos. É nesse lugar que qualquer ação de formação em EAN precisa estar para enfrentar a complexidade da alimentação e promover a transformação social necessária para promoção de hábitos e práticas alimentares saudáveis e sustentáveis.

A Nota técnica do FNDE que dispõe sobre Educação Alimentar e Nutricional no PNAE coloca como sujeitos nas ações de EAN os seguintes atores sociais: gestores, professores, coordenadores pedagógicos, profissionais que preparam a alimentação escolar (merendeiras), nutricionistas e agricultores(as) familiares, membros dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e pais/mães ou responsáveis dos alunos; e reforça a importância da formação desses atores (FNDE, 2022). Os documentos estudados apontaram que no processo de construção PLANSAN/SP foi identificada a necessidade de formação dos seguintes atores sociais de EAN: professores, cozinheiros/as, gestores/as municipais, membros dos conselhos (CAE, APM,

associação de bairro etc...), e nutricionistas. A análise das informações será feita por ator social.

PROFESSOR/A E COORDENADOR PEDAGÓGICO

O professor é o principal agente dessa ação pública para realização das atividades de EAN nas escolas, principalmente porque ele tem formação pedagógica para utilização de metodologias ativas e dialógicas tão importantes para EAN e conhece a comunidade escolar, portanto, conhece as melhores formas e técnicas de promover aprendizados nessa comunidade.

O professor pode envolver outros atores sociais da comunidade escolar nos processos de aprendizagem de EAN por meio de debates sobre o tema com esses atores, preferencialmente de forma estruturada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Também é importante que todo ambiente alimentar da escola (cozinha, horta, refeitório, feiras, etc..) seja considerado na estruturação metodológica e debatido no PPP.

No presente estudo foi observado que logo na primeira conferência a necessidade de formação dos professores e de outros atores aparece na proposta final:

PROPOSTA 3.3 EIXO 1 (originada da 3.4) - Fortalecer os projetos de educação alimentar e nutricional nas escolas, com ênfase nas hortas escolares, incluindo a capacitação aos professores, nutricionistas, escolares e sociedade em geral, para a instalação, manutenção e perenidade da horta com incentivo de controle de resíduos com destinação á compostagem;

(doc 9.3.5a CESAN - SP - Propostas sistematizadas - 5a CESAN-SP 8-9-2015 e 9.5.5a CESAN - SP - RELATÓRIO FINAL - 5a CESAN-SP)

Durante a 5ª CESAN+2 a assessora do gabinete do Secretário de estado da Educação Giorgia Castilho Russo cita um projeto já existente na rede, o Coração de estudante (que aparece nesse documento como Saúde do Coração na Escola) que “atua na formação de multiplicadores entre docentes e discentes, para conscientizar sobre a importância da alimentação saudável para a saúde” (doc 9.12.5ª). Ainda na 5ª CESAN+2, a necessidade dessa formação de professores e também de outros atores sociais aparece como proposta final:

PROPOSTA 5.3 Fortalecer os projetos de educação alimentar e nutricional nas escolas, com ênfase nas hortas escolares, incluindo a capacitação aos professores, nutricionistas, escolares e sociedade em geral, para a instalação, manutenção e perenidade da horta com incentivo de controle de resíduos com destinação á compostagem; (doc 9.12)

Durante a oficina de construção da matriz do PLANSAN/SP ocorrida na SEE Giorgia faz o seguinte relato:

Em relação à 4ª meta, Giorgia enfatiza a importância da formação dos educadores para execução de ações de educação alimentar e nutricional, e informa que está sendo realizado um projeto de pesquisa pela UNIFESP, onde metodologias de ensino estão sendo testadas em escolas estaduais de Cubatão. A ideia é que as metodologias mais efetivas constituam o conteúdo de um curso EAD para professores da rede estadual. (doc 3.4)

Por fim, a formação de professores foi incluída na META 5.2.3. do PLANSAN/SP: “Criação de curso EAD de EAN específico para professores da rede estadual de ensino com pontuação para a evolução funcional como incentivo” com a seguinte ação relacionada: “Estabelecimento de parcerias estratégicas que viabilizem os cursos EAD” e de forma mais geral na meta 5.2.2 “ Ampliação de cursos regionais em EAN para profissionais envolvidos em ações de alimentação, nutrição e SAN” com a seguinte ação relacionada: “Inserção da EAN nas estratégias de ação das Secretarias de Estado. Atualização e ampliação da produção de materiais educativos de EAN e estratégias educacionais presenciais e em ambientes virtuais.

Todas essas ações do estado e manifestações populares sobre o tema mostram o papel importantíssimo do professor no processo de EAN. Muitos cursos de licenciatura para professores não possuem esse tema nas suas matrizes curriculares e a carência dessa formação inicial eficiente nos cursos preparatórios de professores leva a um conhecimento superficial do tema por parte dos educadores o que fragiliza as ações de EAN.

A carência nos cursos de pedagogia de uma matriz curricular estruturada nos saberes e práticas de EAN, fragiliza a formação do profissional docente que não se sente capacitado a tratar do tema nem promover reflexão crítica sobre o mesmo (MOURA FNS e LEITE RCM, 2020).

Fica clara a necessidade de um debate aprofundado sobre a inserção dos temas relacionados a EAN, como saúde e sistemas alimentares, nas matrizes curriculares dos cursos de pedagogia e licenciatura, além de uma estruturação específica governamental de formação de docentes já licenciados e apoio na construção de projetos transversais de EAN nas escolas, tendo como opção os cursos

EAD (ensino a distância) fornecidos pela EFAP (Escola de Formação e Aprimoramento de Professores), considerando todos os projetos similares já existentes na rede e todas as experiências de EAN já vivenciadas pelos docentes.

COZINHEIRAS/OS

O cozinhar tem como base a cultura alimentar e as relações das pessoas com o alimento, por isso, ele permite o trânsito por diferentes dimensões da alimentação e aproxima lindamente as práticas de EAN dos saberes tradicionais, da preocupação com a origem dos alimentos, das formas de produção, das técnicas artesanais, da percepção dos sabores e enfim, constrói uma conexão com o alimento que se incorpora. Além de tudo, cozinhar é uma excelente estratégia de autocuidado.

Atualmente, crianças e adultos estão submetidos a práticas alimentares marcadas pelos aromas e sabores artificiais dos produtos ultraprocessados. Um dos efeitos do consumo desses aditivos é a perda da sensibilidade gustativa que é exatamente o mecanismo natural que nos permite a identificação de alimentos in natura e sua variedade de sabores e texturas e a conexão com o que se come. Nesse sentido as ações de EAN apoiadas no desenvolvimento de habilidades culinárias, implicam na educação ou reeducação dos sentidos na busca dessa sensibilidade.

Trata-se de uma preservação ou reativação das faculdades de ouvir, ver, tatear, degustar e cheirar os alimentos – “o treinamento dos sentidos”, que representa uma postura de resistência contra a devastação dos sabores e de seus respectivos saberes (BEZERRA J.A.B, 2018).

Um dos principais atores sociais pode cumprir o papel de resgate sensorial dentro da escola é o cozinheiro ou a cozinheira escolar, também chamada carinhosamente de merendeira. Elas já influenciam diariamente o consumo alimentar

dos estudantes, estimulando a adesão ao PNAE, ajudando a combater o desperdício de alimentos, entre outras ações. Além disso, elas possuem laços afetivos com a comunidade e uma habilidade culinária apurada, fruto de um exercício diário de produção intensa de refeições. As merendeiras estabelecem um forte vínculo com os alimentos e seu preparo e essa habilidade precisa ser compartilhada dentro da comunidade escolar.

Na V CESAN/SP tivemos contribuições populares da região de Registro indicando a necessidade de envolvimento desse ator social: *Incluir no currículo escolar o tema: "Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável" na esfera pública e privada além de capacitação permanente das merendeiras.* (DOC 9.3), no entanto essa menção às merendeiras não foi contemplada na proposta final da conferência.

O fato dessa menção às merendeiras não ter sido considerada nas propostas finais da conferência leva a uma reflexão quanto ao não reconhecimento pleno da importância desse profissional no processo educativo dos estudantes.

No relatório da 5ª CESAN+2, no registro da fala da assessora de gabinete da SEE Giorgia Russo, é citado um projeto com as merendeiras no estado: "Cozinheiros da Educação, no qual as cozinheiras são treinadas para aprender a oferecer uma alimentação de qualidade, com preparos diferenciados priorizando sempre a soberania alimentar;" (doc 9.12)

Na meta 5.2.5 do PLANSAAN reaparece a formação dos cozinheiros: Garantir formação de 100% dos cozinheiros das escolas estaduais com gestão centralizada da alimentação escolar (merendeiros) com foco no papel de educador desempenhado por esse grupo em EAN. (doc 3.7)

O projeto Cozinheiros pela Educação teve grande repercussão no estado de São Paulo. O projeto iniciou mudanças no cardápio da alimentação escolar retirando os produtos ultraprocessados ofertados pela rede e aumentando a oferta de alimentos *in natura* e minimamente processados. O projeto teve por objetivo desenvolver ferramentas pedagógicas para trabalhar a conscientização alimentar. As merendeiras foram fortemente envolvidas com a realização de oficinas ministradas pela chef Janaína Rueda para reflexão quanto seu papel na formação de hábitos alimentares dos estudantes (RUSSO GC, MELO e IWASAWA N, 2020).

O papel da merendeira não pode ficar restrito a cozinhar a alimentação escolar, dado que são inúmeras as potencialidades do papel educativo desse profissional. Essa profissional precisa conceber sua função educativa e dialogar com os professores, nutricionistas, participando de reuniões periódicas com essas equipes para desenhar estratégias de EAN e participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), fortalecendo assim as ações de EAN, para isso, precisam ser construídas formas de flexibilizar a rotina de trabalho desse profissional para que possa exercer seu papel plenamente.

GESTORES/AS MUNICIPAIS

Os gestores públicos trazem conhecimentos, propriedades sociais e valores muito diversos e nem sempre recebem, na sua formação, conhecimentos sobre o PNAE e a importância da escola para formação de hábitos alimentares e para a transformação do sistema alimentar atual.

A necessidade de formação desse ator social aparece na construção do PLANSAN/SP, primeiro, na V CESAN/SP com uma contribuição da região de São José dos Campo:

Realizar encontros de formação e troca de experiências para gestores municipais com relação aos programas PNAE, PAA... acessar verbas do Consea Estadual para isso. PROPOSTA 4.1 EIXO I (doc 9.3)

Depois tem uma meta do plano, a 5.2.2, que traz a necessidade de criação de um programa de EAN para os profissionais envolvidos em ações de alimentação, nutrição e SAN nos quais estariam incluídos os gestores municipais:

5.2.2 Ampliação de cursos regionais em EAN para profissionais envolvidos em ações de alimentação, nutrição e SAN.

AÇÕES RELACIONADAS

5.2.2 Inserção da EAN nas estratégias de ação das Secretarias de Estado. Atualização e ampliação da produção de materiais educativos de EAN e estratégias educacionais presenciais e em ambientes virtuais. (doc 3.7)

No objetivo 6.5 tem uma meta específica (sem número) para formação de profissionais de saúde: “Apoiar os municípios para oferta de espaços de Educação Permanente para profissionais da saúde que atuam na prevenção e controle de agravos nutricionais na assistência e gestão.” (doc 3.7)

HAWKES, C. et al (2020) aponta que os formuladores de políticas e implementadores precisarão de formação para abordar os desafios da dupla carga de má nutrição. Nesse sentido, a formação desses gestores pode ser um bom caminho

para construção de estratégias ainda mais eficientes de ação em prol da promoção de alimentação adequada e saudável.

NUTRICIONISTAS ESCOLARES

O CFN (Conselho Federal de Nutricionistas) traz como princípio fundamental para exercício dessa profissão o olhar para dimensão ambiental, cultural, econômica, política e social da alimentação além de trazer como fundamental que o nutricionista participe de espaços que possibilitem o exercício da cidadania, o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade, a proteção à saúde e a valorização profissional (CFN, 2018).

A necessidade de formação de nutricionistas aparece nos documentos com foco em hortas escolares e agroecologia. Essa proposta aparece na V CESAN/SP e é depois validada na 5ª CESAN 2+ no Desafio 5, ITEM 5.3:

5.3 Fortalecer os projetos de educação alimentar e nutricional nas escolas, com ênfase nas hortas escolares, incluindo a capacitação aos professores, nutricionistas, escolares e sociedade em geral, para a instalação, manutenção e perenidade da horta com incentivo de controle de resíduos com destinação á compostagem; (doc 9.13.5)

No relatório do PLANASAN/SP, ao descrever o Desafio 5 aponta-se que há necessidade de formação em SAN e Agroecologia nos currículos de graduação:

“Os currículos dos cursos de graduação deverão dar mais ênfase para a SAN e a agroecologia” (doc 3.7). Apesar da importância dessa ação, nenhuma ação relativa a essa proposta foi inserida no plano. Infelizmente, os dados obtidos nos documentos

não permitem uma análise do porque a desconsideração de um ponto tão importante para política de SAN e EAN no estado.

Em geral, esse profissional recebe formações sobre esses temas nas disciplinas de políticas públicas de sua grade curricular, mas de acordo com os apontamentos dos atores de SAN, essa formação parece estar insuficiente ou pouco focada no aspecto de produções sustentáveis de alimentos. O nutricionista precisa conhecer a importância da agricultura familiar, agroecologia para promover um sistema alimentar saudável e sustentável e exercer o seu potencial de transformação social.

CONSELHEIROS/AS: ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO, CONSELHOS DE ESCOLAS E APM

Um dos princípios do DHAA é a participação social, este princípio destaca a necessidade de que as pessoas definam as ações necessárias ao seu bem-estar e participem, de forma ativa e informada de todas as etapas de uma ação pública. A comunidade é protagonista de sua realidade e da luta para a melhoria das suas condições de vida (BURITY ET AL, 2010).

É muito importante que esses conselheiros, dispostos a lutar pela melhoria da sua comunidade, participem de formações que os apoiem na implementação de políticas, se apoderem de instrumentos de exigibilidade e construam competências para suas atividades.

O Marco de EAN indica que a formação desses atores está relacionada a uma importante aproximação entre os saberes técnicos e popular. Na construção do PLANSAN/SP a necessidade de formação de conselheiros aparece como proposta

da V CESAN/SP e depois na 5a CESAN+2 no sentido de fortalecer as hortas educativas e a agricultura urbana e peri-urbana:

5.1 Fortalecer os projetos de horta educativas e comunitárias com sistemas agroflorestais e Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs, tanto na agricultura urbana quanto no campo; por meio da capacitação de agentes profissionais e da sociedade civil, em especial aos beneficiários de programas sociais, conselhos, rede escolar e associação de bairro e, ainda, incentivando o cultivo em espaços públicos, privados e áreas de servidão; (doc 9.13.5)

A primeira proposta de formação de conselhos, rede escolar e associação de bairro se trata especificamente da necessidade de formação desses atores para fortalecer os projetos de horta. As hortas propiciam trocas de saberes, resgates de formas de cultivo, trocas interpessoais e dessa forma se tornam um espaço participativo que pode contribuir para a promoção da saúde dos estudantes e de toda comunidade escolar (COELHO, EPC. e BOGUS, CM, 2016). São inúmeros os desafios para implementar uma horta educativa, dentre eles, a necessidade conhecimento de técnicas de plantio e formas de manutenção da horta. A formação de atores para viabilização das hortas se faz necessária para disseminação dessa ferramenta pedagógica.

O documento final do PLANSAN indica a formação da comunidade escolar para acompanhamento das cantinas escolares:

5.3.2 Regularizar a atuação das cantinas escolares na rede pública e privada, levando em consideração grupos etários específicos, assim

como horários de funcionamento, alimentos ofertados e publicidade e propaganda de alimentos e bebidas

AÇÕES RELACIONADAS

5.3.2 Formação de cantineiro em EAN com abrangência para a comunidade escolar (Conselho de Escola e APM)

A ação introduzida no PLANSAN/SP aponta para a formação em EAN para Conselho de Escola e APM além dos cantineiros, para acompanhar e apoiar a adequação das cantinas escolares. O IDEC, que atua na proteção das crianças e dos adolescentes nos ambientes alimentares escolares, ressalta que é muito importante o envolvimento da APM e do Conselho de escolas no acompanhamento do ambiente alimentar escolar. Esses atores conhecem com profundidade a realidade da escola, podem estar atentos a esse ambiente e apoiar as ações para um ambiente alimentar mais saudável. Além disso, o fortalecimento de processos participativos contribui para criação de políticas públicas mais robustas e é muito importante para fortalecer os laços entre as pessoas e motivá-las para construção de estratégias de promoção de alimentação adequada e saudável no seu território. Se todos fazem parte da mudança, todos estarão atentos às adequações do ambiente escolar e tendem a agir ativamente para que elas ocorram.

4.2.1.3. EAN E SAÚDE

O Marco de EAN já indica que a EAN é um campo de ação da segurança alimentar e nutricional e da promoção da Saúde e tem sido considerada uma estratégia fundamental para prevenção e controle das DCNTs e enfrentamento das diversas formas de má nutrição. Conforme os hábitos alimentares foram se tornando

determinantes para o aumento na prevalência de doenças e mortalidade precoce, EAN começa a ser considerada uma importante estratégia de saúde.

Na V CESAN/SP foram enfatizadas ações conjuntas entre educação e saúde para controlar e prevenir agravos decorrentes da má nutrição. Durante a 5a CESAN+2, ao serem questionadas sobre quais iniciativas e ações existem para prevenir e controlar problemas de saúde como má alimentação, várias regiões responderam que seriam ações de EAN (doc 9.12).

A região de Ilhabela apontou para a gravidade do alto consumo de ultraprocessados e alerta para a oferta desses produtos nas escolas:

“É notório o maior consumo de ultraprocessados entre famílias de menor renda e a busca de alimentos in natura sem veneno é tendência na classe média e alta. Um desafio importante é a cultura escolar que ainda insiste em oferecer doces associados a momentos de festa, alegria e prazer. O que consideramos um desserviço, em especial pelo papel educador da escola. Muitas crianças mantêm uma alimentação saudável até o momento que ingressam na instituição, onde tem acesso ao açúcar com apenas um ano de vida”.(doc 3.7)

A promoção da saúde e garantia ao DHAA demanda a construção de políticas intersetoriais que levem a modos de vida saudáveis e promovam práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. Um dos focos dessas políticas precisam ser atividades de EAN adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população em diferentes espaços sociais.

Vários documentos normativos das políticas de saúde como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), o Plano de Ações estratégicas para enfrentamento da DCNTs e a Portaria 1010/2006 que estabelece as bases para promoção da alimentação saudável nas escolas apontam para necessidade de estratégias de EAN integrando as ações de prevenção, promoção e tratamento (BRASIL, 2012). Essa perspectiva de saúde pública permeou todas as discussões de construção do PLANSAN/SP e o caráter de articulação de saúde e educação para garantia de SAN fica evidenciado na descrição do Desafio 6 no documento 3.7 que detalha a plano:

DESAFIO 6. Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação

O modo de vida e alimentação da sociedade contemporânea tem levado ao excesso de peso e obesidade na maioria da população. Mais que 50% dos paulistas estão acima do peso. A desnutrição ainda existe, embora tenha diminuído. Esse é um problema sério, que necessitará de ações inseridas em todas as políticas públicas, assim como adequação do sistema de saúde para atender a demanda de cuidado oriunda das doenças e morbidades associadas à má nutrição. Será preciso fortalecer as ações no território, junto à Atenção Básica à Saúde em parceria com outros equipamentos sociais. Também será preciso fortalecer os meios de monitoramento do estado alimentar e nutricional da população; com isso revitalizar/valorizar o SISAN.

O setor saúde também traz uma importante contribuição na construção do PLANSAN/SP com indicadores de saúde importantes para o monitoramento das ações de SAN. Os indicadores usados foram:

Quadro 2: Indicadores de saúde no PLANSAN/SP

Número de educandos cobertos pelo PSE;	DESAFIO 5
Número de escolas apoiadas pelo PSE que executam ações de Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação	DESAFIO 5
Número de Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e percentual, em escolas que informaram possuir horta, por dependência administrativa da escola;	DESAFIO 5
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de legumes e/ou verduras, nos 7 dias anteriores à pesquisa	DESAFIO 5
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de frutas frescas, nos 7 dias anteriores à pesquisa;	DESAFIO 5
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de salgados fritos, nos 7 dias anteriores à pesquisa.	DESAFIO 5
Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e percentual, em escolas que informaram possuir água potável (adequada para beber), por dependência administrativa da escola	DESAFIO 5
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de feijão, nos 7 dias anteriores à pesquisa	DESAFIO 5
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de guloseimas, nos 7 dias anteriores à pesquisa	DESAFIO 5

Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de refrigerantes, nos 7 dias anteriores à pesquisa	DESAFIO 5
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de alimentos industrializados ou ultraprocessados salgados, nos 7 dias anteriores à pesquisa	DESAFIO 5

Fonte: Documento 3.7

Historicamente, a ação do setor saúde na escola tem sido pautada por diferentes concepções e estratégias, variando desde ações centradas no indivíduo, de caráter informativo e voltadas a mudanças de comportamentos dos estudantes, até práticas pedagógicas em sintonia com os princípios da promoção da saúde, promotoras do pensamento crítico e da autonomia (MALDONADO, L. et al, 2021).

Nessa perspectiva, durante a 5a CESAN+2, Giorgia Castilho Russo - Conselheira do Consea/SP pela Secretaria Estadual da Educação e membro da CAISAN/SP, informa sobre o projeto da secretaria em parceria com a Sociedade Brasileira de Cardiologia chamado Coração de Estudante (chamado equivocadamente no do documento 9.12 de Saúde do Coração na Escola) que “atua na formação de multiplicadores entre docentes e discentes, para conscientizar sobre a importância da alimentação saudável para a saúde” (doc 9.12). Essa ação promove a alimentação saudável e atividade física por meio de práticas pedagógicas ativas valorizando e promovendo a autonomia das comunidades escolares como fatores protetores da saúde e de prevenção de DCNT´s.

O projeto entra como meta do PLANSAN/SP na meta “6.3.2 Manter o Programa Coração do Estudante de abrangência estadual que envolve escolas estaduais e municipais” (doc 3.7) e na mesma linha do projeto é também adicionada como meta “6.3.1 Manter e atualizar o Plano de Ações com estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas-não transmissíveis, com destaque à obesidade e às ações integradas que vai desde hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias até o planejamento das cidades com áreas de lazer, mobilidade e de condições para alimentação nos ambientes de trabalho.” (doc 3.7) atrelado ao Programa Escola da Família.

Outro programa muito mencionado na construção do PLANSAN/SP foi o Programa Saúde na Escola (PSE). O PSE é uma das principais políticas nacionais que articula esses dois setores com o objetivo de contribuir com formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (CASA CIVIL, 2007). Em outras palavras, é um programa com potencial para promover uma alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Prevê-se que as equipes de saúde da família realizem visitas periódicas e regulares às escolas participantes do PSE para avaliar as condições de saúde dos alunos e fornecer atendimento de saúde ao longo do ano letivo, de acordo com as necessidades de saúde identificadas localmente (CASA CIVIL, 2007).

Esse programa é citado durante a construção do PLANSAN/SP primeiro por cidadãos da região de Sorocaba que indicaram as ações realizadas na alimentação escolar através do Programa Saúde do Escola como uma ação para enfrentar os problemas de saúde da população (doc 9.12) e foi amplamente discutido durante a oficina de construção do PLANSAN/SP na Secretaria da educação. Nessa oficina, a

nutricionista Adriana Ribeiro da Secretaria de Estado da Saúde (SES) se compromete a levantar mais informações sobre a execução do programa no Estado e cita o “Programa Crescer Saudável”, cujo objetivo é prevenir, controlar e tratar o sobrepeso e a obesidade infantil. Pelo programa, os municípios que possuem maior percentual de crianças com obesidade recebem, mediante adesão voluntária, recursos para implantar ações de educação alimentar e incentivo à atividade física” (doc 3.4). Por fim, o PSE aparece em algumas metas do PLANSAN/SP, primeiro com a necessidade de fortalecimento deste:

6.5.2 Fortalecer e ampliar o Programa Saúde na Escola para a rede estadual e municipal (doc 3.7)

E depois atrelado aos outros programas do estado:

Meta 5.2.1 Criar um programa de Educação Alimentar e Nutricional (teórico-prático) para a comunidade escolar, com ênfase nos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. AÇÕES RELACIONADAS: Articulação com os Programas Saúde na Escola e Crescer Saudável da SEE e com as ações desenvolvidas pela SAA/CODEAGRO/CESANS

METAS 5.1.3 Disponibilizar um link nos canais de comunicação do Estado, com material educativo que promova a visibilidade do valor social dos alimentos enquanto mecanismo de Soberania Alimentar para acesso de professores, educadores e cidadãos em geral. AÇÕES RELACIONADAS: Articulação com os Programas Saúde na Escola e Crescer Saudável da SEE e com as ações desenvolvidas pela SAA/CODEAGRO/CESANS (doc 3.7)

Apesar da importância desse programa, o número reduzido de nutricionistas tanto na saúde como na educação foi apontado como um fator limitante da execução desse programa por cidadãos na 5a CESAN+2 (doc 3.7 e 9.12). MALDONADO, L. et al, 2021 ainda aponta que um dos principais desafios do PSE é romper com uma perspectiva intervencionista, pautada em ações fragmentadas, pontuais e desarticuladas do currículo.

O Programa Escola da Família também é um programa do estado que aparece como um caminho para realizações de ações de EAN para a saúde em algumas metas do PLANSAN/SP dentre elas:

META 5.2.6 Ampliar atividades relacionadas à EAN/SAN no programa "Escola da família" AÇÕES RELACIONADAS: Aproximação dos estudantes de Nutrição e áreas correlatas de Cursos Universitários privados que participam do Programa Escola da Família Explica.

META 6.3.1 Manter e atualizar o Plano de Ações com estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas-não transmissíveis, com destaque à obesidade e às ações integradas que vai desde hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias até o planejamento das cidades com áreas de lazer, mobilidade e de condições para alimentação nos ambientes de trabalho. AÇÃO RELACIONADA: Programa Escola da Família. (doc 3.7)

O Programa Escola da Família proporciona a abertura de escolas da rede estadual de ensino aos finais de semana, tendo como objeto principal o desenvolvimento da cultura de paz, tanto dentro delas quanto em seu entorno,

proporcionando a seus participantes um ambiente acolhedor e repleto de oportunidades para ampliar o capital cultural da comunidade. Na web observa-se que a saúde se encontra como um de seus eixos de atuação. O programa também prevê que os projetos sejam executados por universitários, e a meta 5.2.6 traz a importância da participação dos estudantes de nutrição nessas atividades.

As evidências científicas apontam que as ações para enfrentar as diversas formas de má nutrição incluem intervenções que precisam ser realizadas pelos setores de saúde, desenvolvimento social, ambientes educacionais, agricultura e sistemas alimentares e ambientes alimentares. É necessário promover crescimento saudável no início da vida e dietas nutritivas ao longo da vida, combinadas com ambientes alimentares saudáveis, renda e educação adequadas para esse enfrentamento (HAWKES, C. et al, 2020).

O PLANSAN/SP conseguiu articular as ações desses setores e apontar metas para o estado de São Paulo de fortalecimento de programas já existentes que permitem o desenvolvimento de habilidades para que as pessoas conheçam e identifiquem seu contexto de vida, adotem, mudem e mantenham comportamentos que contribuam para a sua saúde.

Esses programas não só fortalecem essa capacidade individual de autocuidado, mas também promovem uma mudança institucional de pensar a necessidade de enfrentamento das diversas formas de má nutrição de forma intersetorial, articulada e olhando para o ser humano de forma integral como prevê as políticas de SAN, de saúde e de educação.

4.2.1.4. EAN E SUSTENTABILIDADE

As ações de EAN precisam de temas e estratégias relacionadas a todas as dimensões de um sistema alimentar saudável e sustentável como o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento de alimentos, as práticas de consumo individuais e coletivas, até a geração e destinação de resíduos para contribuir para que os indivíduos e grupos façam escolhas conscientes fomentando assim uma sustentabilidade social, ambiental e econômica (BRASIL, 2012).

Só é possível pensar em soluções duradouras e justas para sistemas alimentares quando há inclusão social e econômica que garantam pleno acesso ao alimento em quantidade e qualidade adequadas e de forma permanente.

Todo o sistema alimentar, que envolve produção, distribuição, comercialização e consumo, deve se orientar pela preservação e conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis e por relações humanas pautadas na ética, justiça social, equidade e soberania alimentar. Nesse sentido, pode-se afirmar que ações de EAN somente podem ter efeito se educar para um sistema alimentar sustentável (BEZERRA J.A.B, 2018).

Nos documentos de construção do PLANSAN/SP as atividades de EAN foram em muitos momentos inseridas dentro desse contexto, ressaltando temas como agroecologia, agricultura familiar, sazonalidade, hortas, aproveitamento integral dos alimentos, destinação de resíduos e consumo consciente.

Um sistema alimentar saudável e sustentável precisa de formas de produção agroecológicas e/ou orgânicas, oriundas da agricultura familiar. A agroecologia se

fortalece como uma forma de produção de alimentos que busca preservar e conservar os recursos naturais e preza por relações humanas éticas, por justiça social, equidade e soberania alimentar. Ela apresenta soluções para o sistema do agronegócio que tem levado à degradação da terra, da água, dos ecossistemas e intensificado as desigualdades sociais da nossa população (SAMBUICHI, 2014).

A agroecologia apresenta agrossistemas sustentáveis e justos baseados na solidariedade, na democracia econômica e no diálogo entre saberes populares e acadêmicos e é definida na lei 16.684 que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica como um:

“campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento equilibrado das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais” (SÃO PAULO Lei nº 16.684, 2018)

Já a agricultura familiar é a produção agrícola feita pelos pequenos produtores, que possuem uma relação especial com a terra, com o território, com a cultura alimentar e em geral têm uma maior diversidade produtiva, tão importante para a produção em harmonia com o meio ambiente. É muito complexo definir a agricultura familiar devido ao a sua pluralidade, a Lei 11.326 que formula a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais a define da seguinte forma:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL. Lei Nº 11.326, 2006).

A alimentação escolar é um espaço fértil para a absorção dos alimentos agroecológicos e para disparar processos coletivos de debates sobre questões ambientais e promoção de práticas alimentares saudáveis a partir da oferta desses alimentos (RIGON, S. A.; BEZERRA, I 2014).

A necessidade de abordar a agroecologia e a valorização da agricultura familiar nas atividades de EAN apareceram em alguns momentos na construção do PLANSAN/SP. Na V CESAN/SP os cidadão contribuíram com colocações como “Obrigatoriedade de programas de educação nutricional que contemplem tanto alunos como professores no esclarecimento do que é agricultura familiar.” e “ Políticas públicas com rubricas específicas destinadas à educação nutricional e agroecológica da população, baseado nos princípios da educação do campo” (doc 9.3) e na 5ª CESAN+2 a proposta 5.2 traz a seguinte redação:

Criar programa de educação alimentar e nutricional familiar, abrangendo todos os ciclos de vida, incluindo a temática da educação no campo e na cidade, garantindo recurso orçamentário;

No PLANSAN a única meta que abrangeu essa dimensão de EAN, trazendo a necessidade de formação de professores do ensino médio para esse tema foi a 3.7.7:

METAS 3.7.7 Transformar as atuais ações de capacitações de ATER em um programa de Educação em Agroecologia, no âmbito da PEAPO, destinado ao fortalecimento das ações de formação de agricultores/as, técnicos/as, gestores e/ou pesquisadores/as, dos cursos técnicos de Agroecologia e Produção Orgânica e na formação dos professores do ensino médio, com apoio nas Redes de Referência em Agroecologia e Produção Orgânica. AÇÕES RELACIONADAS: Envolvimento dos Núcleos de Agroecologia das universidades paulistas mediante convênios e destaques orçamentários do Estado junto às Universidades. Estímulo a emendas parlamentares junto à Frente Parlamentar de Agroecologia. Convênios e termos de parcerias do Estado com universidades, a rede estadual de educação tecnológica, institutos de pesquisa e extensão e organizações da sociedade civil organizada com experiência acumulada em Educação em Agroecologia.

Devido a relevância desse tema e a alta prevalência das práticas agrícolas convencionais nos espaços da secretaria de estado da agricultura, essa meta precisa ser muito bem monitorada e executada no estado de São Paulo.

É muito importante que as atividades pedagógicas de EAN tratem da relação ser humano e natureza e conseqüentemente produção de alimentos. Esse é um caminho essencial para construção de modos de vida que promovam saúde, garantam a segurança alimentar e nutricional e o DHAA. A sociedade precisa se apoderar dos conhecimentos sobre sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e para isso, o saber popular dos agricultores familiares agroecológicos e a valorização dessa produção precisa estar presente na formação de cidadãos conscientes.

Um sistema alimentar saudável e sustentável também contempla a etapa de consumo consciente e esse aspecto precisa muito da educação para desenvolver no cidadão o olhar crítico sobre o ato de comer.

Algumas contribuições sobre esse tema apareceram na V CESAN/SP reforçando a importância do aproveitamento integral dos alimentos e da destinação correta de resíduos e se tornou uma proposta da conferência:

PROPOSTA 2.3 EIXO 1- Criar programa de informação ao consumidor e incentivo ao consumo saudável e consciente, nos conselhos, escolas, ONGs, equipamentos públicos e meios de comunicação. (doc 9.3)

Na 5ª CESAN+2 aparece uma proposta que trata especificamente do consumo responsável de água: *Promover a educação para o consumo responsável que deve ser bilateral do campo para cidade e vice-versa, estimulando as boas práticas e o controle social das políticas públicas;* (doc 9.13)

Apesar das duas contribuições da conferência e da fala da pesquisadora Maria Laura da Costa Lousada, do Núcleo de Pesquisa Epidemiológica em Nutrição e Saúde, veio representando o Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC (CONSEA-

SP) – Instituto Alana ter apontado para importância de empoderar a sociedade sobre o processo de consumo consciente, nenhuma ação específica sobre esse tema foi inserida no PLANSAN/SP:

Na sua explanação, Maria Laura, traz duas funções estratégicas para mudar esse cenário. A primeira, é Educação Alimentar e Nutricional no sentido de empoderar a sociedade sobre o processo de consumo consciente, e segundo indução de políticas públicas. Ressaltando que a superação desses obstáculos está em três itens: a falta de informação, a oferta e a publicidade, que na visão da palestrante são os grandes entraves para a promoção do direito a uma alimentação de qualidade. (doc 9.12).

A falta de informações detalhadas sobre os debates impede de compreender o porquê de nenhuma meta sobre o tema ter sido inserida no PLANSAN/SP.

Já um tema muito abordado na questão de EAN e sustentabilidade foi a horta. HAWKES, C. et al, 2020 aponta as hortas escolares integradas ao currículo como uma das ferramentas de EAN para enfrentar as diversas formas de má nutrição promovendo ambientes alimentares saudáveis e educação adequadas para conscientização por meio da construção de conhecimento e habilidades, moldando sabores e estimulando o consumo de alimentos saudáveis.

A horta escolar se torna uma estratégia pedagógica para pensar a relação com a alimentação e também resgatar o vínculo do alimento com a natureza (COELHO, EPC. e BOGUS, CM, 2016). Por meio da horta, é possível colocar o estudante em

contato com a produção dos alimentos, rompendo com a padronização e alienação dos processos produtivos propiciado pela industrialização de alimentos.

A Resolução Nº 6 do PNAE reforça no seu artigo 14 que a horta, assim como o alimento da alimentação escolar, são recursos de aprendizagem que promovem a transversalidade curricular e de transdisciplinaridade, se valendo dos diferentes saberes e temas relacionados à alimentação, nos campos da cultura, da história, da geografia, dentre outros (MEC/FNDE 2020).

Na construção do PLANSAN/SP as hortas escolares foram indicadas como ferramentas educacionais em diversos momentos. Desde a 5ª CESAN/SP ela aparece como uma contribuição da região de Franca e segue para o relatório final da Conferência com duas propostas distintas, uma focando na perenidade da horta, falando da instalação e manutenção dos espaços atrelado a compostagem e a outra dando destaque para formação dos atores, a importância de estar alinhada com a agroecologia e fomentando a agricultura urbana:

5.3 Fortalecer os projetos de educação alimentar e nutricional nas escolas, com ênfase nas hortas escolares, incluindo a capacitação aos professores, nutricionistas, escolares e sociedade em geral, para a instalação, manutenção e perenidade da horta com incentivo de controle de resíduos com destinação á compostagem;

5.1 Fortalecer os projetos de horta educativas e comunitárias com sistemas agroflorestais e Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs, tanto na agricultura urbana quanto no campo; por meio da capacitação de agentes profissionais e da sociedade civil, em especial

aos beneficiários de programas sociais, conselhos, rede escolar e associação de bairro e, ainda, incentivando o cultivo em espaços públicos, privados e áreas de servidão; (doc 9.13)

Na 5ª CESAN+2 as hortas são citadas pelos cidadãos como uma ação governamental que promove acesso aos alimentos para pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social e também como uma iniciativa pública de promoção do consumo de alimentos saudáveis (doc 9.12) e é aprovada como proposta final do desafio 5:

“No desafio 5, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi demandada em programas que abrangem todos os segmentos da população, com ênfase nos escolares. Foi solicitado o fortalecimento dos programas de hortas educativas e que a EAN seja incluída em todos os equipamentos de políticas públicas. Os currículos de graduação deveram dar mais ênfase para a SAN e a agroecologia.” (doc 3.7)

O projeto Horta Educativa do estado é citado pela representante da Secretaria de educação do Estado (SEE) Giorgia Castilho Russo na reunião da CAISAN de 22/8/18 (doc 2.20) e descrito no PLANSAN/SP como um dos programas do estado de São Paulo relacionados com as diretrizes da Política Nacional de SAN:

“Projeto Horta Educativa – Vinculado à SAA, Fundo Social de Solidariedade (FUSSESP) e Secretaria Estadual da Educação (SEE) - busca integrar os pais para incentivar toda a família a adotar hábitos saudáveis de alimentação. O curso propicia aulas teóricas e práticas sobre o preparo do espaço onde a horta será instalada, além de

palestras com nutricionistas e engenheiros, que focam a importância de uma alimentação saudável. As instituições recebem material pedagógico com manuais de instruções e atividades. “(doc 3.7)

Por fim, as hortas escolares aparecem em duas metas do PLANSAN/SP:

Metas 5.1.2 Inserir metodologias de EAN que promovam a visibilidade do valor social dos alimentos e mecanismo de Soberania Alimentar, nos projetos de hortas escolares. AÇÕES RELACIONADAS: Incentivo a atividades relacionadas à agroecologia, valorizando a produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), a compostagem nas escolas públicas da educação básica

META 6.3.1 Manter e atualizar o Plano de Ações com estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas-não transmissíveis, com destaque à obesidade e às ações integradas que vai desde hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias até o planejamento das cidades com áreas de lazer, mobilidade e de condições para alimentação nos ambientes de trabalho. AÇÃO RELACIONADA - Programa Escola da Família

Conforme apresentado nas propostas da 5ª CESAN e reforçado na meta 5.1.2 do PLANSAN/SP, é muito importante que as iniciativas de hortas estejam alinhadas a de controle de resíduos, além partirem de princípios agroecológicos que permitem que a horta seja uma ferramenta de educação alimentar e nutricional e de educação ambiental, dialogando com a PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental.

A PNEA foi instituída em 1999 e prevê que educação ambiental é "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" e visa o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; além de estimular e fortalecer uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, social entre outros (BRASIL. Lei Nº 9795, 1999).

A lei ainda prevê que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal e não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. A mesma, aponta que as atividades de educação ambiental não formal abordem a conservação da biodiversidade brasileira e plantio e uso de espécies vegetais nativas em áreas urbanas e rurais e a sensibilização acerca da redução de padrões de consumo, da reutilização de materiais, da separação de resíduos sólidos na origem e da reciclagem (BRASIL. Lei Nº 9795, 1999).

Dentro desse desenho de uma escola promotora de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, uma atividade pedagógica com a horta escolar precisa compreender a complexidade das questões ambientais, trazendo a conscientização que somos parte de um ecossistema planetário e só sob essa perspectiva, produziremos um alimento que nos propicie saúde. Essa produção precisa fazer parte de um ciclo harmônico e sustentável, ou seja, desde a terra que será utilizada

(destinação de resíduos, compostagem), o tipo de mudas (utilização de plantas nativas, regionais, biodiversas, PANCs), o uso racional da água, consumo consciente entre outros.... em outras palavras, tudo precisa estar em harmonia com o meio ambiente.

Espaços como CONSEA e CAISAN são muito férteis para construção de programas de hortas educativas devido ao caráter intersetorial dessa iniciativa e desses espaços. Dada a relevância das hortas para as políticas de SAN e educação, poderia ter sido mais aprofundado o debate de como estão essas hortas no estado, como poderiam ser aprimoradas com princípios da agroecologia, assim como definidas algumas metas de expansão e integração com a Política de Educação Ambiental.

4.2.1.5. EAN E CULTURA ALIMENTAR

A valorização das diferentes expressões da cultura alimentar e o fortalecimento de hábitos regionais é uma das principais contribuições da EAN para as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

As escolhas dos alimentos são realizadas principalmente a partir de critérios culturais e têm relação com todo o sistema alimentar. O domínio de técnicas de colheita, de armazenamento, de conservação e de cocção, também é decorrente de um acúmulo cultural. Por fim, o consumo alimentar representa a grande síntese das escolhas culturais que se manifesta pela escolha do que se come, como se come,

com quem se come e onde se come. Portanto, o comer significa nutrir o corpo, no plano biológico, mas significa principalmente a realização de rituais, que expressam alteridade, reforço de laços sentimentais e de pertencimento, expressão de visões de mundo e construção de identidade (BEZERRA J.A.B, 2018).

A abordagem da alimentação exclusivamente sob a ótica biologicista não incorpora outras dimensões necessárias para a construção de respostas adequadas às questões alimentares na atualidade (MALDONADO, L. et al, 2021).

Neste sentido, é necessário refletir com as pessoas sobre o valor das habilidades culinárias. A prática culinária, além de despertar as dimensões sensoriais, cognitivas e simbólicas da alimentação, gera autonomia e amplia o conjunto de possibilidades dos indivíduos para superar obstáculos para o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados. Essa prática também apoia o olhar para o autocuidado tão importante para que as pessoas se tornem agentes produtores sociais de sua saúde (BRASIL 2012).

As políticas de SAN e de alimentação escolar consideram fortemente essas perspectivas em seus instrumentos. O PLAN SAN nacional, por exemplo, ao citar a necessidade de assegurar processos de EAN e de promoção da alimentação adequada e saudável reforça que esses processos valorizem e respeitem as especificidades culturais e regionais dos diferentes povos e etnias. Já a lei do PNAE tem como sua primeira diretriz o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis (Brasil. Lei nº 11.947, 2012).

Na 5ª CESAN/SP várias contribuições das regiões apontaram que as ações de EAN precisavam considerar os aspectos da cultura alimentar:

“Desenvolver e institucionalizar estratégias de promoção da educação alimentar e nutricional (culinária, história, memória da alimentação entre outras) nas unidades educacionais considerando o Programa Nacional de Alimentação Escolar.”(CAPITAL)

“Implantar a Educação Alimentar e Nutricional nos diferentes segmentos da população, em especial no nível escolar, respeitando as diferenças culturais, sociais e regionais.”(MARÍLIA)

“Fomentar a cultura da alimentação saudável a nível nacional, estadual e municipal, incorporando este tema no escopo de todas as políticas sociais e incluindo a educação nutricional nas escolas.”(GRANDE SÃO PAULO) (DOC9.3)

A redação final da proposta da conferência incorpora também a importância do respeito para cultura dos povos tradicionais e PANC.

4.7 Criar programas de informação para valorização da diversidade cultural, alimentar e nutricional dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, matriz africana, ciganos e pescadores) e PANC - plantas alimentícias não convencionais, visando o estímulo do consumo pela população, inclusive nas escolas e outros equipamentos sociais;

Na reunião da CAISAN de 25/10/17 na qual foi realizada uma apresentação das ações da secretaria da Cultura, a representante da SEE Giorgia Russo faz uma proposta de integração entre as duas secretarias para disseminação de títulos sobre alimentação disponíveis nas bibliotecas do estado:

A Secretaria da Educação relata que tem trabalhado tradições alimentares e cultura pois vai ao encontro ao Guia Alimentar da

População Brasileira, que é a melhor forma de promover saúde e mudanças de hábitos alimentares e pergunta se podem ser filtrados títulos sobre história de alimentação no acervo da biblioteca. Secretaria da Cultura sugere reunião com outra diretora para ver essa questão. (doc 2.16)

Esse tema acaba indo para o PLANSAN/SP sob a forma de duas metas:

Criar um programa de valorização dos produtos da agrobiodiversidade das comunidades tradicionais do Estado de São Paulo, incluindo ações educativas nas escolas públicas que atendem os territórios das comunidades tradicionais do Estado de São Paulo e comunicação social em todas as mídias, nas bibliotecas públicas e eventos culturais. AÇÕES RELACIONADAS: Convênios com universidades e instituições da sociedade civil organizada para produção de programas multimídia sobre a cultura quilombola, indígena, caiçara, entre outros povos e comunidades tradicionais.

5.1.1 Criar Fórum Participativo com encontros anuais para discussão sobre o valor social, cultural e ambiental dos alimentos, enquanto mecanismo de Soberania Alimentar. AÇÕES RELACIONADAS: Prêmio Josué de Castro. (doc 3.7)

Sendo a alimentação uma expressão da nossa história, da nossa identidade e da nossa cultura, as ações de EAN precisam considerar a legitimidade dos saberes oriundos da cultura, religião e ciência respeitando e valorizando as diferentes expressões da identidade e da cultura alimentar de nossa população e principalmente difundindo a riqueza da diversidade de alimentos da terra, de preparações, de

combinações e de práticas alimentares locais e regionais. Pessoas não se alimentam de nutrientes, mas de alimentos e preparações que alimentam também seus significados e aspectos simbólicos. As estratégias de EAN que consideram essa abordagem se aproxima da vida real das pessoas e permite o estabelecimento de vínculos, entre o processo pedagógico e as diferentes realidades e necessidades locais e familiares.

4.2.2. AMBIENTE ALIMENTAR

As ações de EAN somente podem ter efeito duradouro quando inseridas em um sistema alimentar saudável e sustentável (BEZERRA J.A.B, 2018).

As escolhas alimentares são influenciadas por determinantes de duas grandes dimensões: individuais e coletivas. Entre os determinantes individuais estão conhecimento sobre alimentação e nutrição, percepções etc... já entre os determinantes coletivos estão os fatores econômicos, sociais e culturais (BRASIL, 2012) e nessa dimensão a oferta de alimentos é um determinante muito forte.

De acordo com HAWKES, C. et al (2020), a oferta de alimentos adequados e saudáveis e a restrição de alimentos e bebidas com alto teor de energia, açúcar, gordura e sal demonstrou melhorar os comportamentos alimentares e a autora indica as seguintes ações relacionadas à agricultura, sistemas alimentares e ambientes alimentares para enfrentar a má nutrição:

- a. o aumento dos programas agrícolas direcionados a boa alimentação,

- b. a promoção da diversidade na produção e consumo de alimentos
- c. promoção e apoio à agricultura urbana;
- d. o desenho de novas políticas agrícolas e sistemas alimentares que apoiem a alimentação saudável e sustentável com destaque para produção de alimentos in natura diversos e acessíveis para todos
- e. a implementação de políticas para melhorar os ambientes alimentares.

Apesar da importância e inúmeras sinergias entre o PNAE e a agricultura familiar, existe um grande desafio para integrar essas agendas. Em algumas situações se trata de convergir interesses distintos e enfrentar desafios operacionais como “a grande demanda no volume de produção; falta de informação do agricultor e de formação técnica, ineficiência no apoio institucional para que o agricultor possa atender as exigências do programa; prática de comercialização que compromete a quantidade, a qualidade e o preço dos alimentos; falta de planejamento do gestor e de interesse em comprar dos agricultores familiares, devido aos entraves burocráticos e os requisitos para o enquadramento nos processos de compra” (SAMBUICHI, R.H.S et al, 2014).

O CONSEA e a construção de um Plano de Segurança Alimentar se tornam espaços políticos muito importantes para concretizar as ações que promovem essa integração. Esses espaços podem aproximar e articular órgãos públicos e entidades da sociedade civil ligados à produção alimentos, apoiando assim, os processos de compras públicas, criando soluções viáveis para comprador e produtor, conectando demanda e oferta, debatendo sobre os desafios de cada setor e construindo soluções conjuntas.

O desafio da aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE pode ser uma grande oportunidade de promover a integração dos setores agricultura e educação.

Na construção do PLANSAN/SP menções a ações do setor da educação básica relacionadas ao ambiente alimentar das escolas foram muito citadas, principalmente no escopo das compras públicas. Foram definidas 3 categorias de análise para compreender essa dimensão de intersecção das políticas de SAN e alimentação escolar: A categoria “COMPRAS PÚBLICAS” traz menções sobre fortalecimento dessas compras, principais obstáculos e desafios para efetividade das compras da agricultura familiar; a categoria “PRODUTOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS” apresenta as menções sobre compra de alimentos saudáveis e sustentáveis e importância do fomento a agroecologia; e a última categoria chamada “COMERCIALIZAÇÃO E PUBLICIDADE” trata da necessidade de regulamentar a venda e publicidade de alimentos nas escolas para proteção da criança e do adolescente no ambiente alimentar escolar.

4.2.2.1. COMPRAS PÚBLICAS

As compras públicas representam uma fatia importante da economia, estima-se que o consumo governamental de bens e serviços esteja em torno de 10% a 30% do produto interno bruto (PIB) do país. Com esse poder de compra, os governos ganham economia de escala e podem induzir produção aumentando demanda por

produtos e serviços mais favoráveis para uma sociedade sustentável (SAMBUICHI, R.H.S et al, 2014).

Os programas como o PAA e o PNAE vem ao encontro dessa proposta de fomentar a produção de produtos saudáveis e sustentáveis por meio de compras públicas. Além disso, visa alcançar setores sociais marcados por situações de insegurança alimentar e nutricional, como é o caso dos agricultores familiares.

Na construção do PLANSAN/SP a importância das compras públicas do PNAE e do PAA para políticas de SAN já apareceu nas primeiras apresentações sobre o fortalecimento do SISAN no estado de São Paulo como uma das metas do convênio para esse fim. Nessas apresentações o prof. Baccarin relata a importância de monitorar essas compras e a dificuldade de acessar informações sobre o PNAE:

Meta 2 Produzir três instrumentos para monitoramento da Política Pública de SAN: um índice global de SAN ; um instrumento de monitoramento dos objetivos/metasp do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Artigo 14 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); um instrumento de avaliação da execução do plano estadual de SAN: Prof. Baccarin relatou que tem tido tranquilidade para acessar os dados do PAA , entretanto, os dados do PNAE não estão acessíveis na internet nem para as prefeituras . Comentou que já articulou com o MDS e mesmo assim tem encontrado dificuldades. A sugestão dada pelo grupo foi contatar diretamente e o FNDE e caso ainda não consiga tais informações, como opção seria contatar MDA e/ou CONSEA Nacional.

Na 5ªCESAN/SP são apresentadas propostas para o fortalecimento das compras institucionais como ampliação de benefícios, promoção de formação e desburocratização:

PROPOSTA 3.4 EIXO II - Fortalecer os programas de compras institucionais para garantir a continuidade dos mesmos, ampliar os benefícios, promover a formação, desburocratizar e ampliar as áreas de atuação. (doc 9.3)

Várias regiões trazem em suas contribuições a necessidade de cumprimento da lei do PNAE para aquisição dos 30% da agricultura familiar, sugerindo maior fiscalização, melhora da comunicação entre agricultores e órgãos responsáveis pela alimentação escolar, antecipação das chamadas públicas para possibilitar às organizações e produtores rurais de maneira a planejar o cultivo dos produtos. (doc 9.3)

Na proposta final da conferência, que acaba compondo o material da 5ª CESAN 2+, os itens que mais parecem dialogar com as contribuições regionais são o 3.1 se referem às compras institucionais. Este item fala da divulgação, informação, monitoramento e fiscalização das compras e o 3.3 traz a necessidade de reestruturação de órgão públicos para maior eficácia das compras da agricultura familiar:

3.1 EIXO 2 Criar estratégias de divulgação, informação, monitoramento e fiscalização de todas as compras institucionais dentro das políticas públicas; (doc 9.13)

3.3. EIXO 2 Reestruturar os órgãos públicos que estão diretamente envolvidos com a execução e gestão das políticas públicas (PAA, PNAE, PPAIS) que envolvem a agricultura familiar para que sejam mais eficazes. (doc 9.5)

Na 5ª CESAN 2+ a região de Nova Brasilândia reforça a necessidade de estratégias de divulgação, informação dos projetos do estado informando que as famílias de baixa renda não têm conhecimento dos projetos do município. Uma outra proposta final da conferência expressa a necessidade de reajuste anual urgente do *per capita* da alimentação escolar. Nenhuma proposta final da conferência contempla a contribuição regional para aumentar os benefícios, promover a formação, desburocratizar e ampliar as áreas de atuação com foco no PNAE.

Durante as oficinas pré-conferência, o professor José Giacomo Baccarin e a professora Denise Boito Pereira da Silva relataram o nível de cumprimento porcentual do Artigo 14 pelo conjunto dos municípios e secretarias de educação de São Paulo e alertam que “os preços praticados no PNAE são maiores que os do IEA e do PAA. Há evidências de que os preços do PNAE têm se mostrado acima dos preços recebidos pelos agricultores”. (doc 4.9) Esse relato mostra que a cadeia mais curta de produção, além de remunerar melhor os agricultores e de trazer benefícios ao meio ambiente, também reduz o custo das compras para o estado.

Apenas uma proposta da 5ª CESAN vai como insumo para a 5ª CESAN 2+ atrelando PNAE e agricultura familiar e traz de forma muito superficial todas as contribuições sobre o tema que já haviam ocorrido durante o processo:

4. 12 Reestruturar os órgãos públicos que estão diretamente envolvidos com a execução e gestão das políticas públicas (PAA, PNAE, PPAIS) que envolvem a agricultura familiar para que sejam mais eficazes; (doc 9.13)

Na oficina pré-conferência 5ª CESAN 2+, que ocorreu em Ivaporunduva com comunidades tradicionais da região, os agricultores dessas comunidades relatam que apesar do esforço para se organizar, gerir, dar manutenção e manter em funcionamento os equipamentos agrícolas que possuem de uso coletivo eles têm encontrado dificuldades legais para acessar políticas públicas como o PNAE. (9.12).

Na abertura da conferência, durante a 5ª CESAN 2+ muito se falou sobre esse tema. Shirley Maria da Silva - Conselheira do Consea/SP e da CRSANS de Sorocaba, trouxe a dificuldade que a região está vivendo para escoar a grande produção de alimentos com desaceleração de programas de incentivos e de compras desses produtos como PAA, PNAE.

A fala da Shirley reforça uma das dificuldades apontada pelos agricultores que é a falta de planejamento do gestor público. Essa falha na gestão pública pode gerar grandes prejuízos ao agricultor, principalmente dado grande volume de compra do estado.

Houveram inúmeras contribuições de diversas regiões do estado sobre esse tema, os cidadãos de Rio Claro apontaram que os agricultores familiares da região são um grupo com pouco acesso à alimentação adequada e saudável e que encontram apoio no PAA, PNAE e na Cooperativa dos Agricultores Familiares. A região de Cruzeiro relatou que os agricultores não têm

planejamento de venda, ficando sujeitos aos atravessadores e às flutuações de preço do mercado. No ano de 2017 foi iniciada, com o apoio do órgão de extensão estadual que atua no município e parceiros, a feira do produtor, aproximando o produtor do consumidor” (doc 9.12). Essa contribuição também reforça os achados de outros estudos que apontam que as compras da agricultura familiar e as feiras do produtor melhoram a segurança alimentar dos agricultores, pois permite que o agricultor seja mais justamente remunerado pelo seu trabalho, promovendo uma cadeia de distribuição mais curta, sem os atravessadores e ainda produzindo um alimento saudável e adequado para seu consumo.

Outra contribuição importante foi da região de Marília, seu representante ressaltou a importância do trabalho da CATI e a importância do setor para o desenvolvimento do pequeno produtor e trouxe a preocupação de acesso ao mercado, mesmo antes da produção. Citou também as leis de incentivo ao fomento do agricultor, lembrando do PNAE. Os cidadãos da região de Cruzeiro apontam para importância da ATER (órgão do estado de assistência técnica rural) ter como missão a segurança e a soberania alimentar, além de um corpo técnico adequado em número e em conhecimento sobre produção agroecológica/orgânica e SAN. A região de Rio Claro também reforça a importância desse apoio técnico e a importância do PNAE para o fomento da agricultura familiar:

“Alguns agricultores não são autossuficientes e encontram apoio em cooperativas e associações que recebem apoio da Sec. Municipal de Agricultura para o fortalecimento desses grupos. O PAA e o PNAE têm contribuído para o aumento da produção local.”

A necessidade de assistência técnica rural para o fortalecimento da agricultura familiar também vem sendo apontada em muitos estudos para superar desafios. A assistência técnica rural sustentável, com olhar para a soberania alimentar, apoiando o planejamento produtivo, com rotação de culturas, associação de cultivos, etc... são uma ação governamental fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar. Também é importante que essa ação governamental esteja atrelada à oferta de crédito para atender essa demanda.

Ao final, no PLANSAN/SP algumas metas relacionadas à agricultura familiar e educação ficaram atreladas às compras de orgânicos e serão analisadas na próxima categoria. Apenas uma meta relacionou a agricultura familiar e as compras públicas do PNAE sem estar diretamente ligada aos orgânicos e teve pouca sinergia com as propostas apresentadas na conferência,

META 4.3.1 Realizar uma reunião/evento anual em cada uma das 16 CRSANS do Estado para avaliar e melhorar os editais de compras públicas, estimular compras institucionais privadas e promover a regionalização dos cardápios das escolas públicas.
AÇÃO RELACIONADA: Garantia de orçamento na SJDC (Itesp) para execução dos programas de estímulos aos orgânicos dentro do sistema de compras institucionais; Reestruturação das partes responsáveis nos órgãos responsáveis pelas compras públicas relativas ao PPAIS e PNAE.

Apesar de só essa meta ter enfatizado a relevância do PNAE para o crescimento da agricultura familiar, na descrição do desafio 1 essa relevância fica evidenciada:

A garantia de preços acessíveis para os alimentos, em especial do preço e acesso à comida para quem fica fora de casa trabalhando nos centros urbanos também é motivo de atenção. Lembrando que a população do Estado está majoritariamente nas cidades. O emprego e a renda para garantia ao acesso universal ao alimento também se fazem presentes como demandas para a agenda de SAN. Os restaurantes populares e o programa de alimentação escolar são formas de garantir o acesso ao alimento. Espera-se que esses benefícios sejam preservados e aprimorados nas ações de SAN do Estado. (doc 3.7)

Também dois indicadores muito importantes foram colocados no plano no Desafio 4 como formas de fiscalização e monitoramento das compras da agricultura familiar pelo PNAE:

% do total de recurso do PNAE destinado à compra de gêneros alimentícios da AF;

% de recursos financeiros transferidos pelo PNAE adquiridos da Agricultura Familiar; (doc 4.13 e 3.7)

A meta inserida, que propõe reuniões regionais para avaliação e melhora dos editais de compras públicas, assim como a regionalização dos cardápios, é sem dúvida uma ação que apoia na superação dos desafios para as compras da

agricultura familiar no PNAE. Essa estruturação governamental pode levar a uma maior efetividade nas compras do PNAE e PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - ação do Governo do Estado de São Paulo serviram para estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar).

Os indicadores propostos também vão apoiar o monitoramento da evolução das compras da agricultura familiar pelo PNAE.

O PNAE se consolidou como um programa importantíssimo para incentivar o agricultor a permanecer no meio rural, a se organizar coletivamente e buscar qualificação profissional. Esse movimento leva a uma valorização desse ator social pela sociedade consumidora e o fato do consumidor final ser as crianças reforça a perenidade dessa ação.

Compreende-se que existem outras formas de fomento da agricultura familiar para além do PNAE, mas dado ao grande volume de compras desse programa e seu forte amparo legal, poderiam ter sido criadas mais metas no plano, no sentido de superar os entraves apresentados para compras públicas para o PNAE. Estas novas metas poderiam ser: a criação de benefícios/créditos e formação específicas para atendimento ao PNAE, apoio na construção logística da estrutura necessária para atender a capilaridade da rede pública de ensino e uma assistência técnica rural focada nas demandas do PNAE e formas de atendê-las com garantia da qualidade, quantidade e regularidade dos alimentos criando as condições mínimas de fornecimento adequado para os estudantes da rede pública.

4.2.2.2. PRODUTOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

“a gente não quer só comida...”
Titãs

A aproximação e o diálogo entre nutrição e agricultura familiar são condições para a educação do gosto, que leva os alunos, de forma autônoma e livre, a privilegiar o consumo de alimentos saudáveis (BEZERRA J.A.B, 2018).

A realização do Direito Humano à uma Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) possui duas dimensões: o direito a estar livre da fome e da má-nutrição e o direito a uma alimentação adequada. A segunda dimensão trata-se do direito a uma alimentação de qualidade, diversificada, nutricionalmente adequada, com respeito aos hábitos culturais. Incorpora o direito da população de ter acesso aos recursos produtivos, de produzir, de maneira adequada e soberana, o seu próprio alimento e incorpora o direito à terra, ao meio-ambiente equilibrado e saudável, à saúde e à educação, à cultura, ao emprego e à renda, entre outros. Dessa forma, a garantia do DHAA passa pelo incentivo às práticas agroecológicas (BURITY ET AL, 2010).

No processo de construção do PLANSAN/SP o debate em torno da agricultura familiar e PNAE esteve muito atrelada à produção orgânica/agroecológica.

A produção industrial de alimentos demanda, para sua manutenção, o uso de substâncias prejudiciais à saúde humana e ao ambiente, tais como

agrotóxicos e drogas de uso veterinário. Também promove a adoção de práticas que levam à degradação da natureza, que foi responsável pela forte concentração fundiária e de pobreza a qual contribuiu para a insustentabilidade das formas tradicionais de produção e para o êxodo rural. Constata-se a necessidade de uma mudança e a agroecologia surge como uma ciência integradora dos conhecimentos sobre sistemas agroalimentares sustentáveis (RIGON, S. A.; BEZERRA, I. 2014).

Desde os anos 1980, o debate sobre a produção de alimentos saudáveis se reuniu em torno da agricultura agroecológica, trazendo discussões sobre a necessidade investimento do Estado em políticas públicas de estímulo à produção pautada na conservação ambiental e na justiça social, diálogo esse que foi fundamentado por meio da sistematização de experiências em todo o Brasil (MOREIRA, S. et al, 2021).

Para que essa produção ecológica de alimentos possa garantir a segurança alimentar de todo país é necessário o fortalecimento da agricultura familiar, que é o segmento da produção rural no Brasil, que apresenta as maiores potencialidades para realizar a transição agroecológica necessária. É necessário também um reordenamento no território nacional segundo as características regionais de produção e biodiversidade, com a garantia de acesso à terra, na quantidade necessária para garantir a produção demandada (RIGON, S. A.; BEZERRA, I. 2014).

Na CESANSP 5, as regiões de Sorocaba e Grande São Paulo trouxeram contribuições quanto a necessidade de aumento de alimentos in natura e

orgânicos no PNAE e essa questão vai para a 5ª CESAN+2 com a seguinte proposta:

6.2 Integrar as políticas de alimentação escolar, estaduais e municipais, se fazendo cumprir o PNAE, adequando o horário e espaço das refeições, aumentando a utilização de alimentos in natura e orgânicos e proibindo a venda de alimentos industrializados nas lanchonetes escolares; (doc 9.13)

Dialogando com essa proposta de mais alimentos in natura na alimentação escolar, a nutricionista Giorgia Russo, Conselheira do Consea/SP pela Secretaria Estadual da Educação e membro da CAISAN/SP cita o projeto Cozinheiros pela Educação que promove a substituição dos alimentos ultraprocessados por alimentos in natura e minimamente processados (doc 9.12) que acaba sendo considerado uma meta do PLANSAN/SP que será melhor analisado a seguir.

Durante as discussões na 5ª CESAN+2 alguns cidadãos citam que programas como PNAE, PAA, contribuem para o fomento de uma produção de alimentos saudáveis e que alimentos orgânicos só são encontrados em supermercados. Ao ser questionado sobre iniciativas existentes para garantir o abastecimento e o acesso à "comida de verdade", a região do município de São Paulo traz claramente a aquisição de orgânicos na alimentação escolar como uma forma de acesso a esses alimentos com a seguinte contribuição:

“Aquisição de alimentos orgânicos na alimentação escolar, de forma gradativa, ações formativas de hortas pedagógicas, para comunidade escolar, conforme previsto no Plano Municipal de

Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo. Ação essa realizada de forma intersetorial entre as Secretarias: do Verde e do Meio Ambiente, Educação e Trabalho e Empreendedorismo, de forma descentralizada.”

Ainda que os sistemas agroecológicos façam um uso mais adequado dos recursos naturais e não necessitam de insumos químicos que em geral oneram a produção, ainda existe uma forte competição de preços com os produtos convencionais que em geral operam em grande escala de produção. Como uma política que está ampliando mercado e apoiando o pequeno produtor, foi permitido um acréscimo de até 30% no preço dos produtos de base agroecológica. No entanto, entende-se importantíssimo a transição para uma nova etapa de democratização de acesso a esses alimentos para garantir acesso a alimentos mais saudáveis ao consumidor.

Foram inseridas no PLANSAN/SP 4 metas que focam na oferta de alimentos saudáveis para os estudantes da rede pública de ensino:

Meta 4.1.6 Ampliar a oferta de alimentos in natura na Alimentação Escolar em detrimento da oferta de alimentos ultraprocessados. AÇÃO RELACIONADA: Criação de mecanismos de monitoramento dessa meta.

A oferta de alimentos saudáveis na escola é um determinante primário para promoção da saúde e também para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. A meta 4.1.6 e o projeto cozinheiros pela educação colocado no PLANSAN estão alinhados com uma resolução publicada posteriormente pelo FNDE em 2020, a Resolução 6 de 8 de Maio de 2020 que dispõe sobre o

atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Nessa resolução o programa revê suas normativas para garantia do cumprimento de seus objetivos. Um dos destaques da resolução é a restrição de no máximo 20% de aquisição de produtos processados e ultraprocessados e a proibição de uma lista de produtos ultraprocessados. O aumento do consumo de ultraprocessados têm gerado impactos negativos à saúde e ao meio ambiente e está sendo associado a uma maior prevalência de DCNT's em crianças e adolescentes. A restrição desses produtos no ambiente escolar é fundamental para que a escola cumpra seu papel de promoção da alimentação adequada e saudável. A resolução também traz a necessidade de maior oferta de alimentos in natura e minimamente processados que são a grande maioria das aquisições da agricultura familiar e dessa forma o programa fortalece um sistema alimentar saudável e sustentável promovendo o DHAA dos estudantes e da comunidade.

As metas seguintes do PLANASAN indicam a oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis vai além da restrição de ultraprocessados, também é necessário que esses alimentos tenham base de produção agroecológica:

4.2.1 Beneficiar 20 municípios ao ano para o atendimento, de forma cumulativa, de 200 mil crianças e jovens por ano com alimentos orgânicos com repasse de 30% do valor para municípios cadastrados no Programa de Abastecimento Alimentar de Produtos Orgânicos e da Transição Agroecológica do Estado de São Paulo. AÇÃO RELACIONADA: Garantias de reajuste anual do per capita para alimentação escolar no Estado de acordo com a Inflação. Criação de estratégias de divulgação, informação, monitoramento

e fiscalização de todas as compras institucionais dentro das políticas públicas com vistas ao fortalecimento do PPAIS e ao PNAE

Meta 4.2.2 Aumentar em 10% ao ano as compras institucionais de orgânicos no Estado de São Paulo. AÇÃO RELACIONADA: Estimativa dos indicadores atuais de aquisição da agricultura familiar, de orgânicos da agricultura familiar e de transição agroecológica, bem como realização de projeções de produção e aquisição pela Alimentação Escolar da Capital. Estudos de aumento gradual da produção e aquisição. Monitoramento e avaliação da Resolução nº 465, de 2010, que estabelece os parâmetros numéricos para composição do quadro de Nutricionistas na alimentação escolar e levantamento sobre quais secretarias de governo possuem nutricionistas no quadro técnico.

META 4.3.5 Inserir produtos da agricultura familiar com prioridade para produtos orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica na alimentação escolar em 50% das escolas. AÇÕES RELACIONADAS: Articulação entre as organizações das redes de produção agroecológica e orgânica e as escolas estaduais

INDICADOR: Percentual (%) de origem de agricultura orgânica para o alimento escolar

A obrigatoriedade de compra de alimentos da agricultura familiar vai além da necessidade de valorização da produção agrícola local e fomento de formas

sustentáveis de produção, essa medida visa ofertar um alimento adequado e saudável para promover a formação de hábitos saudáveis, por isso também a priorização que esses alimentos sejam orgânicos/agroecológicos.

4.2.2.3. COMERCIALIZAÇÃO E PUBLICIDADE DE ALIMENTOS

Estudos mostram que os estudantes consomem muitos alimentos não saudáveis dentro e no entorno das escolas e que a publicidade de salgadinhos e bebidas dentro das escolas é ampla, como placas anunciando alimentos ou bebidas açucaradas. Para enfrentar a dupla carga de má nutrição é importante considerar não apenas a qualidade dos alimentos disponibilizados pelos canais oficiais em escolas, mas também proibir a publicidade e venda de alimentos não saudáveis dentro e ao redor das escolas (HAWKES, C. et al, 2020).

Para garantia do DHAA é necessário coibir, por meio de medidas regulatórias, a publicidade que promove o consumo de alimentos não saudáveis ou que “vendem” características que inexistem ou são inverídicas, especialmente para crianças e jovens, fases da vida em que se constroem e definem os hábitos alimentares (BURITY ET AL, 2010).

Durante a CESANSP 5 a região de Ribeirão Preto trouxe a necessidade de proibir cantinas escolares, já os cidadãos da Grande São Paulo falam da proibição da venda de alimentos industrializados nas lanchonetes escolares e as

contribuições acabam indo como proposta 3.6 da conferência no eixo 1 com a seguinte redação:

Integrar as políticas de alimentação escolar, estaduais e municipais, se fazendo cumprir o PNAE, adequando o horário e espaço das refeições, aumentando a utilização de alimentos in natura e orgânicos e proibindo a venda de alimentos industrializados nas lanchonetes escolares. (doc 9.5)

Na 5a CESAN+2, pela primeira vez aparece nos documentos a discussão sobre publicidade de alimentos com a fala da pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Epidemiológica em Nutrição e Saúde, veio representando o Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC (CONSEA-SP) – Instituto Alana Maria Laura da Costa Lousada apontando três itens para superar os obstáculos para um consumo consciente: “*a falta de informação, a oferta e a publicidade, que na visão da palestrante são os grandes entraves para a promoção do direito a uma alimentação de qualidade.*” A nutricionista Giorgia Russo Conselheira do Consea/SP e da CAISAN pela SEE, cita o projeto Cantina Legal, que envolve a atuação com as Associação de Pais e Mestres (APM’s) sobre a qualidade do alimento vendido na escola.

A necessidade de regularização das cantinas e da publicidade de alimentos é apresentada como uma proposta no Desafio 5 do PLANSAN no sentido de aprimorar o projeto Cantina Legal e entra como uma meta no mesmo desafio:

META 5.3.2 Regularizar a atuação das cantinas escolares na rede pública e privada, levando em consideração grupos etários

específicos, assim como horários de funcionamento, alimentos ofertados e publicidade e propaganda de alimentos e bebidas

AÇÕES RELACIONADAS: *Formação de cantineiro em EAN com abrangência para a comunidade escolar (Conselho de Escola e APM)*

Foi muito importante essa meta ter sido inserida no PLANSAN/SP já que essa medida tem um grande impacto na saúde dos estudantes paulistas. O poder e a autonomia do indivíduo de fazer suas escolhas são altamente influenciados pelas opções de alimentos disponíveis e pelo marketing de alimentos. No entanto, para efetivamente proteger as crianças e os adolescentes da exposição a alimentos não saudáveis na escola, são necessárias medidas regulatórias que garantam um ambiente alimentar saudável, restringindo o comércio de produtos ultraprocessados, ofertando alimentos saudáveis e proibindo a publicidade de alimentos na escola. Para fortalecer essa ação seria necessária uma regulamentação no estado sobre o ambiente alimentar das escolas.

4.2.3. GARANTIA DO DHAA

“... O acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida”. Josué de Castro

(BURITY ET AL, 2010)

A promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada é uma obrigação do Estado brasileiro, responsabilidade de todos nós e está prevista em diversos tratados e documentos internacionais e em vários

instrumentos legais vigentes no Estado brasileiro entre eles a Constituição Federal.

A garantia da realização do DHAA implica em mudanças de paradigmas que influenciam todo o processo de ação pública. Essa mudança de padrão é complexa e requer uma série de transformações que exigem o fortalecimento dos processos e lutas sociais e a construção de novas relações de poder (BURITY ET AL, 2010).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) prevê que o monitoramento e avaliação dessa política seja feito por instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada (DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010).

Na estrutura da PLANSAN o desafio 1 pontua claramente que a política de SAN está pautada no acesso universal à alimentação adequada e saudável e aponta a alimentação escolar como uma forma de garantir esse direito:

Desafio 1: Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional Temas: Transferência de Renda; Alimentação escolar; Distribuição de alimentos. (doc 3.7)

A política de alimentação escolar também tem claramente nos seus dispositivos legais que a alimentação escolar é um direito universal dos estudantes da educação básica pública e dever do Estado (Brasil. Lei nº 11.947, 2009) e por isso precisa de mecanismos de exigibilidade da garantia desse direito.

Nesse estudo, ao sistematizar as informações relativas a garantia do DHAA relacionadas de alguma forma a educação básica, pudemos organizar as menções em duas dimensões do DHAA a exigibilidade e a equidade. Na categoria “EXIGIBILIDADE” foram apresentadas as questões sobre o cumprimento de leis, de espaços de participação e de instrumentos de exigibilidade e na outra categoria “EQUIDADE” foram colocadas as menções de necessidade de respeito à cultura, priorização dos povos e comunidades tradicionais e a importância do atendimento aos estudantes com necessidades nutricionais especiais.

4.2.3.1. EXIGIBILIDADE

*Cada um de nós deve saber se impor
E até lutar em prol do bem-estar geral
Afastar da mente todo mal pensar
Saber se respeitar
Se unir para se encontrar
Jorge Aragão / Sombrinha Cruz / Zeca Pagodinho*

A exigibilidade política é a capacidade de exigir que os agentes políticos façam escolhas eficazes e diligentes para a garantia dos direitos humanos, contemplando a participação social e outros princípios. A exigibilidade administrativa é a possibilidade de exigir a promoção de um direito, bem como a prevenção, correção ou reparação das ameaças ou violações ao mesmo. Já a exigibilidade judicial é a possibilidade de exigir o respeito, a proteção, a promoção e o provimento de direitos junto ao Poder Judiciário (BURITY ET AL, 2010).

A sociedade poderá exercer o seu papel na exigibilidade do direito humano à uma alimentação adequada por meio, por exemplo, dos conselhos de políticas públicas como é o caso do CONSEA e para que a sociedade esteja apta a cobrar esse direito humano, é preciso que ela também se apodere do conhecimento sobre alimentação saudável e dos fatores que a condicionam e determinam. Informar ou “educar” o titular sobre seus direitos perde o sentido se o titular não adquire também a capacidade de exigir esses direitos junto ao poder público, ou se não há os instrumentos necessários para fazê-lo. Nesse sentido fica muito clara a necessidade de construção pelo poder público de instrumentos que criem condições para a exigibilidade.

Durante a V CESAN/SP várias regiões apontaram para a necessidade cumprimento da lei do PNAE, principalmente no cumprimento do artigo 14 da lei 11.947/2009 que exige os 30% de compra da agricultura familiar. As contribuições dos cidadãos também apontaram para a necessidade de capacitação de gestores públicos e produtores rurais para o cumprimento da lei. As exigências dos cidadãos acabam indo muito superficialmente para uma das propostas da conferência, a 3.6 eixo 1, que fala simplesmente sobre “cumprir o PNAE” (doc 9.5)

Durante a 5ª CESAN+2 os cidadãos da região de Cruzeiro apontam que as pessoas que não têm acesso ao alimento em sua comunidade, município ou estado são a população de baixa renda, principalmente população negra e população rural e que na sua região políticas como PNAE e PAA não estão sendo implementadas adequadamente (doc 9.12).

A fala do Edgar Moura (CONSEA Nacional, representando a Pastoral Negra no Brasil) aponta para o não cumprimento da lei do PNAE: *Edgar falou do racismo institucional e trouxe questionamentos sobre a qualidade da alimentação escolar, se essa qualidade é verificada nas escolas das periferias.* Edgar também destaca um ponto importantíssimo para a garantia de direitos que é participação popular exigindo o cumprimento das ações: *“Edgar Moura lembrou que é importante a participação popular, por isso, é essencial acompanhar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e seus avanços, assim como monitorar a implementação dessas ações.*

Ainda durante a 5ª CESAN+2 uma fala do secretário da Agricultura Arnaldo Jardim demonstra vontade política de garantia do DHAA:

“destacou o compromisso do Governo do Estado de São Paulo na promoção de políticas públicas para assistência de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. “Estamos atendendo a determinação do Governador Geraldo Alckmin em fortalecer a segurança alimentar com intuito de fomentar e discutir ações que possam garantir a todos o direito à alimentação saudável e adequada”, pontuou.” (doc 9.8)

Apesar dessas importantes falas sobre exigibilidade e garantia de direitos, nenhuma proposta da 5ª CESAN+2 tratou diretamente de mecanismo de exigibilidade. No PLANSAN foram inseridos alguns indicadores de monitoramento e avaliação do cumprimento de leis importantes para o DHAA. Como uma forma de aferir a universalidade do PNAE foram inseridos dois indicadores:

Desafio 1: 4. Número de estudantes atendidos pelo PNAE;

Desafio 5: 10. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, que costumam comer a comida oferecida pela escola, por sexo e dependência administrativa da escola;

Sabemos que existem algumas denúncias de escolas que não ofertam a alimentação escolar diariamente e que essa irregularidade precisa ser monitorada e coibida pela entidade executora do programa. No entanto, a adesão ao PNAE pode variar por vários motivos, além da não oferta de alimentos, acompanhar o número de estudantes que aderem ao programa pode ser uma forma de aferir sua qualidade, mas tem sérias limitações como mecanismos de aferir a universalidade.

Na descrição do Desafio 1 no PLANSAN/SP também fica evidenciada a necessidade de ações de garantia ao acesso universal ao alimento e a alimentação escolar é citada como uma das formas de garantir esse direito:

“A garantia de preços acessíveis para os alimentos, em especial do preço e acesso à comida para quem fica fora de casa trabalhando nos centros urbanos também é motivo de atenção. Lembrando que a população do Estado está majoritariamente nas cidades. O emprego e a renda para garantia ao acesso universal ao alimento também se fazem presentes como demandas para a agenda de SAN. Os restaurantes populares e o programa de alimentação escolar são formas de garantir o acesso ao alimento. Espera-se que esses benefícios sejam preservados e aprimorados nas ações de SAN do Estado.”

Muitas metas foram adicionadas ao plano no sentido de cumprimento de leis e garantia de direitos, como garantir a universalidade PNAE. A meta 1.3.1 reforça a necessidade de garantia de universalidade do programa e a meta 1.3.3 coloca a necessidade de consolidação do aplicativo de monitoramento do PNAE pelos estudantes da rede como uma forma de monitorar o que realmente está sendo ofertado aos estudantes da rede.

META 1.3.1 Oferecer alimentação escolar a 100% dos alunos da rede pública de ensino fundamental e médio.

META 1.3.3 Transformar em Programa o projeto de uso de aplicativo de celular para monitoramento da Alimentação Escolar do Escolas Estaduais criado pela SEE em fase de consolidação.

(doc 3.7) AÇÃO RELACIONADA Garantia de canal de comunicação com os pais sugestões.

Na meta 4.2.2 também foi colocada a exigência de adequação do quadro de nutricionista para o cumprimento da resolução CFN 465. A meta 6.5.1 reforça essa necessidade, uma medida fundamental para execução adequada do PNAE e para garantia do DHAA já que esse é um profissional com muitos conhecimentos técnicos para criar formas de garantia desse direito:

Meta 4.2.2 - AÇÃO RELACIONADA Monitoramento e avaliação da Resolução nº 465, de 2010, que estabelece os parâmetros numéricos para composição do quadro de Nutricionistas na alimentação escolar e levantamento sobre quais secretarias de governo possuem nutricionistas no quadro técnico.

Meta 6.5.1 Ampliar o número de nutricionistas para atuar no desenvolvimento do cuidado e das ações de enfrentamento das doenças decorrentes da má alimentação.

Um espaço social como a construção de um plano de segurança alimentar e nutricional é extremamente propício para reconstruir relações de poder, disseminar informações sobre direito humano, construir instrumentos e indicadores para exigibilidade e desenvolver nas instituições governamentais e nos agentes públicos, as habilidades para atuar promovendo a garantia desse direito.

Considerando que nas conferências foram expostas situações de não garantia de DHAA e declarada uma vontade política do secretário de estado, em nome do governador, de garantia desses direitos, seria muito importante o Estado criar mais instrumentos para que os titulares de direitos tenham condição de exigibilidade e o Estado possa monitorar e solucionar essa situação.

4.2.3.2. EQUIDADE

A alimentação saudável e adequada é a realização de um direito humano básico, com a garantia de acesso permanente e regular a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de forma socialmente justa (BURITY ET AL, 2010). Para atender ao princípio da equidade é necessário respeitar os aspectos biológicos e sociais de cada indivíduo, olhando para as necessidades, diversidades e especificidades de cada cidadão ou grupos de forma diferenciada. Esse princípio deve ser um norteador das

políticas de SAN e alimentação escolar para enfrentar as desigualdades sociais, econômicas, étnicas e de gênero presentes na nossa sociedade.

Para superar essas desigualdades é necessário promover, com alta prioridade, o acesso de pessoas e grupos mais desprivilegiados e vulneráveis a essas políticas.

O PNAE prevê em suas diretrizes que o direito à alimentação escolar seja igualitário e universal, respeitando as diferenças biológicas entre idades, as condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e o estado de vulnerabilidade social. A lei do programa também estabelece que os cardápios da alimentação escolar atendam às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas.

A normatização sobre as aquisições da agricultura familiar reconhece essas desigualdades e prioriza a compra dos assentamentos da reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas e ainda recomenda que Estados e dos Municípios que possuam alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas, ou em áreas remanescentes de quilombos, tenham na composição do CAE (Conselho de alimentação escolar) pelo menos um membro representante desses povos ou comunidades tradicionais.

Na V CESAN duas propostas tratam da importância de um olhar diferenciado para diversidade cultural dos povos e comunidades tradicionais, com valorização dessas culturas e cardápio diferenciado na alimentação escolar, conforme previsto em lei

PROPOSTA 2.4 EIXO 1 - Criar mecanismos de valorização da diversidade cultural alimentar e nutricional dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, matriz africana, ciganos e pescadores), garantindo alimentação diferenciada nas escolas e outros equipamentos sociais.

PROPOSTA 1.5 EIXO I: Criar programas de informação para valorização da diversidade cultural, alimentar e nutricional dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, matriz africana, ciganos e pescadores) e PANCs - plantas alimentícias não convencionais, visando o estímulo do consumo pela população, inclusive nas escolas e outros equipamentos sociais; (doc 9.3)

Na 5a CESAN+2 a Aldeia Kopenoti informou ter dificuldades legais para acessar políticas públicas como o PNAE (doc 9.15). Ao encontro dessa colocação, na roda de conversa que acontece em Ivaporunduva, foram levantados vários aspectos dessa dificuldade, como a necessidade de organização da comunidade, o desrespeito aos hábitos e culturas da comunidade e ainda uma resistência dos próprios estudantes de consumir alimentos tradicionais das suas culturas:

“A professora e a nutricionista da alimentação escolar empenhadas em garantir os hábitos alimentares e culturais na escola e os comentários da comunidade de que isso não está acontecendo a contento. A discussão da alimentação na escola gerou certa tensão no grupo.”

“As comunidades participam do PAA e PNAE, mas precisam se auto organizar melhor e ampliar as alternativas de mercado.”

“A escola tem procurado desenvolver atividades de Educação Alimentar e Nutricional com foco na cultura quilombola. Na hora de preparar, nem sempre se encontram produtos quilombola para oferecer na alimentação escolar. Algumas crianças quilombolas manifestam vergonha e recusam os produtos da sua cultura quando estão na escola. Há que se desenvolver campanhas de valorização desses produtos junto à população.”

“As comunidades tradicionais de pescadores de Iguape compoem-se de indígenas, caiçaras e quilombolas. Na roda de conversa havia um representante de cooperativa. Nesta cooperativa estão trabalhando em um projeto para criação de pequenos animais nos quintais. Cobra-se maior presença dos gestores municipais. Além de outros mercados, o foco é o fornecimento para a alimentação escolar.”

“Foi informado que a CATI auxilia no trabalho com os índios para a produção sem agrotóxicos e sua organização para o acesso às políticas públicas. Estas comunidades não têm mais a cultura extrativista, são agricultores e atualmente a Aldeia Kopenoti têm se organizado para gerir, dar manutenção e manter em funcionamento os equipamentos agrícolas que possuem de uso coletivo, como os custos de combustível para o trator. No entanto os mesmos têm dificuldades legais para acessar políticas públicas como o PNAE.”

Doc 9,12)

Na 5ª CESAN+2, Edgar Moura (CONSEA Nacional, representando a Pastoral Negra no Brasil) faz uma reflexão sobre o direito de preservação de cultura que não está sendo garantido aos povos e comunidades tradicionais:

“Ele salientou que a cultura alimentar está sendo violada, quando o pessoal de matriz africana não tem os direitos garantidos, quando os indígenas e quilombolas não têm direito as terras. Todas essas questões fazem parte de um processo de reflexão que deve ser iniciado pela alimentação como direito humano, como preconiza a Constituição Federal.” Doc 9.12

Como forma de monitoramento do atendimento a essas comunidades, o PLANSAN/SP colocou como indicadores: Número de estudantes quilombolas atendidos pelo PNAE; e Número de estudantes indígenas atendidos pelo PNAE (doc 3.7). E as seguintes metas foram inseridas no plano:

META 1.3.1 Oferecer alimentação escolar a 100% dos alunos da rede pública de ensino fundamental e médio. AÇÃO RELACIONADA Oferecimento pelo PNAE na alimentação escolar de alimentos adequados à cultura alimentar em escolas indígenas e quilombolas. Aquisição de alimentos pelo PPAIS.

META Criar um programa de valorização dos produtos da agrobiodiversidade das comunidades tradicionais do Estado de São Paulo, incluindo ações educativas nas escolas públicas que atendem os territórios das comunidades tradicionais do Estado de São Paulo e comunicação social em todas as mídias, nas bibliotecas públicas e eventos culturais. AÇÕES RELACIONADAS: Convênios com universidades e instituições da sociedade civil organizada para produção de programas multimídia sobre a cultura quilombola, indígena, caiçara, entre outros povos e comunidades tradicionais.

9.1 Promover a troca de experiências entre as comunidades de matriz africana brasileiras e dos países africanos da CPLP.

Compreende-se pelos relatos nos documentos que o respeito à cultura alimentar e a garantia do direito à alimentação escolar, em especial a povos e comunidades tradicionais, não está sendo cumprido em algumas regiões do estado. Essas comunidades também estão com dificuldade de acessar as compras públicas, tão importantes para enfrentar a situação de insegurança alimentar desses grupos e ofertar alimentos adequados aos estudantes.

As metas apresentadas reforçam a necessidade de cumprimento da lei e a criação do programa de valorização dos produtos da agro biodiversidade das comunidades tradicionais pode ser um bom caminho de resgate dessas culturas sensibilização para importância de respeito a essas culturas, principalmente nos cardápios das escolas.

Sobre o atendimento das necessidades nutricionais especiais de estudantes, na V CESANSP os cidadãos da Grande São Paulo trouxeram uma contribuição nesse sentido que não foi contemplada em nenhuma proposta da Conferência:

Garantir a alimentação específica na alimentação escolar estadual, ampliando o programa de treinamento para capacitar profissional responsável pelos cuidados da alimentação, por saúde ou por especificidade de sua condição cultural, priorizando educandos com necessidade alimentares especiais nas escolas estaduais.
(doc 9.3)

E a seguinte meta foi colocada no PLANSAN:

META 5.5.1 Fortalecer e ampliar os programas de assistência à pessoa com necessidades alimentares especiais. AÇÕES RELACIONADAS: Articulação entre secretarias para a avaliação e ajustes nos Programas

Atender às necessidades nutricionais especiais dos estudantes no PNAE, além de ser uma obrigatoriedade pela própria lei do PNAE, é um dos princípios do direito à saúde. A maior articulação entre secretarias pode ser um bom caminho para consolidar esse atendimento no estado de São Paulo.

5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos achados nessa análise documental, que teve como objetivo compreender a prática da intersetorialidade e os elementos de intersecção entre as políticas de alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional, é possível afirmar que o processo de construção do PLANSAN/SP se mostrou um excelente campo para investigar o processo político complexo de articulação entre SAN e alimentação escolar. Foi possível também compreender a prática da intersetorialidade observando as principais sinergias dessas duas políticas, o interesse de seus atores e seu processo organizacional.

Durante a análise dos documentos ficaram evidenciadas muitas ações práticas de intersecção dessas políticas. O primeiro ponto de destaque é a fundamental importância do convênio com a UNESP para apoio técnico na construção do PLANSAN/SP e principalmente para mobilização da CAISAN.

Esse apoio permitiu uma eficiente consolidação de dados e construção descritiva do PLANSAN/SP ao mobilizar o envolvimento os técnicos de governo com competência para analisar os determinantes de SAN e consolidar os resultados das conferências em ações do estado.

A relevância desse apoio técnico aponta para o quanto o processo de descentralização acaba trazendo problemas complexos para o território, mas com apoio técnico e vontade política pode-se promover mudanças nas estruturas governamentais com transformação das relações de poder, movimento tão importante para o processo.

Com uma boa estruturação desse processo democrático, é possível envolver a população na construção das soluções para seu território, que tendem a ser mais eficientes e eficazes quando se une diferentes saberes com criatividade. Criatividade essa que só se desperta em um grupo que vivencia suas questões, que conhece sua realidade e que tem a liberdade de pensar e construir seus caminhos.

As conferências de SAN no estado de São Paulo foram realizadas no intuito de envolver os diversos atores com interesses distintos na identificação e na análise dos problemas de seus territórios e então construir estratégias pactuadas para resolvê-los. Para compreensão dessa prática política da intersectorialidade, a ideia inicial de análise dos documentos das conferências foi identificar os atores que participaram, suas relações, trajetórias e interesses, observar as negociações e consensos obtidos e quais propostas foram aprovadas e suas dissonâncias com as ações inseridas no Plano e as necessidades percebidas pela população.

Foi possível observar como as contribuições da sociedade se tornaram propostas finais das conferências e, dessas propostas, quais foram consideradas na formulação da política. Entretanto, o estudo encontrou uma limitação pois os documentos trouxeram poucos aspectos relacionados aos atores que participaram dessas conferências, tampouco elementos que permitissem uma boa investigação de suas trajetórias, por isso, não foi possível avançar na análise de interesses desses atores.

Ao analisar as propostas apresentadas na 5ª CESANSP e na 5ª CESAN+2 sob a perspectiva teórica da Sociologia da Ação Pública, compreende-se que as conferências foram um importante espaço para articulação de saberes, e as contribuições feitas pelos cidadãos superaram as estruturas fragmentadas propostas pelo Estado promovendo a participação social. Durante as conferências, a sociedade indicou várias ações envolvendo o setor educação básica para solução dos problemas de segurança alimentar e nutricional, não só no desafio 5 onde a estrutura de Estado insere a educação, mas também, em quase todos os outros desafios.

Essa transversalidade do setor educação na política de SAN ficou refletida no PLANASAN/SP que tem ações relacionadas a educação básica permeando muitas de suas metas. Essa observação evidencia o quanto as ações da alimentação escolar integram a política de segurança alimentar e nutricional, e reforça a necessidade dessas políticas serem tratadas de maneira integrada e intersetorial.

Ao organizar e analisar as ações públicas apresentadas no processo de construção do PLANASAN/SP observou-se como estas se agrupam em dois

conceitos-chave: Educação Alimentar e Nutricional e Ambiente Alimentar e são permeadas de forma muito transversal por ações de garantia do DHAA. Fica visível o movimento de retroalimentação onde o ambiente educa e a educação gera conscientização e demanda para transformar o ambiente.

O gráfico abaixo representa esses movimentos:



Esse estudo também levou a uma subcategorização temática das ações relacionadas a EAN e ao ambiente alimentar escolar, permitindo uma análise de cada categoria com seus referenciais teóricos e formas que foram apresentadas na construção do plano. Pode-se destacar como achados nas subcategorias:

- Importância da construção de um espaço social adequado e formalmente constituído para construção da estruturação metodológica das

ações pedagógicas de EAN permitindo integração de atores e articulação de saberes.

- Necessidade de formação dos atores sociais da comunidade escolar como sujeitos nas ações de EAN, promovendo troca, articulação de conhecimentos e construção coletiva de saberes que os empoderem para o desenvolvimento das ações.

- Indicativo de ações práticas que apontam para a escola como espaço fundamental para prevenção das DCNTs e enfrentamento das diversas formas de má nutrição, e para a elaboração do PLANSAN como um campo promissor para articulação das políticas de SAN, saúde e educação.

- Importância de ações de EAN que apresentem as dimensões de um sistema alimentar saudável e sustentável promovendo processos de debates sobre questões ambientais relacionadas a esse sistema e trazendo o saber popular dos agricultores familiares agroecológicos e a valorização dessa produção.

- CONSEA e CAISAN como espaços férteis para construção de programas de hortas educativas que necessitam de ações intersetoriais e reforçando a horta como uma importante ferramenta educacional para resgatar o vínculo do alimento com a natureza, rompendo com a alienação dos saberes sobre processos produtivos propiciado pela industrialização de alimentos.

- A valorização das diferentes expressões da cultura alimentar e o fortalecimento de hábitos regionais como uma das principais contribuições da EAN para as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

- O ambiente alimentar escolar saudável como elemento essencial para efetividade das ações de EAN.

- O CONSEA e a construção de um Plano de Segurança Alimentar como espaço político muito importante para concretizar as ações que promovem as compras públicas da agricultura familiar, aproximando gestores públicos e entidades da sociedade civil ligados à produção alimentos para debater sobre os desafios de cada setor e construir soluções conjuntas e viáveis.

- O debate em torno da agricultura familiar e PNAE muito atrelada à produção orgânica/agroecológica indicando o quanto o PNAE contribui para o fomento da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e para promoção de práticas alimentares adequadas.

- A necessidade de uma regulamentação que garanta um ambiente alimentar saudável, restringindo o comércio de produtos ultraprocessados, ofertando alimentos saudáveis e proibindo a publicidade de alimentos na escola.

Na perspectiva do DHAA, os princípios da exigibilidade e da equidade permeiam muitas ações das políticas alimentação escolar no plano de SAN do estado. Essa constatação aponta para o papel substancial dessas políticas para promoção do DHAA. Um espaço social como a construção de um plano de segurança alimentar e nutricional é extremamente propício para viabilizar mudanças na ação pública que promovam a garantia de direitos. É um espaço que pode construir instrumentos e indicadores para exigibilidade e desenvolver nas instituições governamentais e nos agentes públicos as habilidades para atuar promovendo a garantia desse direito.

É muito importante que se criem mais instrumentos para garantia e monitoramento de todos os direitos no estado de São Paulo e principalmente que se implementem formas efetivas e transparentes de monitoramento da execução do PLANSAN/SP.

O presente estudo permitiu observar a construção política do PLANSAN/SP sob a perspectiva da educação básica, apontando para a diversas ações práticas que interseccionam essas políticas. A compreensão desses processos democráticos é extremamente necessária para amadurecer a nossa democracia e dessa forma fortalecê-la, incentivá-la e protegê-la diante de um cenário tão ameaçador que vivemos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKERMAN, Marco *et al.* Intersectorialidade? IntersectorialidadeS!. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4291-4300, 2014.

AMORIM, Ana; RIBEIRO, José; BANDONI, Daniel. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Agroecologia nos Municípios**. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>>. Acesso em:11/05/2023

BARALDI, Larissa; BICALHO, Daniela; VILLAR, Betzabeth. Trajetória nacional da aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 15-34, 2021.

BENAMOUZIG, Daniel; BORRAZ, Olivier. **Burocracia, organizações, políticas públicas e formalização do conhecimento**. 2021.

BEZERRA, José. **Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes**. UFC, 2018.

BOCCHI, Carmem *et al.* **A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil**. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 43, 2019.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Nota Técnica nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos/NotaTecnicaEANassinada.pdf>> Acesso em: 28/07/2022

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 22/4/2023

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 23/04/2023

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 11/05/22

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em: 11/05/2023

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 05/03/2022

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: 14/04/2023

BRASIL. **Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 maio 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13666.htm>. Acesso em: 08/10/2022

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Compras Institucionais para Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>>. Acesso em: 11/04/22

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 5. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/593336/LDB_5ed.pdf>. Acesso em: 25/04/2023

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília: Abrandh, 2010.

BURLANDY, Luciene. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da**

intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 851-860, 2009.

BURLANDY, Luciene *et al.* **Intersetorialidade e potenciais conflitos de interesse entre governos e setor privado comercial no âmbito das ações de alimentação e nutrição para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis.** *Vigil Sanit Debate*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 124-129, 2014.

CALDAS, Eduardo; MASSARDIER, Gilles. **Políticas públicas e territórios: antigas relações Centro-periferia e novas pesquisas sobre as escalas da gestão de políticas públicas no Brasil e na França.** 2021.

COELHO, Denise; BÓGUS, Cláudia. **Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores.** *Saúde e Sociedade*, v. 25, p. 761-770, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). **Código de Ética e de Conduta do Nutricionista.** Disponível em: <<https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2018/04/codigo-de-etica.pdf>.> Acesso em: 22/04/2023.

COSTA, Christiane; BÓGUS, Cláudia. **Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** *Saúde e Sociedade*, v. 21, p. 103-114, 2012.

DEMORTAIN, D. Sociologia da ciência e da expertise. In: OLIVEIRA, O. P. HASSENTEUFEL P., **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos.** Escola Nacional de Administração Pública – Brasília, 2021.p. 153-177

DUBOIS, Vincent. **Os espaços sociais para a produção de políticas públicas—a noção de campo como ferramenta da sociologia da ação pública.** *Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos.* Brasília: Enap, p. 135-152, 2021.

EPSTEIN, R., **Sociologia da ação pública local: governança territorial e gestão remota.** In: OLIVEIRA, O. P. HASSENTEUFEL P., *Sociologia política*

da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Escola Nacional de Administração Pública – Brasília, 2021.p.274-291.

FERNANDEZ, Juan CA; MENDES, Rosilda. **Gestão local e políticas públicas para a qualidade de vida**. Promoção da saúde e gestão local, p. 25-38, 2007.

HAWKES, Corinna *et al.* **How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program**. Revista de saúde pública, v. 50, 2016.

HAWKES, Corinna *et al.* **Double-duty actions: seizing programme and policy opportunities to address malnutrition in all its forms**. The Lancet, v. 395, n. 10218, p. 142-155, 2020.

KNAUTH, Daniela; LEAL, Andréa. **A expansão das Ciências Sociais na Saúde Coletiva: usos e abusos da pesquisa qualitativa**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, p. 457-467, 2014.

LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. Iniciación a la práctica sociológica, v. 21, p. 57-102, 1993.

MALDONADO, Luciana *et al.* **Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, p. e00152320, 2022.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil**. Cadernos de Debate, v. 4, n. 1, p. 66-88, 1996.

MASSARDIER, Gilles. **As figuras da mediação na política e na ação pública: os brokers, facilitadores, organizadores e interpretados pela ciência política francesa**. In: OLIVEIRA, O. P. HASSENTEUFEL P., Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Escola Nacional de Administração Pública – Brasília, 2021.

MAZEAUD, Alice, NONJON, Magali, **Os profissionais da ação pública**. In: OLIVEIRA, O. P. HASSENTEUFEL P., Sociologia política da ação pública:

teorias, abordagens e conceitos. Escola Nacional de Administração Pública – Brasília, 2021.p.355-372.

MENDES, Rosilda; AKERMAN, Marcos. Intersetorialidade: reflexões e práticas. **Promoção da saúde e gestão local. São Paulo: Aderaldo & Rothschild**, p. 85-109, 2007.

MILET, M. **Grupos de interesse e movimentos sociais**. In: OLIVEIRA, O. P. HASSENTEUFEL P., Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Escola Nacional de Administração Pública – Brasília, 2021.p. 412-430

MOURA, Francisco; LEITE, Raquel. **A educação alimentar e nutricional em questão: desdobramentos na formação inicial de professores pedagogos**. Research, Society and Development, v. 9, n. 2, p. e109922141-e109922141, 2020.

OLIVEIRA, Osmany Porto *et al.* **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos**. Escola Nacional de Administração Pública – Brasília, 2021.

OTTERSEN, Ole *et al.* **The political origins of health inequity: prospects for change**. The Lancet, v. 383, n. 9917, p. 630-667, 2014.

PEIXINHO, Albaneide. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 909-916, 2013.

POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos, v. 2, 2008.

RIBEIRO, Silvana. **O processo de construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional no município de São Paulo/SP: participação e intersetorialidade na elaboração de uma política pública local promotora de saúde**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIGON, Silvia. **A construção de políticas públicas promotoras de saúde: um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná.** 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIGON, Silvia; BEZERRA, Islandia. **Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades.** DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 9, n. 2, p. 435-443, 2014.

RIGON, Silvia; SCHMIDT, Suely; BÓGUS, Cláudia. **Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional.** Cadernos de Saúde Pública, v. 32, 2016.

RUSSO, Giorgia; MELO, Mylena; IWASAWA, Nathália. **Ambiente Alimentar das Escolas - Guia para Gestores.** São Paulo: IDEC, 2020.

SAMBUICHI, Regina *et al.* **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas.** 2014.

SANTOS, Ligia *et al.* **Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 993-1000, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **PLANSAN/SP 2019-2023: Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em: <https://caisan.agricultura.sp.gov.br/static/plasan-final.pdf>. Acesso em: 17/01/2023

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.684, de 19 de março de 2018. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html>>. Acesso em: 09/05/2023

SÁ-SILVA, Jackson *et al.* **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SCHUTZ, Fernanda; MIOTO, Regina. **Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate**. Sociedade em Debate, v. 16, n. 1, p. 59-75, 2010..

SCHWARTZMAN, Flavia *et al.* **Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar**. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, 2017.

SHANKARDASS, Ketan *et al.* **A scoping review of intersectoral action for health equity involving governments**. International journal of public health, v. 57, p. 25-33, 2012.

STOLARSKI, Marcia *et al.* **Alimentação Escolar: da soja à comida de verdade**. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, v. 38, n. 133, p. 147-161, 2017.

VILLAR, Betzabeth *et al.* **Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 16, p. 223-226, 2013.

VILLAR, Betzabeth. **O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: Avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009**. Tese de livre docente. Faculdade de Saúde Pública (FSP), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO methods and data sources for country-level causes of death 2000-2019**. Geneva: World Health Organization, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS SELECIONADOS

NOME / DESCRIÇÃO	LINK	DATA	EDUCAÇÃO
6.4.Seminário Indicadores, USP Capital-SP, 09-04-2015.pdf	https://drive.google.com/file/d/1xqqJMgJcPk4qBa3y5D_Hn2TfqPt0RpOM/view	09/04/2015	N
2.3.Exposição de motivos - Secretária de Agricultura e Abastecimento-SP 19-05-15	https://drive.google.com/file/d/1Fo98z3O1grNR1kQB-zdM4-60gxmKL7jY/view	19/05/2015	S
6.6.Reunião equipe - USP, Capital-SP 07-07-2015.pd	https://drive.google.com/file/d/1hhLFv5WdHqyg1EmMCfz-T84ogP43sr9Z/view	07/07/2015	S
9.3.5a CESAN - SP - Propostas sistematizadas - 5a CESAN-SP 8-9-2015 (1)	https://drive.google.com/file/d/1Plo8o-GmVhg85kNXkOV9zcndM5mhGI8j/view	set/15	S
6.8.Divulgação encontros de pesquisadores-SP, São Paulo-SP 08-09-2015.pdf	https://drive.google.com/file/d/1s-DZCG-IIF4KWESyme04yogJwUPv0Qm_/view	08/09/2015	S
9.5.5a CESAN - SP - RELATÓRIO FINAL - 5a CESAN-SP - 28-10-2015	https://drive.google.com/file/d/1EvykjNC78Z-6As33g88NnLkoP03RkNDX/view	out/15	S
4.9.Apresentação CAISAN-PR, Bacarin - fev 2016	https://drive.google.com/file/d/1oD-VPlLzRiCLXJ4TfW15hyKzE_CMhsE/view	01/01/2016	S
8.2.Divulgação Oficina SP, 2016	https://drive.google.com/file/d/1SB93GJOJKHo6YdPspvx03Y00Bmk7--ID/view	01/01/2016	N
2.5.Reunião UNESP e CONSEA 11-04-16	https://drive.google.com/file/d/13uUB8htdCrgLhLz9yWkN4Am4drGYdpTI/view	11/04/2016	N
5.1.Caderno - Metodologia para Oficinas de SAN-SiSAN, 2017-1	https://drive.google.com/file/d/1hlx_dhxQInbpM80TwOPkgK7GihjtOhD8/view	jan/17	N
5.6.Minutas_ Leis_ Decretos, 2017	https://drive.google.com/file/d/1aAoj3Qsf0lomhjt8_MeD2NQMhcvaur8a/view	01/01/2017	S
2.7.Apresentação na CAISAN-SP 23 - 01 – 2017	https://drive.google.com/file/d/1a1yqQTej-OD9iHVdPtI4m0Hz0vMyrzfj/view	23/01/2017	N
2.8.Pauta do CONSEA-SP 15-02-17	https://drive.google.com/file/d/1NSuGPf5IyYeFivpoF8XKNm8szgqPFUN/view	15/02/2017	N

2.9.Apresentação no CONSEA - SP 15-02-17	https://drive.google.com/file/d/1F5Ed7PemX9jH6artg_Qa50WPkFIPPhKs/view	15/02/2017	S
2.14.Apresentação na CAISAN-SP 02-08-17	https://drive.google.com/file/d/13htGoU1Vlcic6vp1EA7NH8zeMxrgucjr/view	02/08/2017	N
2.16.Pauta da Reunião da CAISAN SP 25-10-17	https://drive.google.com/file/d/17g9iq78XbsPQQ9Nh9GjFKX_K6ZVxO3y/view	25/10/2017	S
9.11.5a CESAN+2 - PROGRAMA 5a+2 dez 2017 (1)	https://drive.google.com/file/d/1uFtE2fyEJicZDBwOGH0FIGQCWsxJb5_d/view	05/12/2017	S
9.13.5a CESAN+2 - Sistemaização das propostas da 5a para a 5a+2, dez 2017	https://drive.google.com/file/d/1mw3TFOuA-ONAy12dCJ1CSzkg8n29OlB/view	01/12/2017	S
9.15.5a CESAN+2 - RELATÓRIO Encontro Regional da 5a+2, Bauru 12-12-2017 (1)	https://drive.google.com/file/d/17n1iAYq0cAKUmxMJdymBpFmGg6uoz55P/view	12/12/2017	S
9.7.5a CESAN+2 - CARTAS aos debatedores - 5a+2 (Draft) - dez 2017	https://drive.google.com/file/d/12sUTQW89uhYqMtkROC9KStVQnOPpPebJ/view	dez/17	N
9.9.5a CESAN+2 - Orientação para a 5a+2 Virtual dez 2017	https://drive.google.com/file/d/1GDn7Ys8ezuk0jmb9lF4AgmovEDM3bj-/view	dez/17	N
9.12.5a CESAN+2 - Questões propostas e consolidação 5a+2 dez 2017 e jan 2018	https://drive.google.com/file/d/14F3_OsUyBo1FmlDSC5G6U7sFEjQLFlwF/view	jan/18	S
9.8.5a CESAN+2 - DIVULGAÇÃO 5a+2 dez 2017 e jan 2018	https://drive.google.com/file/d/1Floz2KneY78nn7pB31JRxoABmCupQc41/view	set/15	S
6.20.Apresentação na CAISAN Botucatu 19-06-18.pdf	https://drive.google.com/file/d/1hWliRLvdl71Klm_L-TGG1X1nzpZDAwyZ/view	19/06/2018	N
4.11.Matriz dos desafios PLANSAN-SP, 20-6-2018	https://drive.google.com/file/d/1opmY-QY0_1Cu30vEzqpWK1rox_2o0J0L/view	20/06/2018	S
4.12.Apresentação CAISAN-SP, 20-6-2018	https://drive.google.com/file/d/12G51MeU9X1Sd44sMJW0KA96LCo73kR8v/view	20/06/2018	N
3.2.Roteiro das oficinas PLANSAN-SP - agosto 2018 (1)	https://drive.google.com/file/d/1MYaNR0DbrSzu65oeWeNcj mAVW0dztvNi/view	ago/18	N
3.3.Oficina para construção da Matriz do PLANSAN, CAISAN-SP, agosto 2018 (1)	https://drive.google.com/file/d/13tuzdqczRYGgHojUt99VXdfjDYDII4EW/view	ago/18	N

2.20.Pauta da Reunião da CAISAN 22-08-18	https://drive.google.com/file/d/1Mp5s0u5LPWtfKr_sU8FzIBZG11wANEVz/view	22/08/2018	S
2.21.Ata - Reunião Plenária da Caisan-SP 22-08-18	https://drive.google.com/file/d/1UXvkVByM0QI4Wb1nupV4a055ZAbHiJ2G/view	22/08/2018	N
2.22.Programação Encontro Intersecretarias - SP 19,25 e 26-09 e 30-10 de 2018	https://drive.google.com/file/d/1xXVBEVx_ZMBhS739I3rw4njgpO7WaTu4/view	set/18	N
3.4.Ata Oficina SEE Desafios 5 e 6 do PLANSAN, CAISAN-SP - 25.09.18.	https://drive.google.com/file/d/1hfp26q6-ngF8u8hglbYdW75IJ8ZZGiUO/view	25/09/2018	S
4.13.Matriz Completa de Indicadores - PLANSAN-SP, 27-10-2018	https://drive.google.com/file/d/1QAW6AB_CqHe4HSxlr5di1wQAY_PSSlz/view	20/10/2018	S
3.5.Diário oficial consulta pública - PLANSAN-SP - 2-11-2018	https://drive.google.com/file/d/1JOWzqbvByEu7tl-L3YOvPy_-CAx3an2u/view	02/11/2018	N
3.6.Plano Estadual de Segurança Alimentar - final (1) (1)	https://drive.google.com/file/d/1Cr_vFe7JE3qXoLN4EyDbtZZao-j9anUv/view	dez/18	n
3.7. PLANSAN-SP, final dez 2018 (1)	https://drive.google.com/file/d/1S8FtnXshoyxVhhKHO3mRzHG960syBJYv/view	dez/18	S
2.23.Ata 54ª- Reunião Plenária 12-12-2018	https://drive.google.com/file/d/1t2HZ5xs7cvTKHvgny8jCCYRlbQhMFOrk/view	12/12/2018	S

APÊNDICE 2 – MODELO DE FICHA DE LEITURA

NOME	LINK	DATA
6.6.Reunião equipe - USP, Capital-SP 07-07-2015.pd	https://drive.google.com/file/d/1hhLFv5WdHqyg1EmMCfZ-T84ogP43sr9Z/view	07/07/2015

AUTOR DO DOCUMENTOS

NA

DESCRIÇÃO

Planejamento do Projeto Fortalecimento do SISAN nos Estados de SP e PR:

- Análise e Discussão das Metas em São Paulo
- Divisão das atividades dos bolsistas de São Paulo
- Outros

RELAÇÃO COM EDUCAÇÃO BÁSICA	AUTOR	CATEGORIA
<p>Meta 2 Produzir três instrumentos para monitoramento da Política Pública de SAN: um índice global de SAN ; um instrumento de monitoramento dos objetivos/metasp do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Artigo 14 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); um instrumento de avaliação da execução do plano estadual de SAN: Prof. Baccarin relatou que tem tido tranquilidade para acessar os dados do PAA , entretanto, os dados do PNAE não são tão acessíveis na internet nem para as prefeituras . Comentou que já articulou com o MDS e mesmo assim tem encontrado dificuldades. A sugestão dada pelo grupo foi contatar diretamente o FNE e caso ainda não consiga tais informações, como opção seria contactar MDA e/ou CONSEA Nacional.</p>	Prof. Baccarin / UNESP	<p>PNAE AG.FAMILIAR / TRANSPARÊNCIA ACESSO DADOS PNAE</p>

Monica relatou que a construção do índice global de SAN (IGSAN) será feita a partir de um conjunto de dimensões e que algumas informações serão importantes como dados do PAA e PNAE, informações sobre estado nutricional e a apropriação da temática da Promoção da Saúde. Assim, a aproximação com o grupo do prof. Baccarin que constrói um instrumento de avaliação das políticas será fundamental e do grupo de Promoção da Saúde do Departamento de Prática de Saúde Pública da USP. O instrumento deverá ser acessível à gestão dos municípios.

Monica/USP

TRANSPARÊNCIA
ACESSO
DADOS PNAE



Giorgia Castilho Russo

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9783240691302017>
 ID Lattes: **9783240691302017**
 Última atualização do currículo em: 10/11/2020

Mestranda na Faculdade de Saúde Pública/USP em intervenções e políticas públicas em alimentação e nutrição. Possui graduação em Nutrição pela Universidade de São Paulo, especialização em Obesidade e patologias associadas. Atualmente é consultora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e professora conteudista - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SP. Tem experiência na área de Saúde Pública, especialmente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e políticas intersetoriais de segurança alimentar e nutricional. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Giorgia Castilho Russo
Nome em citações bibliográficas	RUSO, G. C.
Lattes ID	http://lattes.cnpq.br/9783240691302017

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2020	Mestrado em andamento em Nutrição em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: O processo de articulação entre PNAE e SAN: compreensão dos elementos que promovem a intersectorialidade na prática.
1999 - 2003	Orientador: Betzabeth Slater Villar. Graduação em Nutrição, Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Avaliação da adesão ao tratamento de pacientes em grupo De Diabetes do Instituto do coração. Orientador: Elizabeth Cardoso.

Atuação Profissional

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, SEE, Brasil.
Vínculo institucional

<https://lattes.cnpq.br/9783240691302017>